



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 41

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 20 de outubro de 2021

Presidente: *Deputado Luis Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 6 minutos.

Entrando diretamente no **Período da Ordem do Dia**, teve lugar o debate sobre **“Educação”** por iniciativa do Governo Regional. Tendo o mesmo sido iniciado pela Sra. Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*), seguiram-se-lhe as/os Sras. e Srs. Deputados Catarina Cabeceiras (*CDS/PP*), Rui Espínola (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alexandra Manes (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*), Rodolfo Franca (*PS*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Délia Melo (*PSD*), Ana Luís (*PS*), José Gabriel Eduardo (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

Seguiu-se a apreciação e votação do **Projeto de Resolução n.º 57/XII – “Investimento e capacitação para uma agricultura sustentável”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Coube a sua apresentação ao Sr.

Deputado Bruno Belo (*PSD*), ao qual se seguiram as/os Sras. e Srs. Deputados Rui Martins (*CDS-PP*), Gustavo Alves (*PPM*), Carlos Silva (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*), Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), Alexandra Manes (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Andreia Cardoso (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

O ponto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Dando continuidade à agenda de trabalhos, seguiu-se o [**Projeto de Resolução n.º 51/XII – “Modelo alternativo de Transporte Marítimo de Mercadorias nos Açores”**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, em que participaram no respetivo debate o Deputado Rui Martins (*CDS/PP*), a quem coube a sua apresentação, bem como os/as Sras. e Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Miguel Costa (*PS*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*), Gustavo Alves (*PPM*), José Pacheco (*CH*), José Ávila (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*).

O Projeto de Resolução em referência foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o debate e votação do [**Projeto de Resolução n.º 72/XII – “Apoio à Mobilidade Geográfica Laboral”**](#), da iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD, tendo ficado também a cargo do Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) a sua apresentação. Intervieram sobre esta matéria, os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Vílson Ponte Gomes (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*).

Os trabalhos encerraram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Eram 10 horas e 06 minutos.

Secretária: Bom dia a todos.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam as/os seguintes Sras. e Srs.
Deputados:*

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Marco Nuno Costa e Silva

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Alexandra Patrícia Soares Manes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Gustavo Valadão Alves

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Deputado Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, conforme deliberado pela Conferência de Líderes, a nossa manhã está reservada a um debate, por iniciativa do Governo Regional, sobre Educação.

Regem esta matéria os Artigos 187º e 188º do nosso Regimento. E os tempos definidos pela Conferência de Líderes para este debate são os seguintes:

- PS e Governo dispõem de 28 minutos;
- PSD dispõe de 24 minutos;
- CDS/PP dispõe de 14 minutos;
- BE e PPM dispõem de 12 minutos cada;
- Representações Parlamentares do CHEGA, IL e PAN dispõem de 10 minutos cada;
- O Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Para dar início ao debate, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Decorrido o lançamento do ano escolar, importa apresentar a esta Assembleia, com transparência e espírito de diálogo, os dados que caracterizam o atual estado da Educação. Não obstante, não nos restringimos a uma ação contextualizadora e entendemos que urge, como nos apresentámos aos Açorianos e consta do nosso programa, a construção concertada de uma estratégia na Educação. Tal redefinição será tão mais eficaz quanto maior estabilidade for incutida, colocando o interesse regional acima de qualquer interesse partidário, o que requer amplo debate com espírito construtivo, fundamentação de propostas e confluência de posições. É esta a nossa posição, razão pela qual o Governo Regional dos Açores requereu este debate na Educação.

A nossa agenda teve como plataforma de lançamento a estabilidade dos quadros docentes e não docentes nas nossas escolas. Revimos o concurso do pessoal docente, combatendo a precariedade com a criação de quadros de ilha, tendo aberto um total de 321 vagas que resultaram na integração em quadro de 281 professores e educadores até então contratados a termo. Criámos um regime excecional para os funcionários públicos, que culminou na integração de mais de 200 trabalhadores não docentes nos quadros das nossas escolas também até então em contratos a termo ou em programas ocupacionais. Mas não ficámos por aqui. No que concerne aos docentes, a criação de quadros de ilha é um processo contínuo que depende das contratações sucessivas pelas nossas escolas, que terá nova expressão substancial no próximo concurso. Em especial porque, quando muitos temiam que, com tão significativa integração, cortaríamos o número de vagas à contratação, fizemos precisamente o contrário e reforçámos o número de vagas para contratação no arranque deste ano escolar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: No que respeita ao pessoal não docente, decorrida a integração de trabalhadores em regimes sucessivos de trabalho na administração pública regional, estamos agora a analisar as carências das escolas para revermos os quadros destas, seguindo critérios funcionais e de reforço das equipas multidisciplinares, não nos limitando a rácios de trabalhador por aluno. Prometemos e cumprimos.

Este processo de integração tem-se revelado fundamental para prevenir a preocupante falta de trabalhadores em duas classes envelhecidas, sujeitas a elevado desgaste físico e emocional e descredibilizadas por reiterados ataques à dignidade profissional perpetrados pelos Governos Regional e da República neste milénio.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Não fora o investimento com a colocação, na lecionação, de um número superior a 200 professores a mais em efetividade de funções neste ano por comparação com o ano transato, e o problema da falta de docentes teria sido bem maior. Fizemo-lo no âmbito do plano regional de recuperação de aprendizagens, dotando as nossas escolas de recursos humanos que lhes permitam o desenvolvimento dos projetos pedagógicos que, no decurso da sua autonomia, desenharam para promover o sucesso em período pós-pandémico.

A nossa ambição neste esforço estrutural de reforço de recursos humanos e de diminuição de alunos por turma, para garantir maior individualização do processo de ensino-aprendizagem foi a de colocarmos mais cerca de 240 docentes, estando a faltar 37. O ano escolar arrancou, e bem, com este reforço. Contudo, o problema adensou-se posteriormente, na sequência do habitual pedido pelas escolas de substituição de docentes, sendo que este ano foram requeridos mais 54 do que no ano passado. Este ano, as escolas requereram a colocação de 392 vagas para substituição.

O problema reside, numa primeira instância, não na falta de reforço de docentes. Como referi, temos mais professores colocados este ano do que no ano passado, mas não conseguimos, efetivamente, corresponder a uma necessidade maior de reforço. Simplesmente porque faltam professores a nível nacional. E este é um problema muito grave que urge resolver e que já motivou uma reunião, a nosso pedido, havida com o Ministro da Educação. Não é um problema de hoje, resulta de um grave desinvestimento na profissão docente, e prevemos que venha a agudizar-se num futuro próximo face ao envelhecimento da classe e à diminuta procura, pelos estudantes do ensino superior, de cursos que habilitem à docência.

O desinvestimento combate-se, como referido, com incentivos à estabilidade dos quadros, percurso que continuaremos a trilhar. Importa salientar que não nos quedámos por aqui: também já lançámos um conjunto de bolsas para estudantes dos cursos de mestrado em ensino nos grupos mais carenciados, superiores a 450€ mensais; desenvolvemos, com a Universidade dos Açores, um conjunto de protocolos para a reabertura de cursos de mestrado em ensino que haviam sido encerrados; e estamos a preparar um sistema de incentivos a estágios em ensino nas escolas da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado, estamos bem cientes de que a estabilidade tem de ser trabalhada não somente no que concerne ao acesso à profissão, mas essencialmente nas condições do seu exercício, de forma a cativar os jovens para que queiram ser professores.

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Ora, isto requer uma revisão dos pilares do sistema educativo regional, nomeadamente quanto à organização e dignificação do trabalho docente, das dinâmicas de gestão nas unidades orgânicas do sistema educativo regional e, não menos importante, de evolução das orientações curriculares, prosseguindo elevados e inovadores padrões de sucesso e exigência.

Ora, mais do que a alteração de três diplomas basilares do sistema educativo regional, impõe-se a articulação dos mesmos, de forma totalmente impermeável à retórica parlamentar. Em paralelo, note-se que, por iniciativa deste Governo, pela primeira vez contamos como o relatório de avaliação externa do Plano ProSucesso, decorridos 6 anos da sua implementação. Tendo tido o cuidado de

remetê-lo às Sras. e Srs. Deputados, cremos estarem reunidas as condições para que, sem prejuízo da necessária apreciação do mesmo pela comunidade educativa, possamos iniciar um amplo debate tendo por pano de fundo este documento, com o intuito de encontrarmos vias de convergência na Educação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com este desiderato, convidamos-vos, desde já, a integrarem uma plataforma para que seja possível, de forma conjunta, construir um Pacto de Regime na Educação, conferindo às políticas educativas a sustentação e a consolidação necessárias para garantir a estabilidade e a orientação de que necessitamos. As políticas estruturais, como o é a Educação, convocam a necessidade do maior consenso possível entre os representantes do mesmo povo.

Para terminar, e citando William Arthur War: “o professor medíocre dá aulas; o professor bom explica; o professor muito bom ensina; o grande professor inspira” – fim de citação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Temos de encontrar juntos os caminhos para que volte a haver confiança na Educação, assim como mulheres e homens com o sonho de inspirar as nossas crianças e jovens.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições.

Está inscrita a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras a quem dou a palavra.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Educação é a condição basilar para o desenvolvimento político e económico, para a democracia e para a igualdade social. Como tal a Educação é o pilar fundamental para o desenvolvimento da nossa Região.

Os desafios são muitos, desde os constrangimentos que a pandemia trouxe, o insucesso escolar, o abandono escolar precoce ou o analfabetismo, indicadores onde infelizmente a região se destaca pelo pior e aos quais não podemos ficar indiferentes. Não podemos continuar com taxas de abandono escolar precoce de 27%.

Temos de motivar os nossos alunos, os nossos professores, os nossos encarregados de educação. Toda a comunidade que envolve a educação.

O CDS defende, como sempre defendeu, que só há desenvolvimento com educação. A educação acrescenta ao crescimento económico, quanto menor a escolaridade mais fraca a relação com o mundo do trabalho e maior a probabilidade de ser pobre.

O CDS defende, como sempre defendeu, que a Região precisa de uma estratégia exequível, realista e equilibrada.

O CDS defende, como sempre defendeu, que precisamos de:

- Investir na formação e qualificação do pessoal docente e não docente;
- Disponibilizar aos professores condições dignas de trabalho e libertá-los de tarefas burocráticas, para que cumpram com qualidade a sua principal missão: ensinar;

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

A Oradora:

- Tomar medidas de ação pedagógica de apoio aos alunos, que não sejam passagens administrativas de ano letivo;
- Instituir o respeito pelo professor na sala de aula;

- Dotar os quadros das escolas com professores para prestar apoio, com terapeutas da fala, psicólogos, **psicomotricistas**, educadores, dando respostas capazes aos alunos que necessitarem.

Estamos, como sempre estivemos, disponíveis para participar numa estratégia para a Educação centrada no aluno, em que os professores desempenham um papel crucial no processo de formação, envolvendo os encarregados de educação e toda a sociedade açoriana.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Continuamos a defender, que perante os indicadores que temos precisamos de avaliar o que está mal, o que tem falhado na política da Educação na nossa Região?

Este Governo tem dado passos importantes para uma mudança de paradigma na Região:

- Desde a colocação de professores nos quadros da Região, em que mais de 200 de professores após 10 anos de serviço conseguiram colocação nos quadros da Região, ou seja, 80 % dos professores colocados estavam há mais de 10 anos à espera para terem um vínculo de estabilidade;

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em apenas num ano foram lançadas mais 30% das vagas que o governo anterior tinha lançado em 8 anos;

- Apesar da diminuição do número de alunos, existiu um aumento de docentes a lecionar nas nossas escolas, mais 150 professores do que no ano passado;

- A duplicação do número de professores de apoio;

- A integração de mais de 200 trabalhadores não docentes nos quadros das escolas e o compromisso de reavaliar as necessidades que permanecerem;

- Redução do número de alunos por turma, 23 para 18, no âmbito das medidas para recuperação das aprendizagens;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora:

- A priorização do primeiro ciclo e pré-escolar dado que é o alicerce da Educação;

- As bolsas de mestrado na educação nas áreas mais carenciadas;

- A promoção e formação em competências digitais para os encarregados de educação numa nova era digital que todos nós temos vivido.

Muitas têm sido as medidas implementadas ao longo deste primeiro ano de governação.

Tem sido tempo de avaliar o que tem sido feito, percebendo o que está bem, o que tem de ser melhorado e o que tem de ser mudado, envolvendo todos, pois os desafios são mais que muitos e todos estamos convocados.

Queria também saudar a intervenção da Sra. Secretária Regional da Educação e dizer que o CDS está, como sempre esteve, disponível para participar na estratégia da educação da nossa Região, porque acreditamos que ela é sem dúvida o passaporte para um futuro promissor!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições neste momento.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo (não está) ...

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PS e BE)

Sras. e Srs. Membros do Governo (mas está quase cá!):

A educação é o propulsor base para o desenvolvimento e crescimento das sociedades.

Assume-se como um dos eixos responsáveis pela manutenção, transformação e evolução das sociedades, assente numa partilha e transmissão de conhecimentos estruturantes, sejam eles científicos, sociais, tecnológicos ou culturais que visam preparar o indivíduo para impulsionar *per si* a criação de novos meios e recursos que proporcionam o desenvolvimento social, económico e cultural de um povo.

Na RAA dos Açores os resultados na área da educação dos últimos 24 anos dos governos do Partido Socialista colocam a Região com os piores índices a nível nacional, em vários indicadores.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

O Orador: Segundo os dados da Pordata, a taxa de abandono escolar precoce nos Açores é mais do dobro da registada a nível nacional, ou seja, 27% dos jovens dos 18 aos 24 anos estão fora do ensino sem terem completado o secundário enquanto no todo nacional é de 11%.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Eu sei que incomoda, Sr. Deputado!

70% da população com 15 ou mais anos não tem o ensino secundário (em todo o país é 58%) e só 11% tem formação superior. A taxa de retenção e desistência

no secundário é de 20% nos cursos gerais e de 15% nos tecnológicos e profissionais.

Temos, portanto, um enorme desafio pela frente na procura de melhoria substancial destes resultados. Temos de conseguir fazer aquilo que os governos do PS não conseguiram, e que passa sempre por colocar a Educação como uma das prioridades máximas da ação governativa do XIII Governo Regional dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não podemos baixar a guarda. Assim o é, assim o tem sido nestes 11 meses de governação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Senão vejamos:

Na área docente, foi compromisso deste Governo Regional, com o apoio desta maioria parlamentar, a valorização dos profissionais da educação com um combate efetivo à precariedade laboral docente, pondo fim a anos de instabilidade profissional e familiar com docentes contratados sucessivamente sem vínculo à administração pública regional.

Em apenas 11 meses de governação, num processo gradual, organizado e criterioso, já foi possível integrar nos quadros da RAA 281 professores, o que permitiu maior estabilidade às nossas escolas e aos nossos alunos, melhoria das condições laborais dos docentes e fixação de professores no sistema educativo regional. Nunca é demais lembrar que se este Governo e esta maioria parlamentar nada tivessem alterado em termos legislativos (como alguns queriam!), tinham integrado nos quadros da Região apenas 69 professores...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... menos 212 do que aqueles que efetivamente entraram com este Governo e esta maioria.

Para além disso, o Governo Regional reforçou o número de professores e educadores nas nossas escolas com contrato a termo resolutivo, mais 150 do que no ano transato. Há, portanto, mais professores nas nossas escolas, totalizando 495 docentes com horário anual e completo correspondente a necessidades transitórias do nosso sistema, e cujos contratos contarão para o cômputo dos contratos por 3 anos sucessivos em cada unidade orgânica, critério para a aferição de vagas em quadro de ilha, já no próximo ano letivo e no próximo concurso.

Por isso, Sra. Secretária pergunto-lhe, se já tem uma estimativa do número de vagas de quadro para docentes que abrirão no próximo ano letivo?

Apesar disso, e apesar deste esforço, a falta de professores nas listas de graduação do concurso de pessoal docente para responderem às ausências dos docentes que por motivos devidamente justificados estão impedidos de exercer a sua atividade temporariamente, é uma realidade. Um problema que os anteriores governos do PS dos Açores, mas também da República, não acautelaram e até contribuíram para esta realidade, promovendo uma desvalorização sucessiva da profissão, da carreira e da classe docente.

Deputado António Lima (BE): Inclusive os Governos do PSD!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Não apoiado!

O Orador: E o que é que fez esta maioria?

Aprovou, nesta Assembleia, recentemente, um Decreto Legislativo Regional que permite ao Governo Regional a concessão de bolsas de estudo para a frequência de mestrados via ensino, por forma a combater a médio prazo a falta de professores nas nossas escolas.

Pergunto-lhe, Sra. Secretária qual o esforço financeiro da Região nesta matéria, em que áreas existe maior carência e em que ponto está este processo?

Na área não docente o esforço foi contínuo nestes 11 meses de governação. Por determinação do Orçamento da Região para 2021, o Governo Regional procedeu à integração nos quadros das escolas públicas da Região de mais de 200 trabalhadores não docentes em situação precária, que estavam em programas ocupacionais: assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos superiores e técnicos de informática.

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Face ainda a alguns constrangimentos que algumas escolas têm nesta matéria, gostaria de saber, Sra. Secretária, se este esforço é para manter já no próximo ano letivo?

Temos de ter em consideração no rácio de funcionários, não só o número de alunos e as suas especificidades, mas também o número de edifícios e a sua dispersão o que, por vezes, dificulta a distribuição de pessoal não docente.

A aposta contínua deste Governo Regional na formação de pessoal não docente tem sido também uma evidência, visando a dotação de competências, ferramentas e conhecimentos para um melhor desempenho da sua atividade. Mas também formações em plataformas digitais para os nossos encarregados de educação, por forma a dotar as famílias com competências digitais que facilitem o acompanhamento educativo dos nossos alunos.

Face à situação pandémica e à obrigatoriedade de encerramento de alguns estabelecimentos de ensino da Região esta maioria fez aprovar neste Parlamento um diploma visando a recuperação das aprendizagens dos alunos afetados. Desde logo, a aplicação da redução do número de alunos por turma, nos 1º e 2º ciclos, de 23 para 18 alunos e em caso de turmas com alunos com NEE, a turma padrão não poderá ultrapassar os 15 alunos. Destaque ainda para as parcerias com autarquias locais e outras instituições para a recuperação das aprendizagens.

Acresce ainda o forte investimento nas escolas digitais, com a aquisição de 4000 computadores e 1000 tablets para responder eficazmente às necessidades do ensino à distância ou ao desenvolvimento da área das novas tecnologias nas nossas escolas, um investimento de 1 milhão e 800 mil euros.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos já perceberam que esta maioria e este Governo têm operado mudanças disruptivas no sistema educativo regional.

Deputados João Bruto da Costa e Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Com este Governo e esta maioria, em apenas 11 meses, foi possível maior estabilidade laboral docente e não docente há muito aguardada, foi possível mais recursos humanos nas nossas escolas, foi possível respostas no combate à falta de professores profissionalizados na RAA, foi possível respostas integradas e articuladas no combate às dificuldades de aprendizagem dos alunos devido às interrupções letivas causadas pela pandemia e foi possível o reforço significativo dos meios tecnológicos nas nossas escolas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos já perceberam que valeu a pena mudar!

Disse!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco do CHEGA.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pois é isso...! É a falta de educação.

Aqueles que tudo querem e que tudo pedem, são os primeiros a dar o exemplo de que nada têm para oferecer àqueles que tudo pedem!

O recado era aqui para trás!

Se não ouvirem eu posso repetir!

Sra. Secretária, começaria pelo fim.

“Um grande professor – foi assim que citou – inspira”.

Não fixei de quem é a frase, mas é uma frase inspiradora.

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): William Arthur War.

O Orador: Eu perguntaria até: e quem irá inspirar este grande professor?

Durante anos nós vimos o que vimos. E aqui foi referido.

Os professores foram... *afundados* em burocracia. E não foi para isso que estudaram.

Já agora, quem diz os professores, diz as forças de segurança que sofrem do mesmo mal! Mas hoje estamos a falar de educação. Não se compreende que aquilo que deveria ser uma vocação, que é ensinar as nossas crianças, aquilo que deveria ser um dos maiores pilares da nossa sociedade em termos de formação e até por termos bons políticos na política, esteve a falhar.

Não vou dizer que tudo está bem feito. Mas por exemplo uma das nossas bandeiras...

Deputado Francisco César (PS): Combate à corrupção...?

O Orador: ...e que era uma injustiça muito grande, pôr dentro das escolas pessoas dos programas ocupacionais, a fazerem o trabalho dos que deviam ser funcionários motivados, com perspetiva de futuro...

Deputado António Lima (BE): Mas isso não acontece!

O Orador: Os senhores da esquerda usaram esse argumento.

Nós na direita defendemos que estas pessoas deviam estar efetivamente a trabalhar, dando segurança às escolas e aos alunos. Porque eu não acredito que quem vai trabalhar 6 meses, tenha alguma motivação e sequer esteja lá *com a cabeça no sítio*. Está garantidamente noutra sítio, até se calhar já está a pensar em arranjar novo emprego.

Portanto, este é um passo que demos em frente e que temos que continuar. Temos que dar um passo maior. As escolas têm que ter realmente os operacionais necessários.

Eu não compreendo como é que se abriu uma escola há meia dúzia de anos – há 9 anos – em que se usou meia dúzia de funcionários e, de resto, nem sequer tinha os programas.

Depois usaram os programas ocupacionais. Ora isto não é vida!

Eu como pai, não posso compreender uma coisa destas.

Não posso compreender que o nosso ensino seja tratado da mesma forma que é tratado tudo o resto! Não posso.

Sra. Secretária, se este passo foi dado, e apresentou aqui 200 vagas – penso que foi isso – com outras tantas pessoas integradas, sim senhor, estamos no caminho certo. Vamos continuar.

Fico satisfeito de ver uma Secretária Regional vir aqui mostrar o fruto do seu trabalho. Pouco ou muito, foi o que se conseguiu fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já muito foi feito!

O Orador: Durante 24 anos... não vou dizer que nada foi feito, mas muitas vezes eu ouvia mais desculpas, do que propriamente um relato do trabalho feito. A verdade é esta! E os açorianos que estão em casa não me deixam mentir! Porque quando eu não estava aqui sentado, e era um açoriano como outro qualquer – continuo a ser, mas com outras responsabilidades – interrogava-me constantemente: “Mas que raio é que andam a fazer?!”

É que quando eu olhava para os rankings das escolas, pensava “realmente eu vivo na região mais pobre de Portugal”. É tão pobre em tudo que até é tão pobre na educação.

Obviamente que, ao contrário do que acha a esquerda, às vezes não é com dinheiro que se resolvem as coisas, mas sim, com a formação, e educação. Como uma educação que não passe apenas pelo ensino público. Mas uma educação que passa também pela formação, que pode ser pública ou pode ser privada. A formação de carreira. A formação de profissões que já não temos. Profissões que vão desaparecendo.

Ainda há dias alguém dizia-me, gracejando, que hoje não temos mestres. Temos serventes que foram para a categoria de mestres, porque esses emigraram. E isto é verdade, porque na nossa terra as pessoas voltaram a emigrar, porque não têm oportunidades.

Voltando aos professores, aquilo que devia ser uma vocação... eu também não compreendo como é que se passou do 80 para o 8. Não se cuidou. Não se pensou. Não se estudou. Mas há muitas *cabeças pensantes* na educação.

Deputado Carlos Silva (PS): Agora é que vai ser!

O Orador: Agora é que vai ser Sr. Deputado? Se calhar agora é que vai mesmo ser.

Peço desculpa, mas eu tinha aqui um número de 300 vagas, só que afinal são 200, parece que o meu número é que está errado. Mas fico satisfeito com as 200 vagas, porque é um bom começo.

Nós precisamos de professores, porque não podemos cair no ridículo – já começámos a cair, por aquilo que vou ouvindo aqui atrás – que qualquer um serve. E para professor, não é qualquer um que serve. Há que ter o dom, a sabedoria, a paciência e esta tal coisa inspiradora que possa inspirar os outros.

Sra. Secretária, não vou elogiá-la, porque não se deve elogiar o trabalho a meio.

Vou, sim, pedir-lhe que continue. Do que fui ouvindo, alguma coisa pode estar a correr menos bem, mas daquilo que percebemos, estamos no caminho certo.

Não lhe vou dar um prazo, mas daqui a uns tempos, vamos perceber onde é que a senhora chegou. E eu acredito muito em si, pelos testemunhos que tem dado neste Parlamento. E quando acreditamos nas pessoas, temos de motivá-las a fazer um melhor trabalho.

Os rankings das escolas têm que subir.

Temos que ter melhores professores, porque o mais importante na educação não são estes senhores que estão aqui atrás de mim, nem ali, nem nada. São as nossas crianças, elas são o mais importante. E o que estiver à volta delas tem que ser tão bom, tão bom, para fazermos um trabalho pleno, sendo que a nossa autonomia tem que assentar num pilar fundamental: **educação!**

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Felicito o Governo por trazer este tema a discussão nesta Assembleia.

Devo dizer que ao longo de todos estes anos, eu trouxe muitas vezes este assunto - o nosso sistema educativo - a debate neste Parlamento.

Esta é uma questão fulcral. É a questão mais importante para o desenvolvimento da nossa sociedade, do ponto de vista social e económico. É a batalha da educação que temos que ganhar.

Gostei muito, Sra. Secretária, da sua postura, quando fala num grande pacto para a educação.

Quando eu estava ali naquele lugar, na oposição, defendi exatamente isso. Defendi que tinha que ser feito um grande esforço, pelo anterior Governo Regional e pelo partido que o apoiava (Partido Socialista), no sentido de encontrar na área da educação – e é sempre possível encontrar – um grande conjunto de convergências, para que seja possível todos remarem no mesmo sentido; que todos façam um esforço conjunto, porque esta batalha da educação exige a presença e o empenho de todos. De toda a cidadania, mas também de todos os partidos políticos. E ninguém está a mais. Com certeza não vamos convergir em tudo. Mas eu tenho a certeza de que é possível convergir na maior parte das coisas. A mim não me custa reconhecer que, por exemplo, do ponto de vista das infraestruturas, o Partido Socialista e os seus Governos, realizaram um esforço muito significativo. Hoje, temos um bom conjunto de infraestruturas que foram realizadas durante os Governos do Partido Socialista e é justo reconhecer isso. É evidente que existem lacunas e que é preciso fazer mais. Mas há um histórico de um esforço muito significativo. E isso é preciso reconhecer. O que eu achei que foi um erro das anteriores Legislaturas é que não foi feito o suficiente, para que se fizesse um esforço, no sentido de criar este movimento de união e este esforço conjunto, do ponto de vista da educação. Isso não foi feito. Não foi feito o esforço necessário.

Eu penso que não podemos falhar nesta matéria. E isso não se faz com recriminações a quem teve responsabilidades anteriores. Já foram julgados nas urnas. Os partidos já manifestaram as suas posições e a sociedade já fez uma avaliação a cada uma dessas temáticas.

O que é importante agora é que todos tenham o sentido de responsabilidade de dizer **presente** nesta grande batalha. E nesta grande batalha, é necessário atuar em vários setores.

A Sra. Secretária fez referência ao esforço de contratação dos professores e da sua fixação. É um esforço crucial. Há falta de professores. Mas não é só na Região Autónoma dos Açores, também na Região Autónoma da Madeira é dramático. E no território continental é dramático, mesmo em grandes cidades do País. Lisboa tem falta de professores.

Por isso, esta é uma matéria em que temos que encontrar soluções para os Açores. E essas soluções têm que ser encontradas pelo conjunto dos partidos que quiserem ter uma postura construtiva nesta matéria. Daí que todos estejam convocados para a elaboração duma resposta que possa ser a resposta do Parlamento e da sociedade açoriana para encontrar um conjunto de soluções eficazes que combatam essa falta de professores.

Estão a ser implementadas medidas, como a Sra. Secretária bem disse, e com bons resultados. Mas todos sabemos que o desafio é gigantesco e que vamos ter que fazer muito mais.

V. Exa. também fez referência a mexer, de forma articulada, em relação aos grandes documentos que definem a organização da gestão escolar, os currículos, tudo isso. E é necessário, também nessas matérias, que se faça um grande esforço de diálogo e de concertação de posições. Porque, nestas matérias, é importante que quando uma reforma é implementada na área da educação, que ela seja acompanhada por um maior número possível de pessoas, de organizações e partidos políticos.

Por isso, nesta primeira intervenção, o sentido é de dizer, sim Sra. Secretária, da parte do Grupo Parlamentar do PPM **presente** para esse grande esforço de concertação que é preciso fazer na área da educação. E tenho a certeza, porque também conheço os protagonistas dos diversos partidos políticos, que muitos, a

grande maioria dos Srs. Deputados dos grupos parlamentares, estarão disponíveis para trabalhar em prol do povo dos Açores, tentando alcançar os melhores resultados possíveis. E na educação é fundamental que exista este esforço de concertação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro quero começar por saudar a Sra. Secretária da Educação. Realmente, é de grande coragem vir no início dum ano letivo apresentar a sua visão acerca do estado da educação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem não deve não teme!

A Oradora: Não é fácil, sendo que este é um tema muito querido a todas e todos nós. Todos sabemos a importância que a educação tem numa sociedade, seja ela qual for. Também quero chamar a atenção que sendo a educação o único ascensor social que conhecemos, e numa Região com tantos problemas devido às desigualdades sociais, sendo uma Região bastante pobre, pelo facto de que muitas vezes não é só as escolas, enquanto edifícios e equipamentos disponíveis, que contribuem ou não para o sucesso ou insucesso das crianças. Temos que ver que há todo um contexto, no qual estes alunos se encontram integrados. E nós bem sabemos que nos Açores existe uma grande parte de alunos que não têm casas em condições, que vivem em casas sobrelotadas que,

inclusive, é na escola que fazem a única refeição com qualidade. Portanto, quando me fala numa ação concertada, eu espero que também haja por parte de todas as outras Secretarias um trabalho transversal e que permita de certa forma trabalhar para a resolução de todos os problemas que temos na nossa sociedade, os quais podem ser um forte contributo para o desenvolvimento da educação nesta Região.

João Bruto da Costa (PSD): Isso é verdade!

A Oradora: Posto isto, quero também responder ao Sr. Deputado Rui Espínola, quando diz que os açorianos têm neste momento uma visão e uma leitura acerca daquilo que está a ser o ano letivo na Região.

Pois, Sr. Deputado, eu não tenho bem essa leitura. Nem as pessoas também têm. E posso dar-lhe o exemplo de três pessoas que se queixam relativamente à situação do arranque do ano letivo.

Há uma senhora que diz: “No meu caso, o meu filho também não teve direito, mas a semana passada já apareceu um professor, mas que nada tem a ver com esta disciplina. E a minha filha que está no 6º ano, na disciplina de inglês, só na 2ª feira passada veio uma professora substituir. Mas será que é para ficar?”.

Outra senhora diz: “A minha filha está no 10º ano, na Escola Secundária Antero de Quental, e está na mesma situação. Ainda não teve uma única aula de filosofia e agora deixou de ter outras 2 disciplinas, pois os professores colocam baixas, no 10º ano. Vai para a escola para ter 1 ou 2 aulas por dia. Muito preocupante a falta de incentivos e a desvalorização da docência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas a Sra. Secretária já assumiu isso!

A Oradora: “Há que reconhecer o problema e procurar soluções”.

Um outro pai responde: “Não é só consigo. Com esta Escola, infelizmente, é uma realidade o trabalho precário. Trataram dos concursos em cima da abertura, entre outros erros da gestão que levam a isso. Também tenho filhos em duas escolas distintas, com casos semelhantes. Simplesmente ridículo”.

Esta é a leitura que alguns pais, encarregados de educação, fazem do arranque deste ano letivo.

Sra. Secretária, um estudo da OCDE, em colaboração com a UNESCO, a UNICEF e o Banco Mundial, *The State of School Education one year into the Covid pandemic*, faz um retrato da situação em 30 países, referente a 1 de fevereiro de 2021.

Portugal é identificado como um dos poucos países que não implementou medidas de fundo para mitigar o impacto do encerramento das escolas nas aprendizagens. O preço a pagar pela suspensão do ensino presencial é demasiado alto.

É por isso que o Bloco insistiu em propostas de preparação do ano letivo, nos esforços necessários para evitar fechar as escolas e na aquisição de equipamentos.

Sra. Secretária, já tive oportunidade no mês de março de lhe perguntar pelo estudo, aprovado por maioria, em que na altura mencionou o Estudo de Diagnóstico do IAF relativo ao território nacional e que aguardava para breve a apresentação do Estudo relativo às Regiões Autónomas.

Por acaso já tem esse Estudo?

Quanto tempo mais vamos esperar?

Para quando o cumprimento da Proposta aprovada nesta Casa para a realização de um estudo da iniciativa do BE?

O Governo ficou aquém. O Governo passado e este Governo também. Mas não estou aqui para fazer esta avaliação, pois eu concordo com o Sr. Deputado Paulo Estêvão, naquela que é a ideia de que todos nós temos que estar empenhados e que o sucesso da educação, será o sucesso de toda e qualquer pessoa que está aqui dentro. E quando uma criança falha, falham todos os deputados e toda a sociedade.

Os diagnósticos limitados e preliminares para os indícios são assustadores. Há um agravamento de desigualdades, perda de aprendizagens, atrasos no desenvolvimento, perda de competências e degradação da saúde mental.

Um estudo realizado por uma equipa da Universidade de Coimbra, concluiu que a pandemia de Covid-19 teve um significativo impacto negativo na saúde mental dos jovens portugueses, especialmente nos níveis de depressão e de ansiedade.

Sra. Secretária, daqui lanço-lhe um desafio. Peço a sua atenção para sensibilizar o Sr. Secretário da Saúde para este facto e para não deixarmos avançar este problema nas nossas crianças e os nossos jovens. Pois, este é um momento decisivo para fazer alguma coisa pela saúde mental destas faixas etárias que serão o futuro.

Por agora fico-me por aqui.

Muito obrigada.

(Diálogo impercetível entre os Deputados Joaquim Machado e Vasco Cordeiro, bem como entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, apesar dos apartes muito interessantes, agradecia inscrições. Quiçá transformar esses apartes em intervenções...?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não têm enquadramento regimental!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Devo dizer que gostei bastante da sua intervenção. No entanto, há um elemento relativamente à educação – e já o disse várias vezes nesta Casa – que considero da maior importância e que deve ser acautelado no futuro da educação nos Açores.

É preciso elevar os padrões e as médias dos resultados dos nossos jovens.

O ProSucesso é bem o exemplo disso, porque veio tentar colmatar uma insuficiência dos resultados escolares de determinados jovens. Estou em crer que a nossa classe média, isto é, aqueles que pagam impostos todos os dias, aqueles que também são pais e alguns até professores e têm outras tantas funções na sociedade, muitas vezes veem os seus filhos abandonados num sistema que não lhes dá abono escolar, que não os ajuda a pagar aulas auxiliares de apoio, para que os seus filhos consigam elevar os seus níveis escolares, sendo que esses níveis, muitas vezes, são a diferença entre conseguirem ou não entrar nos cursos da universidade que os mesmos (filhos) precisam ou querem para dar continuidade aos seus estudos.

Acho que este é um elemento determinante e é a diferença entre o nivelar por baixo e o nivelar por cima. Porque se há alunos que - e ainda bem que eles existem - têm a excelência dos seus resultados por mérito e natureza própria – são alunos de 18, 19 e 20 – também há outros alunos de 11 e 12 que poderiam chegar aos 15 ou 16, se houvesse a devida sensibilidade por parte de quem gere o ensino e de quem também dá esses sinais à sociedade.

Devo dizer que isso não é um elemento por si só da sua responsabilidade, é certo, mas é um elemento que deve envolver-nos a todos enquanto sociedade, ou seja, elevar os padrões das médias dos nossos alunos.

Só assim é que vamos ter uma sociedade mais capacitada.

Só assim é que vamos perceber que os nossos alunos correm para um objetivo, porque quando o ensino estiver direcionado para uma linha de orientação em que tanto faz ter 10 (já se passa de ano), como 12, como 13 ou 18, e as

oportunidades são sempre iguais para todos, independentemente da excelência, mérito e dedicação que cada aluno e cada família dedica ao ensino dos seus filhos; enquanto não percebermos que a excelência, o mérito, o trabalho e a dedicação farão a diferença e não de ser premiados no futuro, vamos estar sempre a produzir alunos de 9, 9,5 e 10. E não é isso que queremos. Não é disso que é feito o sucesso. Não basta dizer que as gerações que estão agora em formação são as mais bem formadas de sempre. É preciso que isso seja uma realidade efetiva e que se traduza também pelos malfadados números que são a realidade, é a frieza dos números, que um aluno de 10 não é um aluno de 16, sendo que o que nós queremos é alunos sempre com médias folgadas, para que a falta delas não comprometa o futuro desses mesmos alunos.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Veremos!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma observação:

- O que se passa com o Governo, Sra. Secretária?

Julgava encontrar hoje um Governo mais composto. Mas, pelos vistos, a Sra. Secretária ainda está mais abandonada do que o Sr. Secretário Regional das Finanças esteve ontem.

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP)

O Orador: Há qualquer coisa aqui que eu não estou a perceber.

Eu só fiz uma observação, calma!

Estão a fazer-me gastar o tempo, quando eu só constatei o facto da Sra. Secretária estar mais só do que estava ontem o Sr. Secretário Regional das Finanças. Nem mesmo ele está cá hoje. Portanto, há qualquer coisa de errado.

Avancemos porque eu não quero gastar o meu tempo com isto.

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP)

O Orador: Relativamente ao pacto, Sra. Secretária, parecia que estávamos, desde logo, em sintonia, porque estamos a condizer.

Secretária Regional da Educação *(Sofia Ribeiro)*: Ah isso é que é o importante!

O Orador: E, portanto, da nossa parte o pacto está garantido, desde que seja sempre pensando, como sempre dissemos desde o início da Legislatura, na melhoria do sistema de ensino regional, porque é isso que nós queremos. Mas deixe-me dizer-lhe que eu nunca vi fazer um pacto deste modo. É a primeira vez na minha vida. Nem estou disponível, pessoalmente (não perguntei à Direção do PS), mas não faço pactos deste modo.

Deputado Pedro Pinto *(CDS-PP)*: Mas quem é que pede um pacto?

O Orador: Um pacto em que, em vez de apertarmos a mão, dá-se empurrões - nunca vi nada disto!

Nós somos aqui achincalhados com o passado e depois pedem que façamos um pacto?! Não compreendo!

Eu julgo que não é atacando que se fazem pactos!

Os pactos na minha terra, e em todo o lado onde fui vivendo e crescendo, fizeram-se doutro modo. Com apertos de mão e não com empurrões.

Relativamente a um retrato *à la minute* – porque eu também não quero gastar os meus minutos todos imediatamente – da situação do sistema educativo regional, gostaria de começar por dizer que do nosso ponto de vista, há aqui uma espécie de *barco à deriva*. E, por isso, já estávamos como que à espera de haver uma tentativa de pacto. Acreditem que é verdade.

Desde logo, porque estranhámos este debate de urgência nesta fase do ano e pensámos que eventualmente poderia ser por aí, porque o *barco está à deriva*.

Agora estranho também... porque *almirantes* não faltam! – vamos dizer assim.

O que é que eu quero dizer com isto?

Que tudo começou mal logo com a orgânica do Governo.

Porquê? Porque é uma Orgânica de Governo, em que a Sra. Secretária liberta competências e contrata *almirantes*. Não sei se me faço entender. Posso ser mais específico.

Perde a cultura, perde a ciência, perde a formação. E em vez de trocar eventualmente por outras áreas que V. Exas. entendessem, o que fez foi pôr mais um Diretor Regional – era um e passaram a ser dois. E, portanto, Sra. Secretária, o que não lhe falta é espaço e tempo para pensar na educação. Ainda assim, precisa da nossa ajuda. E volto a dizer-lhe que ela existe e existirá, em nome da melhoria do sistema educativo regional.

Procurando ser rápido, e passando da Orgânica do Governo para o seu Programa, o que dissemos na altura e reiteramos agora, é que se trata dum Programa sem ideias, sem inovação, que não traçou logo de início caminhos e rumos diferentes, tal como V. Exas. preconizavam, para o sistema educativo.

Portanto, não nos espanta que começando assim... este *barco* ande como que um pouco *à deriva*, estando nós aqui ainda *perto do porto*.

Esta Legislatura ainda não tem um ano e já começa a perder o rumo, quando ainda agora tudo isto começou.

Logo após o Programa, o que aconteceu foi um Plano de Investimentos empobrecido, contrariamente àquilo que o Sr. Presidente do Governo e demais Membros foram sempre dizendo. Isto é um facto. São números, não há que contrariá-lo.

A argumentação feita na altura – não sei se ainda é a mesma hoje – é a de que este Governo tencionaria executar na plenitude o previsto. Ora, o que

constatamos de momento é – esperemos que haja correção até ao final – na área da educação, uma execução na ordem dos 14%. Logo, de 14% a 100%, falta um bocadinho. O que falta menos é o final do ano.

Portanto, também há aqui qualquer coisa que nos está a preocupar – vamos a dizer assim – em nome do sistema educativo regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o passado! Está a falar do passado!

O Orador: Relativamente ao concurso do pessoal docente, o que nós queremos salientar é que tem a virtude de ter colocado mais professores nas escolas, é um facto indubitável. O que também é um facto que não é possível ser escondido é aquilo que se vê, isto é, vê-se uma confusão tal que até parece que há menos professores nas escolas.

Nunca assistimos tanto, a tanta gente a reclamar com falta de professores nas escolas.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O que se passa? Desorganização. É a única hipótese para explicar o que se passa aqui. Se há tantas (escolas) nomeadamente das ilhas ditas mais pequenas e periféricas, onde andam os professores...?

Há aqui qualquer coisa ao nível da desorganização (e não da organização). É a única explicação que podemos encontrar.

Ainda relativamente ao regulamento do concurso de pessoal docente, não esquecemos que houve uma promessa que não foi cumprida, Sr. (professor) Deputado Rui Espínola.

Há uma promessa, Sra. Secretária da Educação, que não é cumprida. Há mais de 650 professores em precariedade. E foi-lhes prometido que, com 3 ou mais anos, essa precariedade não existiria. Portanto, há esta promessa por cumprir.

O PS – relembro – apresentou uma contraproposta de regulamento, porque é de futuro que estamos falando (espero eu!), que sanava toda esta precariedade. Espero pela resposta à questão.

Por último, neste retrato *à la minute*, temos o ProSucesso que, como todos já perceberam, foi... um sucesso!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD, do CDS/PP e do PPM)

Deputado Manuel Ramos (PS): Estão a rir-se, mas é verdade!

O Orador: Basta olhar para os números.

E se V. Exa., Sr. Deputado Rui Espínola, leu as 90 páginas do relatório da avaliação externa ProSucesso – porque eu tenho imensa consideração por si – de certeza que tirou a mesma conclusão que nós. E, por isso mesmo, é que os senhores vêm aqui com o tal pacto de regime – vamos pôr assim.

Porquê? Porque o que o relatório provou é que o ProSucesso foi um sucesso, porque o que queria provar era o contrário e não conseguiu.

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Não quisemos provar nada!

O Orador: O que é que fez? Este relatório – escusando-me eu a analisá-lo do ponto de vista científico – não posso deixar de dizer, parece-nos muito coxo. Embora devamos ter consideração por ter sido elaborado por um conjunto de professores da Universidade dos Açores...

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): E foi!

O Orador: Porém, é um relatório – nem sei como dizer! – que não exprime aquilo que V. Exa. gostaria de exprimir.

Porquê? Porque é um relatório que – digamos – é um estudo que eu nunca vi feito deste modo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem de outro!

O Orador: Desde logo, não há grupo de controlo (que era para existir) com a Região Autónoma da Madeira, mas não houve tempo. Os próprios autores assumiram que o não fizeram, porque não tiveram tempo. Também não tiveram tempo, para além de auscultar os professores que naturalmente são queixosos pelo trabalho que têm tido, foi o único ponto de apoio do estudo, foi a opinião dos professores.

Eu nunca vi um estudo feito desta maneira. Ignorando a opinião de alunos, de pais e encarregados de educação, das escolas enquanto sistema educativo regional, do grupo de controlo. E é este o documento que temos em mãos para análise.

No final do documento, as reflexões e as considerações vão todas elas no sentido de dar continuidade ao ProSucesso e dar continuidade a todos os projetos que estão dentro dele. Nem sobre um único projeto é dito para não ser concluído. Nenhum projeto é condenado de morte por este documento.

A conclusão que então se tira é que o ProSucesso é bom, funcionou, deu resultados – temos números que o comprovam – e o que tem que ser feito (e concordamos) é uma melhoria do programa ProSucesso.

Quanto a isso, estamos plenamente de acordo com a Secretaria Regional, se é isso que tenciona fazer, e não traçar um plano alternativo, como nós esperámos todo este ano que acontecesse e nunca aconteceu.

Portanto, do nosso ponto de vista, foi um ano perdido, porque foi um ano que não teve estratégia, foi um *barco à deriva*.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo CDS/PP, o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária da Educação, Srs. Membros do Governo:

Interessante a intervenção que tivemos aqui do Sr. Deputado do Partido Socialista, Sr. Prof. Rodolfo Franca. Verificamos uma certa dificuldade do Partido Socialista em participar neste debate.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Desculpe...?!

O Orador: Assim que o Sr. Deputado entrou no debate, eu fiquei com a clara sensação de que queria falar de tudo, menos de educação.

Falou do Governo, da presença ou da ausência de Membros do Governo...

Deputado João Vasco Costa (PS): Está ficando melhor!

O Orador: ... da composição do Governo.

Falou de *barcos à deriva*, eu até pensei que estaria falando dalgum plano para o mar dos Açores.

Falou de *almirantes* e da Orgânica e Programa do Governo.

Finalmente, falou do orçamento, para então depois chegar à educação, para terminar no ProSucesso, tendo concluído que o relatório de 90 páginas do ProSucesso diz que o mesmo foi um sucesso.

O relatório é intrigante e alarmante.

Sr. Deputado, na página 45, último parágrafo, está escrito de uma forma explícita, o seguinte: "...atribuindo um valor negativo muito baixo, os docentes, no geral, penalizaram o grau de impacto das experiências pedagógicas, mesmo bem-sucedidas noutros países, que foram implementadas no ProSucesso". Isto quer dizer muita coisa do ProSucesso.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Já está respondido o ProSucesso é um sucesso!

O Orador: Quer dizer muita coisa do sistema educativo regional.

Antes desta conclusão, há muitas outras também muito alarmantes.

Ao que se percebe, o 2º ciclo considera irrelevante o ProSucesso.

O 3º ciclo dá-lhe algum grau de relevância pelas avaliações que lhe atribui.

O único ciclo que verdadeiramente atribui alguma avaliação mais positiva, é o 1º ciclo.

Portanto, podemos tirar várias conclusões sobre os resultados deste relatório. Mas o tempo de debate não nos permite esmiuçar isso. Apenas referir isto que acabei de dizer. E, obviamente, elogiar a proposta que a Sra. Secretária apresentou, de nos sentarmos todos num fórum para, de um modo sereno e sério, debatermos o futuro da Região Autónoma dos Açores, porque o futuro da nossa Região passa, e muito, pela educação dos nossos filhos.

A educação, ao longo dos últimos anos, foi maliciosa e deliberadamente subvertida. Os professores são pressionados a produzir estatísticas lisonjeiras do sucesso educativo. O sistema educativo transformou-se numa produção em série de certificados de conclusão de escolaridade obrigatória que, na vida ativa e profissional terão pouca credibilidade, infelizmente. E as empresas sentem, há demasiados anos, que a mão de obra indiferenciada que chega ao mercado de trabalho, chega ao longo dos vários anos, com cada vez menos competências.

Esta é a realidade dos Açores.

O objetivo da escola não é, nem deve ser, expelir alunos pelo sistema o mais rapidamente possível. Mas foi exatamente isso que os Governos do Partido Socialista – e compreendo por aí a dificuldade que o Sr. Deputado Rodolfo Franca teve para entrar neste debate – fizeram. Empurraram os alunos pela porta fora do sistema educativo o mais depressa possível, numa irracional massificação do sucesso educativo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Gustavo Alves (CDS-PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** ((*IL*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Educação:

Eu julgava que o debate já tinha acabado - já que não está o Sr. Presidente do Governo, eu aproveito para alisar o meu fato – até ao pedido de palavra do Sr. Deputado Rodolfo Franca que, assim que abriu a boca, logo suscitou uma espécie de **bullying** das bancadas que suportam o Governo.

Eu lembro que hoje é o Dia Internacional de Combate ao *Bullying*. De modo que senti-me um bocadinho constrangido. Mas não vou entrar em defesa do Sr. Deputado Rodolfo Franca, nem elogiar as vantagens que pode ter um pacto de regime.

Por princípio, sou contra os pactos de regime. Em democracia, não são necessários pactos de regime. É necessário que todos sejamos suficientemente adultos, suficientemente instruídos e literatos para decidirmos o que de melhor temos para fazer sobre os destinos da pólis. E como já disse aqui várias vezes, e não vou reiterar a expressão do “elevador social”, mas já o dizendo, é pela educação que de facto se retira da pobreza grande parte da nossa população.

Não sendo culpa da Sra. Secretária, nem do Governo anterior ou desta maioria, ou até da outra maioria, é lamentável existir um reiterado desvalorizar da carreira docente ao longo dos últimos anos. E aí, mais uma vez, têm culpa as corporações. Ou seja, os sindicatos andaram todos estes anos – eles sempre os mesmos, do mesmo lado – a debater assuntos que não tinham nada a ver com educação, mas sim, apenas com o bem-estar de alguns no setor da educação.

É lamentável que uma das escolas que até há bem pouco tempo era a mais apetecível para os professores da RAA, esteja ainda neste momento sem professores, porque eles não querem trabalhar para aquela escola – não é por outra razão!

Como disse a Sra. Deputada Alexandra Manes, e bem, na Escola Secundária Antero de Quental, em quase todos os níveis, ainda há falta de professores. Apesar do Governo ter feito um esforço para colocar mais professores este ano, do que nos anos anteriores.

Portanto, é fundamental que sejamos todos capazes de perceber, de contribuir e dar o nosso apoio a medidas que possam de facto valorizar a carreira docente. E isto tem que ser feito a nível nacional, não basta ser feito só a nível da Região. E é aí que a intervenção da Sra. Secretária, no início deste debate, me deixou – digamos – pouco satisfeito, porque eu estava à espera que viesse realmente aqui, hoje, trazer-nos alguma medida de grande alcance para fixar mais professores nas escolas. Quando o Governo agenda um debate desta natureza, é normalmente isso que se espera. Infelizmente, não tivemos essa boa nova.

Passando aos factos, e à desvalorização das carreiras, é preciso perceber, num debate amplo que devemos fazer com toda a sociedade, o que é que nós, famílias hoje, valorizamos num professor.

A Sra. Secretária fez ali da tribuna uma interessante citação. E o meu filho de 15 anos, em casa, mandou-me uma mensagem pelo *WhatsApp* a pedir que eu lhe enviasse essa mesma citação. O meu filho é aquele tipo de aluno que – felizmente para mim, o que não aconteceu com os outros dois – dá muito trabalho a um professor, porque exige muito dele e também exige muito dum pai.

Deputado Miguel Costa (PS): O pai também vai dar muito trabalho a este Governo!

(Risos da Câmara)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem a quem sair!

O Orador: É isso que eu penso que as corporações, neste caso os sindicatos, nós nesta Casa e o Governo, têm que pensar muito bem sobre que tipo de professor nós queremos ter e o que é que temos que fazer para ter esse tipo de professor e para que outras pessoas, com condições, queiram de facto ocupar esta função na pólis, porque ela é fundamental para o desenvolvimento duma sociedade equilibrada, literata e que possa, assim, também ela, exigir de nós mais do que aquilo que nós somos capazes de fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PSD, a Sra. Deputada Délia Melo.

(*) Deputada Délia Melo ((PS): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estava à espera duma intervenção um pouco diferente, da parte da bancada do Partido Socialista, porque nós não estamos aqui para vos achincalhar com aquilo que foi o passado, nomeadamente aquilo que foram as vossas propostas e medidas. Mas há uma questão que é um facto. Nós temos que entender o passado, para compreendermos o presente e projetarmos o futuro. E é nesta medida que falamos sobre aquilo que não correu muito bem do vosso lado.

Ora, nesta sequência, importa então relembrar e esclarecer alguns aspetos de grande importância, porque houve de facto um caminho com altos e baixos que nos conduziu à situação que vivemos atualmente na educação.

O recente relatório do ProSucesso de facto é uma ferramenta muito importante, porque traz uma avaliação daquilo que foram algumas medidas educativas implementadas num passado não muito longínquo. E com base na avaliação feita, importa agora fazermos uma seleção criteriosa dos projetos que se devem manter, os que se devem melhorar e aqueles que devemos simplesmente abandonar.

Naturalmente houve aspetos que correram bem. E houve outros que correram mal, porque o Partido Socialista não conseguiu apontar um rumo para a educação, sem contemplar outras áreas de extrema importância. E aqui, concordo com a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, porque realmente temos que ter em conta todo o meio envolvente, para propormos algumas medidas para a educação.

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): O Ministro da Educação acabou de colocá-lo!

A Oradora: Vamos, então, aos factos.

Os Açores são a Região mais pobre do País e com maior assimetria na distribuição de rendimentos. Aliás, até estamos no último lugar da tabela em relação à pobreza. Isso tem obviamente fortes repercussões na educação e influencia negativamente os resultados obtidos.

Durante a governação socialista, a taxa de abandono escolar precoce na Região aumentou, em contraciclo com Portugal continental. E continuamos com valores muito elevados que nada nos orgulham.

Em 2012 a percentagem de alunos que beneficiavam de apoio social escolar era de 61%. Ora – pasme-se! – em 2020 continuamos com os mesmos 61%. Portanto, pergunta-se: onde é que houve evolução?

Deputado José Contente (PS): No final deste ano vai haver!

A Oradora: Não há dúvida de que o sucesso escolar dos alunos e o risco de abandono escolar precoce depende, em larga escala, das condições socioeconómicas, do contexto familiar e do ambiente de aprendizagem em casa. E não é possível, por isso, dissociar as políticas educativas das restantes áreas. Neste seguimento, o atual Governo Regional tem feito um trabalho exemplar...

Deputado Francisco César (PS): “Modéstia à parte!”

A Oradora: ...pois de facto pôs em prática políticas, com efeitos no combate ao desemprego, pela valorização do emprego, o combate aos baixos salários e à precariedade. Coisa que o Partido Socialista não fez.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Imagine se tivesse feito!

A Oradora: Nesse sentido, importa também retomarmos o que foi dito pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca, quando fala sobre o sucesso educativo e das medidas implementadas pelo Partido Socialista. O Sr. Deputado menciona o ProSucesso. Não me querendo alongar muito, se formos ao relatório, e vou ler só três passagens, veremos que é exatamente o contrário.

“Por ter uma imposição de redução de taxa de insucesso para a sua implementação, tem o potencial de provocar nas unidades orgânicas o surgimento de ordens de não chumbar alunos permitindo, assim, a adesão ao programa”.

Deputado Manuel Ramos (PS): Leia também os aspetos positivos!

A Oradora: Depois temos: “Apesar do ProSucesso ter sido apresentado como um projeto inovador, sendo uma potencial arma à disposição do sistema educativo regional de combate ao insucesso escolar, apresenta uma taxa de incidência muito baixa nos fatores críticos que poderiam potenciar as ações no combate ao insucesso escolar”.

Para terminar, só mais uma citação: - “Concluindo, a nível Açores, no global, considerando os resultados de todos os ciclos, vemos claramente que o ProSucesso falhou na sua implementação de forma geral, obtendo uma reação negativa de 58% e u potencial de colaboração negativo de 46%”.

Portanto, parece-me que não há dúvidas de que isto vem contrapor o que foram os argumentos apresentados pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Deixa muitas dúvidas!

A Oradora: Depois, há a derradeira questão que marca este debate e que é a falta de docentes com habilitação profissional. Ora, aqui não posso encontrar

qualquer tipo de eufemismo para caraterizar o que foi o trabalho feito pelo Partido Socialista.

Foi um trabalho desastroso!

Foi uma falha que nos vai fazer pagar uma fatura muito elevada e que já nos está a fazer pagar no presente e de certeza no futuro!

Apesar do esforço que se tem feito para suplantar o atraso educativo na Região, há problemas estruturais que levam o seu tempo a ser resolvidos.

Sabemos que os professores foram vítimas da perda tradicional de respeitabilidade social, mas, ainda assim, encontram forças para galvanizarem a comunidade de estudantes. Por isso, muito fazem os professores com os poucos recursos que têm.

Para se ter uma educação de sucesso, é necessário respeitarmos os profissionais que dedicam a sua vida à formação de jovens. E tal não foi feito. Felizmente, começou a ser feito com este Governo Regional.

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão vai fazer o pacto de regime?

A Oradora: Basta analisarmos as tabelas que foram fornecidas pelo Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, para vermos que, através dos professores que efetivaram pelo concurso externo, nunca houve uma efetivação que fosse ao encontro das reais necessidades das escolas.

A título de exemplo, o ano letivo de 2019/2020, 88 professores ficaram no concurso externo; em 2021/2022, 281 professores entraram para os quadros da Região, sendo que há boas perspetivas para o futuro.

Por outro lado, o desinvestimento também levou a um decréscimo significativo de candidatos à oferta de emprego. E muito rapidamente, analisando as tabelas, dou como exemplo o ano letivo 2015/2016, no Grupo 330 tínhamos 247 candidatos e em 2020/2021, apenas 92.

Resumindo, já se previa há muito que iríamos chegar a esta situação. Até o próprio Secretário Regional da Educação e Cultura da altura, sabia disso. Mas desvalorizava a situação.

Segundo ele – vou ler apenas uma breve passagem, porque já não tenho muito tempo – “o que nós sentimos, neste momento, devido à falta pontual de professores, é que há eventualmente a falta de professores com habilitação profissional aqui e acolá. Portanto, não há muita” – dizia ele.

Quando questionado sobre aquilo que deveria fazer para reverter a situação...

Deputado Nuno Barata (IL): Já remodelaram o Governo todo!

A Oradora: ...dizia: “o Governo tem que articular com as instituições de ensino superior, dotadas de autonomia própria, que tem de resultar num diálogo, jamais numa imposição”. É certo que era preciso um diálogo. E houve diálogo, mas não passou disso!

Além disso, não foram postas em prática as medidas que estão legisladas no incentivo à estabilidade previsto na carreira docente.

Portanto, mesmo para terminar, gostaria só de deixar aqui uma questão à Sra. Secretária, que é a de saber exatamente como é que se tem reorganizado as escolas, perante a falta de docentes? E o que tem feito a Secretaria Regional da Educação nesse sentido?

E, peço desculpa, mas tenho mesmo que partilhar um último dado. O Sr. Deputado Rodolfo Franca falou sobre a falta de investimento deste Governo, ou melhor dizendo, falou num “investimento reduzido”, o que não é real. Porque a Secretaria anterior tinha educação, cultura, desporto e construções escolares. E se nós retirarmos tudo isto...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Zero! Obras públicas zero!

A Oradora: ... o que foi o real investimento da vossa governação foi de 18 milhões 674 mil e 199 euros. E o nosso foi de 21 milhões 265 mil e 515 euros. Está é que é a realidade!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é não!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP, PPM e Secretária Regional da Educação)

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vá ver à Secretaria Regional das Obras Públicas!

Deputada Délia Melo (PSD): Não chegámos ao fim ainda!

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luis.

(*) Deputada Ana Luís (PS): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais:

Apenas uma breve intervenção para dar conta – Sr. Deputado Pedro Pinto – de que foram os Governos do Partido Socialista que trouxeram todos para a escola. E não, como referiu, de os “atirar para o sistema”.

Trouxemos todos, mesmo aqueles que tinham mais dificuldades, tentando criar condições quer ao nível da docência, quer ao nível das infraestruturas, quer ao nível das alternativas, para que todos se sentissem incluídos e com igualdade de oportunidades numa sociedade que já por si é injusta e nem sempre dá oportunidades a todos.

Por isso, a escola hoje é diferente. A comunidade educativa é diferente. As exigências dos pais e encarregados de educação também são diferentes. E este era um debate que nos levaria aqui o dia todo e, portanto, também não é por ele que estamos hoje aqui.

Por isso, gostaria de deixar nota de que usar os mesmos argumentos para falar duma escola que hoje é totalmente diferente daquilo que era há 10, 15 ou 20 anos atrás, também não me parece o mais adequado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: A Sra. Secretária Regional falou da necessidade dum pacto de regime para um problema existente que é a falta dos professores. E, por isso, relevo aqui não só a sua intervenção, mas também a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque para nos podermos sentar todos à mesma mesa, é preciso que estejamos todos disponíveis para ouvir, para reconhecer e também para criticar. Porém, entrar num pacto de regime, sentarmo-nos à mesma mesa, para estarem, uns a ouvir, e outros apenas a criticar por tudo e a não querer ver os números, penso que não estaremos disponíveis, como disse o meu colega Rodolfo Franca.

De facto, o Sr. Deputado Rui Espínola e a Sra. Deputada Délia Melo falam de números que não nos satisfazem, em relação aos quais tudo fizemos para que eles pudessem melhorar. Mas falar destes números, em termos comparativos, sem querer ver a evolução que os próprios números têm para os Açores, não é justo nem é um debate sério, na minha opinião.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Se formos ver as taxas de abandono precoce, as taxas de desistência ao nível do secundário e a taxa de analfabetismo, os Açores, nos últimos 12 anos -nem sequer vou falar desde 1996 – têm um crescimento muito significativo.

Deputado Rui Espínola (PSD): Qual é o crescimento?!

A Oradora: Sr. Deputado, de facto, os valores ainda não são aqueles que nós queríamos. Mas não nos podemos esquecer do ponto de partida.

O que é que eram os Açores antes e depois do 25 de abril e o período que tivemos para convergir?

Portanto, Sr. Deputado Rui Espínola, para sermos sérios a debater, temos que ter em conta todas as variáveis e não só aquelas que os senhores querem ter.

Deputado Bruno Belo (PSD): E o crescimento?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Por isso, para falar do problema de falta de professores dos Açores e do desinvestimento do Governo do Partido Socialista, Sras. e Srs. Deputados, temos que ver que este problema que não é exclusivo dos Açores. É um problema nacional que, logo à partida, tem a questão da aposentação e do desinteresse que tem existido pela carreira, aliás os números para os mestrados integrados na área da educação revelam isso mesmo. Os cursos via ensino, e a sua menor afluência e frequência, revelam isso mesmo. Mas podemos ir à Europa e basta ler um relatório de 2018 relativo às carreiras de professores (na Europa), para verificarmos que este é um problema de vários países europeus; há alguns onde ainda não é tão significativo, no entanto já começa a ser uma preocupação para a grande maioria dos países da Europa.

Portanto, crer fazer deste problema, um exclusivo dos Açores, para com isso poder dizer que a culpa é do Governo do Partido Socialista, não é sério. E não é desta forma que nos poderemos sentar à mesma mesa para defender uma melhor educação para o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rui Espínola (PSD): Eu não disse isso!

A Oradora: Por isso, Sras. e Srs. Deputados, vamos falar de números sim. Queremos melhores números, queremos. Mas não verificar a evolução positiva que os Açores tiveram em relação ao continente, não é sério da vossa parte. E, por isso, também, gostaríamos que pudessem refletir sobre essa situação, porque o passado – Sra. Deputada Délia Melo – ajuda-nos de facto a melhor compreender o presente e melhor construir o futuro. Mas é se conseguirmos vê-lo de mente aberta.

Deputado Rui Espínola (PSD): Se conseguirmos ver assim, vemos que não está tudo bem!

A Oradora: Quando só conseguimos ver uma parte do problema, não conhecemos o nosso presente e, muito menos, vamos construir um futuro melhor para as gerações vindouras!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Ana Luis:

Eu quando fiz a minha intervenção, procurei ser muito específico.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito mais específico do que se espera!

O Orador: Ative-me aos argumentos do Sr. Deputado Rodolfo Franca e depois transmiti à Câmara alguns testemunhos que recebi dos professores. E foram esses testemunhos que diziam que os professores são pressionados a produzir estatísticas lisonjeiras; que o sistema transformou-se numa produção em série de certificados de conclusão; e que o objetivo – esta já é uma conclusão minha – do sistema de ensino não é expelir alunos pelo sistema, o mais rapidamente possível, como se isso fosse significado de sucesso escolar.

Eu não falei da escola de há 10, 15 ou 20 anos atrás. Nem disse ou critiquei os Governos do Partido Socialista por terem trazido ou não todos para a escola. Muito mau seria se o Partido Socialista, com 20 anos de governação, tivesse impedido o acesso à escola a muitos dos nossos alunos. E não foi essa a crítica que eu fiz, Sra. Deputada. Nada disso!

O ProSucesso foi criado em 2015. E estas apreciações que os professores fazem e a avaliação que eu fiz, foi exatamente destes últimos 5 ou 6 anos. Não foi da educação de há 15 ou 20 anos atrás.

Portanto, Sra. Deputada, querer apontar ao CDS algum tique de exclusão social, referindo que o Partido Socialista não exclui ninguém, o CDS não aceita lições do PS sobre educação. O CDS é pela escola inclusiva. O CDS é pela escola para todos. O ProSucesso teve coisas positivas e coisas negativas. Foi avaliado. Existe um relatório. E os Srs. Professores do sistema educativo regional foram as pessoas que avaliaram o ProSucesso. Foram eles que responderam ao inquérito. Logo, este relatório é a interpretação do resultado desse inquérito. E, portanto, eu disse que este relatório tem conclusões muito preocupantes e alarmantes, uma das quais é o facto de só 500 respostas, num universo de mais de 4000 professores, terem sido validadas; outra, muito alarmante, é o facto de, em mais de 4000 professores, só 800 terem respondido ao inquérito. No entanto, Sra. Deputada, a amostra foi validada cientificamente e é significativa, apesar de serem só 500 respostas.

Portanto... é o que é.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não disse nada disso!

O Orador: São as respostas que temos. Pior seria não haver o relatório, muito pior!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, temos aqui um ponto de partida e um motivo de reflexão, a partir do qual podemos melhorar o sistema de ensino nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e CDS/PP: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) Secretária Regional da Educação *(Sofia Ribeiro)*: Muito obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar não falhar nas respostas às questões que foram suscitadas.

Sr. Deputado Rui Espínola, relativamente ao esforço no que concerne às bolsas para mestrado em ensino, e na sequência da legislação aqui apresentada pelos partidos que apoiam o Governo, foi regulamentada a atribuição das bolsas; foi definida com base nos recursos à Bolsa de Emprego Público no ano anterior, os cursos mais carenciados; foram identificados os cursos de matemática, biologia e informática no secundário e vão ser disponibilizadas 61 bolsas nestes cursos correspondendo a um esforço superior a 350 mil euros, no próximo ano civil. E daqui a dias estará inscrito também na nossa Proposta de Plano para 2022, uma vez que é essa a proposta que foi apresentada e o que está regulamentado.

No que concerne ao esforço para os assistentes operacionais e da estabilidade do pessoal não docente, questão que foi colocada por vários Deputados, este é um esforço que é para manter. Nós já apresentámos às escolas um pedido de revisão (feitos pelas escolas) das suas necessidades, passando dum paradigma que foi da primeira fase do exercício deste Governo, em que colocámos os trabalhadores face ao tempo de serviço que tinham nas escolas, em que incluimos os programas ocupacionais que estavam não apenas há 3 anos, mas que até tinham interregnos até 120 dias, entre os próprios programas ocupacionais. E, portanto, passada esta 1ª fase de integração pelo tempo de serviço, entendemos que agora urge passarmos a uma 2ª fase de integração e de revisão dos quadros, com base nas necessidades das próprias escolas, no que concerne à dotação e ao funcionamento das próprias equipas multidisciplinares. Neste momento, as unidades orgânicas estão a fazer um levantamento das suas necessidades em termos de assistentes operacionais, de psicólogos, de

informáticos, terapeutas de fala, psicomotricistas, ou seja, todas as áreas de pessoal não docente que estão a serviço das nossas escolas, e mesmo aquelas que venham a entender como necessárias e que neste momento não existam, para que nós, nessa sequência, possamos fazer uma análise e uma revisão dos quadros do pessoal não docente, não com base no rácio de trabalhador por aluno, mas sim com base nas reais necessidades das nossas escolas.

Já no que concerne à estimativa do número de vagas que vamos abrir para os quadros de docentes, como espero que compreendam, ainda não tenho condições para me comprometer com um número em específico, até porque nós damos sempre prioridade – e assim está legislado – à abertura de vagas em quadros de escola. E até ao momento em que abrem os concursos, é feita a aferição das reais necessidades que decorrem, entre outras, da aposentação dos docentes. Logo, neste momento, apenas podemos apresentar uma estimativa. E atendendo ao número de colocações já verificadas no início deste ano escolar, fazendo a comparação com os últimos 2 anos, verificámos que estamos a incluir em quadro pelo menos cerca de 2 centenas de professores e educadores de infância.

Deputado José Contente (PS): Se as finanças deixarem!

A Oradora: Vamos ver.

Seja confiante Sr. Deputado!

Deputado José Contente (PS): Eu sou! O problema vai ser é seu!

A Oradora: Este é um esforço que está a ser feito e tem uma repercussão efetiva nas nossas escolas.

No que diz respeito aos estudos, e agradeço à Sra. Deputada Alexandra Manes o espírito de concertação e de diálogo com que se apresentou, há efetivamente um trabalho que tem de ser feito de articulação entre todos, sendo que a articulação tem que ser feita a vários níveis. E também gostaria de deixar dito nesta Câmara que, para além de termos apresentado em conselho coordenador do sistema

educativo regional uma avaliação interna feita pelas escolas, referente ao funcionamento do ensino à distância, estamos a ultimar também, com a Universidade dos Açores, a possibilidade de desenvolvermos um estudo concertado por esta, relativamente ao impacto e à forma como foi conduzido o ensino (à distância) nos 2 últimos anos escolares. E, portanto, estamos também a trabalhar nesse sentido.

Já no que respeita às questões suscitadas pelo Sr. Deputado Rodolfo Franca, em primeiro lugar, deixar aqui bem claro que nós nunca quisemos firmar fosse o que fosse, ao apresentar um estudo dum avaliação externa que visa precisamente um olhar (externo) acerca daquilo que, neste caso em concreto, foi implementado a nível da administração educativa regional.

Foi feito um estudo por docentes da Universidade dos Açores, com um método inovador que é referido pelos próprios investigadores, com um grau de confiança superior a 95%. Por isso, quanto à credibilidade do próprio estudo, creio que estamos conversados.

Já no que respeita à sua estupefação, por nunca terem assistido às reclamações, pois o Sr. Deputado ainda em julho deste ano, fez a referência à falta de professores profissionalizados em determinados grupos disciplinares é um problema nacional. Ou seja, os senhores foram os próprios a referir e a reconhecer que este é um problema não somente nacional, como um problema internacional.

Deputado Rodolfo Franca (PS): E é!

A Oradora: E foi com esta postura que nós nos apresentámos, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Rodolfo Franca (PS): A Sra. Secretária talvez. O PSD é que não!

Deputado Miguel Costa (PS): A Sra. Secretária esteve bem. Ali ao lado é que não!

A Oradora: Foi a de avaliarmos e apreciarmos a real situação do sistema educativo regional.

Nós fizemos um efetivo reforço de professores e de educadores de infância nas nossas escolas. Para além das mais de 3 centenas de vagas em quadro que colocámos – estamos a falar da passagem dum regime de integração precário para um regime de estabilidade – aquilo que fizemos logo a seguir, e contrariamente a um primeiro receio até expresso nesta Assembleia de que depois faríamos uma grande redução na colocação de professores, fizemos exatamente o contrário e dotámos as nossas escolas, em termos de efetivos, de mais de 200 professores a lecionarem em regime efetivo. O problema advém, existe e não é novo – posso dar-vos os dados deste ano e por comparação aos do ano passado, no lançamento do ano escolar, das necessidades de substituição das nossas escolas. O que é facto é que nós já não temos bolsas de professores nem a nível regional nem a nível nacional. Daí, também nos termos apresentado neste debate, perante a extrema necessidade de concertarmos entre nós uma posição de articulação entre os 3 diplomas que são essenciais para a construção do sistema educativo regional, nomeadamente o Estatuto da Carreira Docente, o diploma da criação da Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas e as Orientações dos Currículos de Educação Básica, no sentido de podermos almejar ter outros e melhores resultados na educação. Mas deixando aqui também o compromisso, Sras. e Srs. Deputados, de que não vimos com qualquer tipo de retórica parlamentar, apresentar um pacto de regime, sem dizer-vos em concreto o que queremos fazer.

Por um pacto de regime, entendemos – e dirijo-me em especial ao Sr. Deputado Nuno Barata – que é preciso sentarmo-nos todos à mesma mesa, e podermos apreciar com realismo e disponibilidade – como disse a Sra. Deputada Ana Luis – para ouvir, esclarecer e criticar os dados atuais e as perspetivas futuras do sistema educativo regional, para que possamos depois encontrar vias de

entendimento que possam constituir os pilares que conferirão estabilidade ao sistema educativo regional, não estando na dependência de quaisquer confrontos partidários que possam existir.

A educação merece mais e a nossa Região Também.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária.

Vamos fazer o nosso intervalo da manhã.

Regressamos ao meio-dia e cinco minutos.

Eram 11 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade a esta interpelação.

Eram 12 horas e 12 minutos.

A Mesa tem uma inscrição, mas o Sr. Deputado não se encontra na sala.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer à Sra. Secretária Regional os esclarecimentos feitos até agora e dizer-lhe que tinha mais algumas questões para colocar, mas entretanto a Sra. Secretária antecipou-se e já as respondeu. No entanto, gostaria de colocar-lhe ainda outras questões.

Reconhecendo que este foi o tempo certo para levar a sério a proposta de redução do número de alunos por turma, bem como todas as medidas que

promovam a personalização da educação, reconheço-lhe o facto de ter (reconhecido) que nem tudo tinha corrido bem e que, neste momento, continua a haver uma acentuada falta de professores, o que talvez tenha feito com que esta medida tenha funcionado a *meio gás*. O que torna necessário que realmente se tenha de continuar a investir na contratação de professores, dotando as escolas, para que a redução do número de alunos por sala não fique por si só. Portanto, há uma verdadeira necessidade de acompanhar e dar um apoio individualizado a estes alunos.

Outra questão, Sra. Secretária, tem a ver com o estatuto do docente, em que estão previstos incentivos para a fixação dos mesmos.

Não será a hora de se proceder a esses incentivos, nomeadamente para aqueles grupos mais necessários?

Também gostaria de lhe dizer que se aceitámos o diagnóstico de que o impacto da pandemia é desigual, temos também a obrigação de permitir que o acompanhamento seja centrado nas necessidades de cada aluno. É necessário reforçar de imediato o número de auxiliares nas escolas e contratar mais professores. É, ainda, urgente o rejuvenescimento e renovação do corpo docente.

Por outro lado, foi com agrado que verifiquei que a Sra. Secretária adiantou que está a prever uma alteração, no sentido de adequar o número de auxiliares e do corpo docente às necessidades da escola. Aproveito para dizer aqui que o Bloco de Esquerda apresentou, na Legislatura passada, uma proposta do mesmo teor e, brevemente, tornará a apresentar nesta Casa mais uma iniciativa para que se proceda a uma revisão do rácio de auxiliares por aluno, por forma a adequar as verdadeiras necessidades.

Depois, Sra. Secretária, não se pode querer fixar professores, quando não há disponibilidade no parque habitacional. Foi pública a situação que se passou na ilha do Corvo e o mesmo se passa noutras ilhas, onde a dificuldade de habitação

é acentuada e os preços praticados pelo mercado imobiliário, no que ao arrendamento diz respeito, são bastante elevados.

A solução encontrada para a ilha do Corvo, com a aquisição de um imóvel, será aplicada noutras ilhas? Será feita a devida reabilitação do edificado público, para dar uma resposta de modo a que estes professores se sintam também mais incentivados a vir para os Açores?

Obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Das suas duas intervenções que ouvi com atenção, ressalvo a abertura e disponibilidade demonstradas para se sentar à mesa com as diferentes opiniões e ideias de cada partido. Eventualmente não poderei concordar com a postura da bancada do PSD que tentou branquear um pouco o passado, querendo fazer crer que só a partir de agora é que tudo está a ser bem feito.

Deputado Rui Espínola (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: Também fiquei um pouco surpreendido, porque se calhar esperávamos uma elencagem de novas medidas quanto à fixação de professores, mas na verdade, pela sua assunção – e desculpe a minha interpretação, é minha e tenho a legitimidade de a ter – o problema da fixação de professores é de grande dimensão, já existia e continua a existir.

A Sra. Secretária também assume que há necessidade de todos nos sentarmos à mesa. Mas é preciso que nos sentemos todos à mesa e não haja quem nos puxe a cadeira. Que seja uma mesa plena de abertura de espírito e de diálogo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, também gostaria de dizer-lhe, tal como já tinha reiterado em duas intervenções anteriores feitas nesta Casa, aquando da alteração ao Regulamento do Concurso de Pessoal Docente, que a falta de professores existe, no caso muito particular da ilha das Flores, tendo sido colmatada apenas na passada semana, ou melhor, só ontem, quando entrou o docente de biologia ao serviço.

A criação dos quadros de ilha cuja necessidade nós já defendemos - apresentámos propostas para acautelar as ilhas mais pequenas como Sta. Maria, Corvo e Flores - neste último caso, permitiu a entrada de 24 professores. Só que destes, apenas 1 permanece na ilha. Ou seja, se é verdade que no passado ano letivo saíram 30 docentes por afetação, este ano saíram 43 e destes, 23 entraram no quadro de ilha. Portanto, este é um problema que já era assumido no passado, está a ser assumido agora pela Sra. Secretária e estamos cá para tentar encontrar soluções para ele.

Queria, também, reiterar o que já referi antes, e que agora foi também mencionado pela Sra. Deputada Alexandra Manes, sobre a necessidade da aplicação do sistema de incentivos. É para isso que iremos trabalhar e tentar sentar-nos à mesa para contribuir efetivamente para a fixação de professores principalmente nas ilhas mais pequenas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas notas muito rápidas, porque não tenho muito tempo. Mas, como primeira nota, queria saudar de forma muito positiva a predisposição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para o diálogo. Com certeza será fixado um calendário, para que este diálogo se realize e se inicie e que tenha resultados concretos. E, portanto, quero valorizar essa predisposição que é importante e, diria eu, fundamental.

Em segundo lugar, também saudar a mesma posição do Bloco de Esquerda. Creio ter entendido, da primeira intervenção do BE, essa predisposição, assim como da parte da Iniciativa Liberal, em relação a esta matéria.

Quero também referenciar, e responder de alguma forma, ao Sr. Deputado Rodolfo Franca, só para uma precisão em relação à qualidade do relatório e da avaliação externa. Devo dizer-lhe que certamente reconhecerá, Sr. Deputado, que não tendo sido durante um período muito para além do que estava estabelecido pelo próprio Governo, representa um avanço significativo que esta avaliação externa tenha finalmente sido concretizada, porque o Governo do Partido Socialista ao final de 2 anos, nem ao final de 4 anos. E, portanto, essa avaliação externa não foi concretizada. Diz V. Exa. que ela é boa, mas depois diz que é coxa. Dou-lhe um conselho, Sr. Deputado: está a desvalorizar o seu próprio argumento e, na minha perspetiva, está a incorrer num erro de argumentação.

Outra questão tem a ver com a gestão dos docentes. Creio que V. Exa. foi presidente do conselho executivo certo?

Deputado Rodolfo Franca (PS): Fui!

O Orador: Eu também.

Quem é que faz a gestão dos recursos? São os diferentes conselhos executivos que têm a obrigação de fazer essa gestão do pessoal docente e não docente. É o que está na lei.

V. Exa. diz que nunca existiram tantos professores, mas ao mesmo tempo, diz que a gestão não está a ser bem feita.

Bom, eu digo-lhe uma coisa, se tem uma perspetiva diferente, isto é, de que os recursos humanos devem ser afetados centralmente, eu defendo aquilo que defendi sempre – e o Partido Socialista defendia até hoje – ou seja, a gestão democrática das escolas; os conselhos executivos devem continuar a ter essa responsabilidade. Era essa a posição histórica do Partido Socialista, penso que continuará a ser, não sei se é a sua. Mas a minha posição continua a ser essa.

Depois, dizer ainda, ao Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, que conheço os números de que fala. E, embora o senhor não tenha estado sempre aqui, lembre-se do que eu disse há 3 anos sobre o fim da fixação (dos 3 anos)? Inclusivamente com abaixo-assinados vindos da ilha das Flores, que disseram que era um erro, porque a partir daí os professores não ficariam nas ilhas mais periféricas.

Quem é que fez essa alteração?

Foi o Governo anterior. Foi um erro. E se calhar vamos ter que repensar esse assunto todos juntos. Mas já na altura eu achei que era um erro. E, como se está a ver, é agora um problema acrescido.

Finalmente, sobre a intervenção do Bloco de Esquerda, gostava de fazer uma referência que até talvez seja politicamente incorreta. É que há aqui um problema que não é deste Governo ou do anterior. É um problema do sistema e que tem a ver com os atestados médicos. Há uns 3 ou 4 anos fiz um requerimento sobre isso e verifiquei que cerca de 30% do pessoal docente estava de atestado. É evidente que muitas situações são reais, a maioria delas, mas quando um pai pergunta “quando é que nós vamos ter o professor que aqui ficou colocado e que está de atestado”?

Bem, não sabemos responder, porque não é uma questão que o Governo possa resolver.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Quem é que passa as baixas?

Deputado António Lima (BE): É o médico!

O Orador: Pois... essa é uma decisão médica.

Por isso, não é uma questão a que a Sra. Secretária Regional da Educação possa responder. Mas temos que rever também essa matéria. Porque às vezes nós temos absentismos do pessoal docente e não docente, nalgumas zonas, na ordem dos 30%, o que é muito significativo, até parece que aconteceu uma epidemia naquele local.

Deputado Nuno Barata (IL): Há sempre um *trafulha!*

Em todo o lado há um *trafulha!*

O Orador: E, portanto, é necessário pensar e verificar que mecanismos nós temos nesta matéria.

Há até situações que há um ano era uma coisa, por exemplo nas Flores, tivemos uma situação em que foi preciso colocar 4 professores (pelo Governo anterior), porque os 3 primeiros tinham atestado médico, isto é, o primeiro colocou atestado, o segundo também colocou, o terceiro idem e só o quarto é que ficou. Quer dizer, assim é muito difícil gerir. Por isso, há que encontrar mecanismos efetivos de fiscalização - é o que eu defendo.

Eu sei que, politicamente, não será muito correto, mas é a minha perceção e é necessário fazer qualquer coisa também a este nível.

E pronto, são estas as respostas que eu tinha para dar.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(* Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Participo neste debate, desde logo, para corroborar algumas afirmações aqui feitas quanto ao fenómeno da falta de pessoal docente.

Como aqui foi dito, não é uma situação exclusiva dos Açores. Não é nacional. E às vezes, até toma mesmo dimensão europeia, porque também atinge muitos países.

Isso é inegável. Mas há uma coisa em relação à qual também não podemos fugir. É que sendo um problema nos Açores, temos de ser nós a resolvê-lo aqui. E, de facto, sendo um problema novo, o que nós constatamos é que não foram empreendidas as soluções que agora têm de ser tomadas. E é para isso que nós queremos efetivamente trabalhar.

As desconsiderações que foram feitas sobre a profissão docente, foram ataques dos poderes públicos que em nada contribuíram para a atratividade da função docente, muito pelo contrário. O aumento da idade de aposentação, o congelamento das carreiras, a redução da autoridade e do prestígio social dos professores. Naturalmente tudo isto teve consequências, com a procura dos cursos de formação inicial de professores a reduzir significativamente, o que levou as universidades, incluindo a nossa, a fechar este tipo de cursos.

Nos Açores, faltou uma visão prospetiva sobre este problema. Bastaria atentar na circunstância de termos atualmente mais de 1300 professores com 55 ou mais anos de idade, para perceber que num universo de tempo tão curto, não dá para fazer a formação de duas fornadas de professores e que vamos ter 1300 professores a sair do sistema educativo. E esses lugares têm que ser preenchidos.

O discurso aqui foi completamente distinto. Ou seja, foi o de que a população está a diminuir. A natalidade é baixa e, portanto, nós temos professores a mais e não precisamos de nos preocupar com isso. Absolutamente errado!

Houve aqui uma falta de visão e uma incapacidade para ver para além do tempo. E o tempo até tinha um horizonte muito curto que era de apenas 10 anos. Nos últimos 5 anos reformaram-se nos Açores 129 professores.

O que é que o Governo Regional do Partido Socialista fez para suprir essa substituição que teve que ser naturalmente efetuada?

Se fez alguma coisa, nós não identificámos.

Até ao final desta Legislatura, vão-se reformar 324 professores.

O que é que foi feito?

Nós já não vamos a tempo sequer de substituir esses 324 que, até ao final de 2024, passarão à reforma. E nos próximos 10 anos, no total, são 1300.

Entendemos, portanto, que é fundamental atacar este problema que passa, entre outras coisas, por ter uma perspetiva de futuro e de contribuição construtiva para a solução deste problema.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PSD, creio que acompanhado pelos nossos parceiros de coligação e dos outros que suportam este Governo, podemos adiantar algumas recomendações ao Governo Regional. Desde logo:

- A revisão do Estatuto da Carreira Docente a qual, entre outras coisas, faça a bonificação da contagem do tempo de serviço, por exemplo, para progressão na carreira, para os grupos de recrutamento de maior dificuldade, ou em concelhos onde é difícil fixar professores.

- Alteração da estrutura da carreira docente, designadamente naquilo que diz respeito ao tempo de permanência no 1º escalão, que é uma decisão do Partido Socialista que obriga os professores dos Açores a estarem muito mais anos no escalão inicial da carreira do que acontece no resto do País, incluindo na Região Autónoma da Madeira.

- Alteração do Estatuto da Carreira Docente que passe pela reformulação do horário dos professores do 1º ciclo e educadores de infância, como aliás é compromisso do Governo Regional e está plasmado no próprio Programa.

- Que faça a justiça a um problema criado pelo Partido Socialista na criação de várias estruturas da carreira docente, fazendo com que alguns colegas

professores tivessem perdido tempo de serviço e é preciso fazer essa recuperação.

Quanto à fixação e à atratividade da profissão, nós aí entendemos que deve ser criado um programa transversal de incentivos ao recrutamento de professores que, entre outras matérias:

- Possa contemplar um suplemento remuneratório para grupos de recrutamento e zonas geográficas muito carenciadas.
- Um subsídio para alojamento durante os primeiros 5 anos de contrato, ou durante o contrato do professor, ou ainda durante os primeiros 5 anos de ingresso nos quadros, sejam de escola ou sejam de ilha.
- O pagamento de juros de crédito à habitação, no caso de professores do quadro.
- O pagamento de viagens aéreas.

São apenas algumas ideias que são aqui lançadas, sem prejuízo de termos que dar atratividade à profissão. Sem esquecer, obviamente, a estabilidade para a qual já contribuímos com os quadros de ilha e também o incentivo que foi a criação de bolsas de mestrado criadas por este Parlamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em jeito de conclusão, neste debate de urgência, queria ainda dizer que apesar de termos equacionado a hipótese de lançamento deste tal pacto, que afinal foi o

que aconteceu, ficámos por outro lado, dececionados, porque o que verdadeiramente esperávamos – e se calhar queríamos – era que surgisse aqui um plano diferente, ou o ProSucesso reformulado, que nos traçasse um rumo inovador, como V. Exas sempre preconizaram, para o sistema de ensino da nossa Região.

Não tendo acontecido assim, há um pedido de auxílio da Sra. Secretária, no entanto, queria fazer uma recomendação, desde logo. Então que o pacto se faça de uma forma articulada, porque durante a semana toda a comunicação social, desde os jornais, às redes sociais, à internet e depois o Parlamento, passou um determinado discurso muito ofensivo que é o que se mantém, apesar da tentativa de pacto. É a primeira recomendação que nós temos a fazer. Assim não é possível, assim não dá definitivamente.

Depois, queria também dizer que embora não o queiram o assumir, ao ProSucesso deve ser dada continuidade, reformulando-o.

No fundo, é isso que o tal estudo faz. Ou seja, recomenda a reformulação do ProSucesso. E parece-me correto, porque há sempre melhorias a introduzir, até porque o próprio sistema sofre alterações e, naturalmente, os planos também têm que se ir adaptando e reformulando. Só assim conseguimos chegar a bom porto.

Porém, não posso deixar de dizer que o estudo passou obviamente a inquérito. E há que também assumir as coisas como elas são. Ainda por cima, a um inquérito dum número muitíssimo reduzido de professores.

Eu nunca disse que o estudo era bom, peço desculpa, Sr. Deputado Paulo Estêvão. O que eu disse foi que fica provado com o ProSucesso é bom. Foi o que eu disse. Porque o estudo não conseguiu comprovar aquilo que V. Exas. no fundo pretendiam demonstrar, isto é, que o programa era mau. Portanto, ficou mais que provado que é bom.

O que é se passa no documento?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só é bom aquilo que merece!

O Orador: Naturalmente fatigados com todo o desgaste que o ProSucesso promoveu, alguns professores retiram a opinião de que ele não foi bom. Parece-me que não é assim que deve ser feito um estudo e não é assim que um estudo pode ter a devida fiabilidade.

Por último, reitero a nossa posição. O PS está sempre disponível para trabalhar, desde o primeiro dia o dissemos, em prol dum melhor sistema educativo.

Portanto, é preciso ser frontal, honesto e acertar discursos que, de outro modo, não vai ser possível trabalharmos em conjunto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Alerto-o de que tem muito pouco tempo.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para dizer que o Sr. Deputado Rodolfo é um bocadinho incorrigível. Quer dizer, está a queixar-se que os outros *atiram pedras*. Nós viramos as costas e ele começa a *atirar pedras* aos outros e depois diz que a culpa é dos outros!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termino já.

Eu sinto que negociar consigo é como aqueles norte-americanos que negociavam com os vietnamitas que diziam “vêm negociar? São fracos!”.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ele não disse nada disso!

O Orador: V. Exa. diz “a Sra. Secretária quer negociar, é fraca e está a pedir auxílio”.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Eu não disse nada disso!

O Orador: Foi o que V. Exa. disse.

Não. A Sra. Secretária veio aqui apresentar excelentes resultados e veio fazer aqui uma coisa que é essencial, isto é, construir em conjunto um novo sistema educativo. Uma atitude de colaboração entre todos. E V. Exa. está a torpedear e a dizer que quem quer negociar mostra fraqueza!

Portanto, o que lhe quero dizer é que isso não mostra de todo fraqueza. Mostra, sim, convicção no diálogo democrático e mostra que esta reforma tem que ser feita com todos.

O Sr. Presidente já me advertiu que eu terminei o meu tempo. Mas sempre lhe quero dizer que o seu argumento em relação ao ProSucesso é o de que é bom, porque o relatório não diz que ele é mau.

Eu vou-lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado: essa sua afirmação não tem obviamente nenhum tipo de consistência.

Vou mesmo terminar dizendo-lhe que este diálogo é para se fazer.

Eu percebo que vai existir tentativa por parte de V. Exa. de torpedear o diálogo, mas não vi isso no resto da bancada do Partido Socialista, por isso, vamos mesmo realizar este diálogo. E tenho a certeza e a convicção de que vamos alcançar bons resultados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta última intervenção do Sr. Deputado Rodolfo Franca, tenho que dizer que não podemos concordar quando diz que é um pedido de auxílio da Sra. Secretária.

Ó Sr. Deputado, não é!

Esta é uma nova forma de governar a Região!

Vozes do Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, como tal, não podemos concordar.

Temos aqui um novo espírito de abertura, para que todos aqueles que quiserem possam colaborar nesta nova estratégia da educação, avaliando o que está bem, o que foi bem feito, o que está mal feito e o que é preciso mudar.

É isto que a Sra. Secretária transmitiu aqui. É isso que propôs a todos nós. E não um pedido de auxílio.

Se calhar se fosse noutros tempos, tínhamos a nossa avaliação externa – e isto não é um estudo em que já estávamos à espera dos resultados, é uma avaliação externa feita ao ProSucesso, para quem goste e para quem não goste – e depois eram implementadas as medidas que o Governo entendesse. E não é isso que está a ser feito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O que está a ser feito aqui, para todos nós que temos responsabilidades nesta Casa, e para qualquer partido aqui representado, é que

possamos participar neste processo. E é essa a diferença que o senhor ainda não entendeu.

Por outro lado, relativamente à questão de que foi só um número reduzido de professores que manifestaram a sua opinião, eu gostava de lhe perguntar se o senhor não acha que a opinião de muitos e muitos professores desta Região é a de que está instituído no nosso sistema educativo o regime do facilitismo? E que os miúdos passam sem saber nada? E que não podem ser chumbados?

Há uma frase dita por um professor que diz: “avaliar um aluno, até que este tenha positiva e transite, não faz com que o mesmo adquira um conhecimento. É facilitismo puro”.

Na verdade, há este sentimento junto dos professores, de que eles não têm tempo para ensinar, porque estão embrenhados em montes de papel. Há este sentimento. E o senhor quer fazer parecer que não há esse sentimento, quando nós, todos os dias, quando andamos nas nossas ilhas, nas nossas escolas e nas nossas vilas e cidades, é isto que sentimos na classe docente!

Como é que senhor pode vir dizer que não é assim?!

Presidente: Agradeço que termine Sra. Deputada.

A Oradora: E, portanto, acho que foi muito importante este debate da iniciativa do Governo Regional, pois sem dúvida a educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento da nossa sociedade e da nossa Região. Têm sido implementadas políticas que têm resultado, há outras que não resultaram e que não conseguimos passar dos lugares mais baixos, em termos de indicadores na área da educação. Mas é isto precisamente que se quer inverter e é para isso que este debate foi trazido a esta Casa.

É para isso que todos somos chamados a participar.

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

O CDS/PP também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rodolfo Franca.

(* Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver, isto até parece aquela história de que tudo se iniciou aqui hoje. Ou seja, fazer pactos sem apertos mão. Ainda mais, pondo na boca das outras pessoas aquilo que elas não disseram.

Nunca aqui disse certas coisas que foram pronunciadas agora, como se eu as tivesse dito.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Disse, disse!

O Orador: Eu não falei em fraqueza – vai me desculpar!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O senhor falou em pedido de auxílio!

O Orador: Eu falei, na verdade, num pedido de auxílio que, do meu ponto de vista, não é uma fraqueza! Há uma grande diferença entre um e outro.

Peço imensa desculpa! Eu não falei em fraqueza. O que eu disse foi que houve aqui um pedido de auxílio. E o que eu quis dizer com isso foi que, em primeiro lugar, a vossa bancada (PSD) deveria se reorganizar, os vossos oficiais e almirantes. Porque quando os próprios almirantes o que fazem diariamente é atacar, não é fácil trabalharmos em conjunto. E isto é a verdade. E noutro momento, podemos detalhar o que eu quero dizer com isto, se calhar na tal mesa em que vamos traçar um rumo. Até porque eu não quero aqui falar de nomes...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Esperançadamente não será o seu certamente!

O Orador: ...mas V. Exas. estão fartos de saber do que é que estou a falar.

Relativamente ao relatório de avaliação externa do ProSucesso, e tenho que dizer novamente, nunca ninguém disse que ele não é bem-vindo e que não o queríamos. No entanto, ele não está a ser lido convenientemente. Está a ser lido parcialmente, porque os próprios autores do relatório, a dada altura, confessam...dizem que as conclusões tiradas dos relatórios internos do ProSucesso estão corretas – é esta a expressão exata. Eu não sei de cor a página, mas sei o que li e está lá dito. E, no final, também diz todo um conjunto de considerações que, no fundo, encaminham para a continuidade do ProSucesso.

Por outro lado, também achamos que não está correto chamar estudo a um levantamento de opiniões de **alguns professores**, não são os professores da Região, que legitimamente dão a sua opinião, saturados e fatigados de todo o processo, como é evidente. Mas isso tem que ser visto e analisado do ponto de vista correto. Não é a partir de um estudo que fala em nome de todo o sistema educativo da Região. Que isso fique bem claro e por favor não digam outra vez coisas que eu, na verdade, não disse.

Em resumo, para concluir, e porque ainda tenho tempo, o PS – e não sou só eu – está inteiramente disponível para trabalhar em prol do sistema educativo da Região.

Ponto final nessa perspetiva de que somos arrogantes, que não queremos trabalhar, que queremos estar sozinhos e queremos é dizer mal. Não é verdade!

O que queremos e dizemos é pensando num melhor futuro para os nossos alunos e para a nossa Região. E, depois, há detalhes - lembrei-me agora – que têm de ser revistos.

A Sra. Secretária volta a falar de medidas que já estão a ser traçadas a médio e longo prazo. Sim Sra. Secretária. Mas temos que imediatamente – já deveria ter sido no Regulamento do Concurso...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Há 10 anos atrás não falavam assim!

O Orador: ... pensar em medidas, para já e para ontem, e para o dia de amanhã, de captação de professores para a Região. Precisamente, porque o problema é geral, é que temos que pensar para a nossa Região nessas medidas de fixação dos que cá estão, dos que estão em lugares que não são os mais apetecíveis e de captação de docentes do continente para cá. E isso ainda não foi pensado e nós dissemo-lo no debate para discutir esse assunto. Os senhores analisem e vão ver o que nós dissemos no debate do Regulamento de Concurso e verão que está lá tudo o que queremos dizer.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Página 83, Sr. Deputado Rui Espínola. Primeiro parágrafo!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Calculo que esta seja a minha última intervenção neste debate. E reitero que não medir o que foi feito na Legislatura passada e o que se pretende para esta agora. Para a bancada do Bloco de Esquerda, o que importa realmente é que os alunos tenham sucesso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: No entanto, gostaria de reafirmar outra opinião nossa, que é também partilhada pelos professores, porque não é só nos fóruns que se debatem medidas. O Parlamento existe exatamente para isso. E deve ser aqui que devem ser formuladas as medidas a serem implementadas.

O que se passa nesta Região, é que os professores que servem para o apoio educativo individualizado, estão a servir também para fazer substituições. E isso não pode acontecer. Há que haver a garantir de que os professores destacados (a prestar apoio educativo), não fazem substituições, porque senão, não estamos a cumprir aquilo com que nos comprometemos e que é dar o apoio individualizado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Espínola.

(*) Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rodolfo Franca:

Eu não resisto às suas interpelações, mas vou ter que ser muito breve, porque tenho muito pouco tempo.

Em relação ao ProSucesso, o senhor sabe tão bem quanto eu, porque somos professores, ainda para mais na mesma escola, que teve aspetos positivos e negativos, tal qual como está demonstrado no relatório. Porém, nós não podemos branquear os aspetos negativos e fazer de conta que não aconteceu nada nem se passou nada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse relatório tem expressões graves como “facilitismo”, “falta de estrutura e de organização”, “sobrecarga de trabalhos”, “relatórios embelezados”, “falhas na ligação à família e à comunidade” e “apropriação de projetos”.

Se. Deputado, eu não tenho muito tempo, mas quero anunciar à Câmara que o Grupo Parlamentar do PSD irá requerer a presença da Sra. Secretária na Comissão de Assuntos Sociais, bem como da equipa de investigadores, exatamente para termos tempo de discutir esse relatório com mais calma e com mais tranquilidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Vou já terminar Sr. Presidente.

Há uma coisa que fica claro neste debate. É que o PS só quer um pacto para a educação, se não se falar do passado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, não! Não é isso!

O Orador: Sempre que se fala do passado, já não pode haver pacto para a educação.

O que percebemos desta discussão, é que o PS não sabe bem o que é que quer! Para nós, Grupo Parlamentar do PSD, esse pacto na educação é fundamental, para que possamos chegar a um entendimento no combate à pobreza e à exclusão social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso é para bem do futuro dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, para encerrar o debate, a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) **Secretária Regional da Educação** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Alexandra Manes:

Começo pela sua última intervenção, uma vez que foi única no sentido das questões e a importância da diferenciação entre o apoio educativo e a efetiva substituição.

Concordamos plenamente com a necessidade dessa distinção. E, na preparação deste ano escolar, também o apresentámos quer numa forma presencial com o conselho coordenador do sistema educativo regional, quer também formalizando-o no conjunto das orientações que apresentámos aos conselhos executivos, para que essa distinção possa ser feita.

Hoje, está a iniciar-se – a dar continuidade àquilo que tem vindo a ser feito todos os anos – a comissão de avaliação, juntamente com as escolas do próprio arranque do ano letivo. E vamos fazer esta análise do que está bem feito e o que é que não foi tão bem feito e também em que é que nós podemos aprimorar o sistema.

No que concerne aos incentivos à fixação, pois foram várias as bancadas que nos apresentaram essa proposta, o Governo Regional dos Açores está naturalmente disponível para fazermos essa discussão, que pode ter várias vertentes e que é muito exigente, porque ela tem não só a ver com os mecanismos de fixação inicial em quadros dos docentes, mas também com os mecanismos da própria transição e mobilidade dos docentes. E, portanto, ela tem múltiplas dimensões. Convém fazermos a análise para também podermos diferenciar quais são as questões específicas dos meios mais urbanos e das ilhas mais pequenas, com maiores dificuldades de fixação.

Fica, portanto, aqui este compromisso, sendo que o próprio Estatuto da Carreira Docente, e nesta revisão que nos propomos a fazer, vai ter que integrar outras

normas, para além destas específicas para a fixação, mas de atratividade da própria profissão, que façam com que a profissão seja efetivamente atrativa.

O Sr. Deputado Rodolfo Franca deixou aqui por duas vezes no ar a ideia de que nós nada tínhamos feito. Eu devo dizer-lhe que nós revimos quadros de pessoal docente e não docente. Articulámos com os conselhos executivos um novo regime de ensino à distância. Reabrimos, com uma nova estrutura, o conselho coordenador do sistema educativo regional. Introduzimos alterações no regulamento de gestão administrativa e pedagógica dos alunos, para podermos ter outras condições de lançamento do ano escolar. Nós fizemos parcerias com municípios e com escolas, para podermos ter implementado um plano de recuperação de aprendizagens, de acordo, de acordo com a autonomia das unidades orgânicas. Procedemos à avaliação e às várias negociações que tivemos que ter do próprio plano ProSucesso. E aqui, não posso deixar de fazer uma referência à tentativa do Sr. Deputado de restringir esta avaliação a um mero levantamento de opiniões, sugiro que analise com outro cuidado este relatório, porque os próprios investigadores justificam qual foi a metodologia usada – muito mais abrangente do que apenas “um inquérito” como quis fazer passar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e fazer essa redução, considero que é uma ofensa aos investigadores da Universidade dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: É, portanto, de saudar que possamos também, num outro espaço e com outro cuidado, numa forma tripartida até, poder fazer a avaliação deste plano com as Sras. e Srs. Deputados.

Investimos também em material informático nas nossas escolas, sendo que o ano letivo arrancou com mais 4 mil portáteis e com os mil tablets que, entretanto, estão a chegar. E estamos a lançar o *coaching* educativo, já para a semana, em efetividade de funções nas nossas escolas.

O Governo Regional tem, portanto, feito muito. E aquilo que queremos fazer também é, num novo estilo de governação, como aqui já foi e bem referido, podermos lançar as bases que nos permitam ter os pilares da educação bem firmados, duma forma concertada, com o intuito de termos uma boa condução.

Isto não é um “pedido de auxílio” mero. É um compromisso de concertação. É muito mais do que um pedido, Sr. Deputado.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sra. Secretária Regional.

Está encerrado este debate. É verdade que ainda não atingimos a nossa hora regimental, mas acho que ninguém se opõe que interrompamos os nossos trabalhos por agora para almoço. E regressamos às 15 horas com a agenda.

Eram 12 horas e 57 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos retomar os nossos trabalhos da parte da tarde.

Eram 15 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Marco Costa reocupou o seu lugar de Secretário na Mesa)

Vamos passar ao ponto 8 da nossa agenda, relativo ao **Projeto de Resolução n.º 57/XII – “Investimento e capacitação para uma agricultura sustentável”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Vai proceder à sua apresentação o Sr. Deputado Bruno Belo a quem dou a palavra.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um mundo em mudança estrutural com consumidores mais esclarecidos e mais seletivos nas opções de aquisição de bens e serviços rurais, exige que os Açores introduzam, para a próxima década, fatores diferenciadores na produção agrícola e agroindustrial integrados em novos pressupostos de acesso aos mercados e à sua internacionalização.

É também importante perceber que a incorporação da variável ambiental e do conceito de desenvolvimento sustentável requer mudanças organizacionais, adaptação e/ou substituição de processos produtivos, a fim de garantir a manutenção e disponibilidade dos recursos utilizados e a adequação ou antecipação a normas ambientais e de segurança.

No âmbito das políticas da União Europeia existem os seguintes princípios:

- A produção de alimentos saudáveis, acessíveis e sustentáveis;
- O combate às alterações climáticas;
- A proteção do ambiente e preservação da biodiversidade;
- A defesa de um rendimento justo dos produtores através do comércio justo;
- A promoção da agricultura biológica;

Tudo isso implica em avultados investimentos e elevada capacitação em inovação, seja esta tecnológica ou organizacional, seja interna ou parceira.

A estratégia europeia visa garantir uma Europa com impacto neutro no clima até 2050 e reduzir as emissões em, pelo menos, 55 % até 2030.

A Comissão apresentará o pacote «Preparados para os 55»

Além disso, a Comissão tem vindo a propor medidas no sentido de implementar o Plano de Ação da Europa para a Economia Circular.

A implementação de uma estratégia política regional para a agricultura de precisão e produção sustentável, com o objetivo de apoiar um crescimento e uma sustentabilidade financeira e ambiental. Uma nova estratégia impõe uma revisão das políticas até agora seguidas e a adoção de novas políticas, convergindo para os objetivos da Estratégia Europeia até 2050 e da PAC.

A adoção de políticas integradas de desenvolvimento e valorização agrícola nos Açores deve ter em conta:

- **O tratamento estruturado por ilha dos programas de desenvolvimento;**
- **A adequação da agroindústria local e regional aos pressupostos da produção agrícola diferenciada;**
- **A articulação das políticas de desenvolvimento rural ao aproveitamento das sinergias entre agricultura, ambiente e turismo local;**
- **A estruturação e valorização do mercado interno regional;**
- **A internacionalização dos produtos agrícolas de valor diferenciado intrinsecamente associados aos valores rurais e culturais açorianos;**
- **Um programa de comunicação e utilização de novos recursos digitais de promoção dos bens e serviços agro rurais dos Açores.**

É fundamental trabalhar a natureza, manter a biodiversidade e o seu património genético, cultural e ambiental, respeitar as estações, adaptar e usar práticas agrícolas sustentáveis, respeitar o meio envolvente, respeitar o solo, em suma respeitar, respeitar, respeitar....

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi construído um longo caminho até aos dias de hoje. Um caminho que exigiu um enorme esforço de todos os nossos produtores de agro alimentos, das organizações do sector como Federação Agrícola dos Açores onde estão envolvidas as nossas Associações Agrícolas, pelas indústrias e Universidade dos Açores.

Não seria justo e intelectualmente honesto da minha parte, se não reconhecesse o trabalho dos sucessivos Governos.

Todos foram muito importantes para o sector agroalimentar nos Açores.

Por isso, Sr. Secretário, isto só aumenta a responsabilidade deste Governo V. Exa tem dado provas de estar à altura dos desafios.

No final de abril terminaram os primeiros cursos para auditores internos com vista à certificação da produção, no âmbito do bem-estar animal nos Açores.

Foram formados 18 auditores para a produção de leite e produção de carne, sendo que o futuro passará pela formação de equipas em cada ilha que irão às explorações agropecuárias para a devida certificação.

A intenção deste Governo é de termos todas as explorações certificadas com o selo de bem-estar animal até final de 2022.

O bem-estar animal sempre assumiu nos Açores, uma identidade no modo da produção agropecuária.

Recentemente, a Associação de Agricultores da ilha Graciosa já manifestou a sua intenção, junto de V. Exa, de transformar o seu modelo de produtivo de leite, evoluindo para uma sustentabilidade ambiental e conseqüentemente financeira.

Também recentemente, a Portaria 109/2021, de 13 de outubro, regulamenta o regime dos apoios a conceder à aquisição de sementes de leguminosas destinadas ao melhoramento das pastagens para alimentação animal.

Concede apoios financeiros nos domínios da agricultura e pecuária, nomeadamente com vista à autossuficiência alimentar animal.

O Governo dos Açores anunciou que pretende “certificar” os solos da Região, como “elemento de confiança e credibilidade”, num reforço de 188 mil euros com recurso a fundos comunitários destinados às análises, mas também na formação.

A valorização das pastagens nos Açores constitui uma enorme mais-valia para a redução de custos nas explorações, para a sustentabilidade ambiental, além de ser uma vantagem competitiva que as indústrias devem potenciar.

A permanente valorização das pastagens e o reforço do conhecimento sobre as mesmas, são dois aspetos indispensáveis para se aumentar a qualidade das produções e a rentabilidade das explorações.

Esta valorização é ainda mais importante quando cerca de 70% dos custos numa exploração estão relacionados com a alimentação dos animais.

Sras. e Srs. Deputados termino reafirmando:

Os consumidores estão cada vez mais sensibilizados para as questões do bem-estar animal e dispostos a pagar mais para consumir produtos “de maior qualidade nutricional, produzidos à base de pastagem, associados a práticas agrícolas amigas do ambiente” e constitui uma grande oportunidade para os produtores verem valorizado o seu trabalho.

Importa é trabalhar com a natureza, manter a biodiversidade e o seu património genético, cultural e ambiental, adaptar e usar práticas agrícolas sustentáveis, respeitar o meio envolvente, respeitar o solo, respeitar, respeitar, respeitar....

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

No âmbito deste Projeto de Resolução do PSD que versa sobre o investimento e capacitação na Região para uma agricultura sustentável, importa referir que do ponto de vista europeu, como aliás está referido nesta iniciativa aqui em discussão, há uma série de princípios que devem ser promovidos e implementados, rumo a uma maior sustentabilidade económica, ambiental e social, no âmbito do setor agroalimentar, da produção de agro alimentos, nomeadamente:

- A produção de alimentos saudáveis, acessíveis e sustentáveis;
- O combate às alterações climáticas;
- A proteção do ambiente pela preservação da biodiversidade;
- A defesa dum adequado rendimento dos produtores, através do comércio justo; e
- A promoção da agricultura biológica.

Ora, para ir ao encontro destes princípios, a agricultura nos Açores não pode ser vista como uma atividade menor, em que se ingressa por não se ter jeito para mais nada.

A agricultura faz-se com conhecimento, capacitação de quem já está na atividade, com acompanhamento e desenvolvimento tecnológico, porque a existência de agricultores com bom rendimento, poderá ser o principal fator de atração de jovens para a agricultura.

Necessitamos, por isso, de uma contante modernização da agricultura e de atrair jovens qualificados que possam profissionalizar cada vez mais esta atividade. E aí sim, permitir uma maior diversificação e também uma maior e melhor produção. A formação é, por isso, indispensável para estes setores do leite, carne, hortofrutícola, silvicultura que tem andado um pouco esquecida no passado, mas agora merece uma aposta clara deste Governo e deste Secretário Regional da Agricultura, e é também indispensável uma avaliação sistemática do setor.

Este Governo, por seu lado, tem dado sinais de um direcionamento de recursos para a agricultura biológica, como é o exemplo do Projeto Geo-Bio-Occidental que, no fundo, vai ao encontro das novas sensibilidades da sociedade que se refletem numa procura de produtos oriundos de métodos de produção mais naturais e que esta iniciativa também pretende intensificar.

Este Governo mostra também estar apostado na competitividade e naturalidade das unidades de produção agrícola regionais, porque entende que também é por aí - e esta iniciativa reitera, o caminho para atingir mercados de nicho e promover a valorização dos produtos açorianos. Por outro lado, o modo de produção biológico, não deve ser tido como algo fundamentalista. É tudo agricultura, com métodos de produção diferentes. A biológica necessita de mais mão-de-obra, e é por isso que é mais cara, e não temos neste momento condições para produzir em quantidade suficiente para a auto-suficiência alimentar em modo biológico. Devemos, por isso, fazer uma aposta na produção biológica e na produção integrada.

Deve-se incentivar os agricultores a certificarem-se, como aliás já está a acontecer nas explorações animais, até no âmbito duma estratégia de internacionalização, porque a qualidade requer certificação. E é nesse sentido que esta iniciativa também caminha e este Governo está a dar passos essenciais.

Por outro lado, a Secretária Regional da Agricultura, e os Serviços de Desenvolvimento Agrário, têm um papel fundamental no desenvolvimento de campos de experimentação, por exemplo, e no apoio ao setor. É necessário um trabalho conjunto, seja na seleção de sementes e espécies adequadas à Região, bem como no planeamento da gestão e criação de zonas de armazenamento de água.

A Região tem neste setor um potencial gigantesco que vale a pena aprofundar. As nossas pastagens já têm uma diversidade muito grande de espécies. E, por isso, também deve ser evidenciada do ponto de vista da biodiversidade.

Devemos apostar em polinizadores, o que reforça também a necessidade e cuidado acrescido com a utilização de químicos nos nossos campos.

Podemos acrescentar valor e notoriedade aos nossos produtos. Por exemplo, a manteiga amarela que é produzida a partir de leite de animais cuja alimentação é feita à base de erva e que tem, por isso, mais antioxidantes. E há mercados onde os consumidores a sabem valorizar. Devemos colocar, por isso, os nossos produtos nos mercados que percebem que temos produtos diferenciados e de valor acrescentado.

Do ponto de vista dos apoios, também se deve mudar de paradigma. Os sistemas de apoio são extremamente burocráticos e é preciso agilizar a sua atribuição. Não perder tempo com minudências e depois, sim, o que se deve fazer é fiscalizar e garantir que os empresários estão a fazer aquilo que se propuseram executar.

Por outro lado, não devemos ter medo de produzir menos em setores como o leiteiro, se conseguirmos manter, ou até aumentar, o retorno financeiro dos agricultores. Fazer mais com menor exploração dos recursos.

Do ponto de vista do mercado interno e da auto-suficiência e auto-sustentabilidade agroalimentar, foi também perceptível – e isto já no âmbito das audições parlamentares na Comissão de Economia – que as entidades ligadas ao

retalho também estão particularmente atentas a estes fatores da sustentabilidade, nomeadamente na redução das importações de frutas e legumes, na certificação dos produtores e particularmente à inovação. Podemos e devemos apostar num crescimento produtivo que permita a redução das importações das hortofrutícolas, por exemplo. E, neste segmento, podemos ser competitivos, porque a frescura é o fator mais importante e o transporte e a sua agilização acabam por proteger esta competitividade, uma vez que a produção é local.

A título de exemplo, no último ano nas grandes superfícies, o morango comercializado foi (mais de 80%) de origem regional. É um bom exemplo, sendo que um outro (bom) exemplo é o caso dos citrinos, outrora uma monocultura da Região, são atualmente nas grandes superfícies importados.

No âmbito da certificação dos produtores, também as grandes superfícies têm estado apostadas na sua certificação e em comercializar e fazer negócio com aqueles que são certificados, num misto de cooperativas e de privados.

Por fim, a aposta na inovação que visa, sobretudo, criar valor. Seja através de novas embalagens ajustadas às preocupações atuais, como a índole biodegradável, ou através do desenvolvimento de novos produtos, é aí que é necessário ir ao encontro daquilo que os consumidores procuram.

Consideramos, por isso, para terminar, que esta iniciativa do PSD vinculará também o Governo, por decisão deste Parlamento, se assim for votado, a tornar o setor agrícola na Região cada vez mais diversificado, mais capaz de criar valor e cada vez mais sustentável. E de ser aquilo que todos nós acreditamos que pode ser, um setor fundamental no desenvolvimento socioeconómico dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD que visa o **“investimento e capacitação para uma agricultura sustentável”**, terá todo o apoio do Grupo Parlamentar do PPM, como não poderia ser de outra forma, tendo em conta, a importância da matéria em causa.

Concordamos com a implementação de uma nova estratégia política regional para a agricultura e produção biológica, apoiada num crescimento sustentável, seguindo os princípios da União Europeia, já citado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS/PP.

Não obstante, a premência na adoção destas políticas integradas de desenvolvimento e valorização agrícola nos Açores, é imperativo ter em conta a experiência e sabedoria dos nossos antepassados e usufruir desse conhecimento intemporal.

Quem trabalhar a terra, como os nossos pais e avós trabalharam, com muita persistência, resignação, dedicação e perseverança irá, sem dúvida alguma, usufruir de uma colheita com uma qualidade elevadíssima.

Essa qualidade será atestada, desde logo, pelo seu aspeto menos industrializado, com imperfeições no seu corpo, mas com um brilho natural característico de quem teve um percurso saudável, sem, praticamente, ter tido adição de produtos químicos.

Não pretendo deixar ninguém com “água na boca”, quero relembrar ao nosso sistema sensorial que qualquer um destes produtos da terra, a que me refiro...

Tem muito mais sabor!

Tem outro perfume!

E, se esses produtos transpirassem...transpirariam saúde!

Quero acrescentar, que a agricultura tem no seu todo um enorme leque de escolhas que são compatíveis com os terrenos e clima da nossa Região.

Basta ver que, atualmente, somos a única Região na Europa que produz chá. Não existia cá, mas houve visionários que conseguiram fazer essa proeza.

E tantos outros exemplos que existem, nomeadamente, o visível potencial de produção de Aloé Vera – babosa - na ilha de Santa Maria, que é um produto que, nessa ilha, cresce por si só. Com um movimento cívico, semelhante às cooperativas e associações que por lá existem e aproveitam os recursos naturais existentes, visiono a produção, apanha e processamento dessa planta num produto final com verdadeiras propriedades medicinais, largamente provadas.

Quero referir, também, a título de exemplo, que na minha ilha Natal, ilha das Flores, é possível desenvolver uma agricultura diferenciada, não se baseando em monocultura ou agropecuária. A ilha já foi pobre, no ponto de vista económico, mas era rica em terrenos, culturas, árvores de fruto e população. Essa população alimentava-se, parcialmente, dessas árvores e daquilo que a terra dava. Atualmente, as nossas vivências estão para lá das árvores de fruto e das nossas terras, onde, com dinheiro, compramos “tudo” nos comércios.

Temos outros exemplos, tais como:

- A Ilha de São Jorge, onde cultivam o café!
- A Ilha da Graciosa, onde cultivam o alho!
- A Ilha do Pico, onde cultivam a uva!

Aqui, no Faial, já existe uma grande mobilização para criar produtos biológicos. Utilizar os nossos recursos e novas tecnologias, é o caminho para o sucesso de uma agricultura sustentável e que traga retorno aos produtores.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do PPM, concorda com a presente recomendação ao Governo Regional e aguarda que os objetivos estratégicos deste Projeto de Resolução sejam atingidos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota para realçar o elogio do Deputado Bruno Belo ao trabalho feito pelos anteriores Governos do Partido Socialista, é importante que o faça, é uma postura que deve ser realçada e que contrasta, em parte, com aquilo que tem sido feito pelo Sr. Secretário Regional que, sobre o passado, apenas consegue criticar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não é verdade!

O Orador: Quando é assim merece nota de destaque. E, por isso, faço-o e reconheço essa postura que merece da nossa parte toda a consideração.

Deputado Miguel Costa (PS): Bem observado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tantas coisas que têm sido elogiadas, mas só olham para a crítica!

O Orador: A agricultura sustentável é, de facto, um assunto importante que mereceu, da nossa parte, seja ao nível de pensamento...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A nível de pensamento, em quê?

O Orador: ...seja ao nível de trabalho, quando esteve no governo e agora na oposição, toda a atenção, sendo que também a esse respeito, foram desenvolvidos trabalhos importantes.

Os princípios subjacentes a uma agricultura sustentável, são importantes, os quais estão plasmados neste Projeto de Resolução, têm sido geralmente aceites e merecem, da nossa parte, uma apreciação positiva.

É óbvio que uma agricultura que garanta um rendimento justo para os produtores, que promova um comércio também justo, merece da nossa parte toda a aprovação, conforme fizemos quando apresentámos a Resolução sobre o setor do leite, onde destacámos que o rendimento justo para os produtores é um desígnio que todos nós desejamos.

Também a este respeito, importa realçar a estratégia desenvolvida e implementada pelo anterior Governo para o desenvolvimento da agricultura biológica, sendo que também a esse respeito, foram dados passos importantes, os quais encontram neste Projeto de Resolução, menção sobre modos de produção biológico. Aqui importa realçar o trabalho que já foi feito, sendo muito importante que ele continue e seja reforçado, de forma a garantir uma maior abrangência ao nível da produção biológica.

Ainda é importante realçar a esse respeito que, do ponto de vista ambiental, é crucial continuar o caminho que foi iniciado na preservação do meio ambiente, dos ecossistemas, na redução da utilização de adubos e pesticidas, porque é o único caminho que devemos assegurar, através duma agricultura mais sustentável, que promova a valorização dos produtos regionais, garantindo no essencial uma remuneração adequada dos produtores.

Relativamente à iniciativa propriamente dita, da leitura e que dizemos e da apreciação feita em sede de Comissão de Economia, é entendido que os princípios que aqui estão fazem sentido, com os quais todos nós concordamos. Mas há uma lacuna neste Projeto de Resolução, que até foi referido por algumas

Associações, no sentido de que o mesmo poderia ser mais concretizadora, mediante a apresentação de medidas mais concretas, coisa que não faz. E, por isso, esta é uma lacuna que merece ser destacada, apesar dos méritos que possa ter, ao nível de princípios orientadores que fazem todo o sentido, como foi referido.

Uma segunda nota sobre a apresentação desta Resolução, é que ela pode ser entendida como uma chamada de atenção ao Governo Regional, porque o que está disposto na sua grande maioria neste Projeto, também encontra expressão no Programa do Governo. E passados 11 meses, ainda há muita coisa por fazer. Temos plena noção de que uma legislatura tem 4 anos, mas de qualquer forma, há trabalho que já poderia ter sido feito com maior celeridade e não foi. E, portanto, a esse respeito, importa que o Governo acelere o trabalho que é necessário para garantir uma agricultura mais sustentável.

Uma palavra, ainda, de destaque e elogio para os agricultores açorianos que têm acompanhado esta evolução, quer ao nível das exigências da própria União Europeia quer ao nível de políticas públicas, através dum trabalho notável que têm feito no desenvolvimento das suas explorações, na criação de novos produtos inovadores. E isso também merece um elogio público.

Em relação aos pontos resolutivos propriamente ditos, temos algumas dúvidas, daí solicitarmos ao Sr. Deputado Bruno Belo, enquanto proponente, que nos esclareça.

No primeiro ponto resolutivo quando diz que “pretende implementar um novo quadro de medidas de apoio ao investimento e que potencie as características de todas as ilhas”, gostávamos de saber de que forma é que isso irá ser feito? Será como o Governo fez para as Agendas Mobilizadoras em que deixou algumas ilhas de fora? Ou será de facto para todos?

É que importa sempre realçar qual é o caminho que vai ser seguido.

Outra dúvida tem a ver com o ponto resolutivo nº3 – “criar e desenvolver uma rede de conhecimento”. Estamos de acordo, também já o destacámos em iniciativa que apresentámos sobre o setor do leite, mas - e esta é a nossa dúvida – porque é que há de envolver apenas serviços públicos, agricultores, organizações de produtores e Universidade dos Açores, deixando de fora a indústria, o comércio e a distribuição?

Conforme o Sr. Deputado realçou naquela tribuna, a distribuição tem um papel importante e deu contributos relevantes na Comissão de Economia, mas aqui na Resolução fica de fora. Porquê?

Não faria sentido também incluir nessa rede de conhecimento estes setores, até porque eles têm um papel fulcral na promoção do rendimento e do comércio justo nos produtos agrícolas.

Por último, uma questão que tem a ver com o Programa Especial de Apoio à Inovação Agroindustrial, em que é referido nesta Resolução que se quer criar algo como se fosse novo, mas a verdade é que já existe no Competir + - fomento base económica à exportação – que prevê a inovação agroindustrial ou mesmo um subsistema para a qualificação e inovação.

A pergunta é, Sr. Deputado, quer um programa diferente daqueles que já existem, porque esses são importantes e têm possibilitado o investimento na inovação agroindustrial e na criação de novos produtos. Porquê propor algo que já existe? E se assim é, porque é que o faz?

Da nossa parte, e conforme já realçámos, concordamos com os princípios aqui apresentados. Uma agricultura mais sustentável garante a preservação do meio ambiente, garante um rendimento justos para os produtores e também um desenvolvimento rural, permitindo também combater o despovoamento que a todos nós preocupa.

Tendo tudo isso em conta, concordamos com a iniciativa em geral, embora tenhamos algumas considerações que nos merecem uma explicação do Sr.

Deputado e dos partidos que sustentam esta iniciativa. Ficaremos a aguardar por elas.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Ramos (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero aqui deixar claro a esta iniciativa apresentada pelo PSD, não deixando, no entanto, de fazer um alerta.

No fundo, o objeto deste Projeto visa resolver (tentar) um problema que tem décadas na Região. E quando digo de décadas, não vou falar de 24 anos. Até tem muito mais do que isso. Tornar os nossos solos rentáveis e proporcionar aos nossos produtores agrícolas condições de vida adequadas ao esforço das profissões que eles desempenham e do sentido nobre que é o trabalho na agricultura, não tem sido infelizmente uma realidade nos Açores.

Cada vez mais, os nossos produtores agrícolas têm dificuldades em levar por diante as suas produções – eu já disse isso aqui nesta Casa e provavelmente mais do que uma vez. E quero, entretanto, alertar para o facto de enquanto não houver uma consciencialização por parte desta Casa e por parte da população relativamente à valorização das profissões relacionadas com a produção agrícola e aproveitamento dos nossos solos, estaremos sempre a ter discussões estéreis sobre esse problema. Na realidade, o ponto principal passará por isso mesmo. Ou seja, há que valorizar a produção agrícola e as profissões que trabalham a terra. E no meio dessa discussão que, como disse já tem décadas, sem que daí se tenha tirado os devidos proveitos, devo lembrar que – no mês passado falámos aqui nesta Casa disso – durante todo esse tempo de preocupações com a rentabilidade dos nossos solos e dos nossos produtores

agrícolas, faliu a Sinaga. E com ela, entraram em falência técnica inúmeros produtores agrícolas. A destruição das estufas da Fajã de Baixo que era uma zona altamente produtora de ananases foi acontecendo.

Houve perdas brutais, por parte das empresas de laticínios, relativamente ao escoamento dos seus produtos, ficando reféns de grandes grupos de distribuição. Tudo isto aconteceu, mesmo tendo em consideração as grandes preocupações que todos os políticos sempre tiveram sobre este setor.

Isto para dizer que os produtores agrícolas não esperam que os políticos só tenham a preocupação de resolver esses problemas. Eles esperam que, para além da preocupação, existam medidas concretas, objetivas e que tenham por princípio satisfazer esse grande princípio que é a valorização da terra e das profissões agrícolas.

Esperemos que desta vez, mediante esta iniciativa apresentada pelo PSD que não será certamente única – outras partidas poderão tomar outras melhores e mais aprofundadas – venhamos a ter um trabalho cada vez melhor em prol desse setor extremamente importante da nossa atividade económica.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem dúvida acreditamos que só podemos ter sustentabilidade económica e ambiental nos Açores, se tivermos uma diversificação da agricultura. E isso é falado pelo PAN desde 2012 aqui nos Açores.

Para quê? Para conseguirmos uma soberania alimentar, no sentido de reduzir as importações e equalizar a nossa balança comercial. Não temos soberania alimentar. E o Sr. Deputado Bruno Belo pediu a soberania animal, mas é

preciso soberania alimentar para os açorianos. Nós estamos demasiado dependentes dos mercados externos. E quando isso acontece, estamos dependentes geopoliticamente, o que é extremamente grave numa Região Ultraperiférica como a nossa.

Tendo isso em conta, e como Deputado nesta Assembleia, conseguimos inserir no Orçamento de 2021 a certificação de agricultura biológica gratuita. Isso já aconteceu. O PAN fez isso. Foi aprovado, permitindo que qualquer produtor possa certificar-se.

Também tal como disse o Sr. Deputado Rui Martins, também introduzimos no Orçamento de 2021 a “Marca Açores”, neste caso, embalagens supérfluas que em nada dão valor acrescentado ao nosso produto. Se nós tivermos um plástico não biodegradável, ou se não for outro tipo de produto, não estamos a acrescentar absolutamente nenhum valor ao produto por excelência dos Açores. Isso sem dúvida é uma transversalidade que nós precisamos. E ela não é aplicada apenas ao leite. Também temos a horticultura, a floricultura e a silvicultura que são muitos importantes.

Tal como disse o Sr. Deputado do PPM, a fruticultura é muitíssimo importante. Mas é um investimento a longo prazo, tem a sua demora para termos as árvores de fruto, mas é onde está o nosso maior valor acrescentado, tendo em conta as nossas temperaturas que, sendo subtropicais, ajudam-nos a ter alguns frutos de valor (bem) acrescentado.

Dou o exemplo do tomate de capucho, em que no continente é pago a peso de outro. Este é um de muitos exemplos que poderia dar, tal como a aloé vera de Sta. Maria que já foi dado aqui. É por aí que precisamos ir.

Precisamos mesmo duma soberania alimentar e duma diversificação da agricultura, que seja sustentada em termos alimentares aqui nos Açores.

Não podemos ter sempre apenas dois produtos.

Não podemos sempre ou beber leite ou comer carne. E o resto? Importamos tudo?

Não há aí qualquer lógica em termos de sustentabilidade económica. E é aqui que conseguimos mudar também o paradigma da nossa balança comercial, como disse inicialmente. A balança comercial é importantíssima, pois é assim que conseguiremos aumentar os cofres do estado regional.

Nós importamos em demasia. E andamos a avisar já há 9 anos que a importação está a crescer cada vez mais e a nossa exportação começa a definhar. E é aí que temos de mudar.

É óbvio que a estratégia utilizada pela EU *Farm to Fork* é importante, mas podemos ir ainda mais além. Somos uma Região ultraperiférica e a possibilidade de sermos visionários é, sem dúvida, a nossa oportunidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, o Chega e a maior parte de nós, pensamos que este é o passo seguinte a dar. Obviamente acompanhamos este diploma e diria que é tempo de parar. Nem tudo o que se fez foi mau, experimentou-se, tentou-se, muitas das coisas não correram bem – grande parte delas.

Quem gosta de passar pelo mercado – eu por acaso gosto, desde miúdo – eu gosto de passar na praça de Ponta Delgada, conheço algumas pessoas, vou conversando com elas. E estou sempre a perguntar se os produtos são de cá, se são importados etc. E fico sempre um bocado triste, porque às vezes dizem-me “ah isso é um bocado caro e as pessoas querem é comprar barato!”.

Conversando com outras pessoas, apesar dos meus avós terem sido agricultores, eu não sou um grande agricultor, tenho umas coisinhas no quintal, mas não sou

lá grande agricultor, mas uma das coisas que eu percebi foi que os melhores terrenos foram convertidos em pastagens. Foi uma moda, foi uma época e foi uma aposta – não vale a pena chorar sobre isso - mas a verdade é que alguns dos bons terrenos onde se produziam muitas coisas boas que nós tínhamos, acabaram por ser vocacionados para a vaca.

Nós temos percebi, e o Chega tem dado nota disso, que o leite tem que ser revisto, repensado e até renegociado. Já demos conta dos 10 cêntimos que – achamos – tem que subir no preço do litro de leite, discussão essa que deve ser feita com a indústria, a distribuição e os produtores.

Nós aqui não podemos, de forma alguma, legislar ou impor contra aqueles que são os produtores, temos que conversar com eles. Por isso, a paragem é também para perceber o que é viável, rentável – nem tudo o que é viável é rentável. E temos alguns produtos icónicos. Em relação ao ananás, conversando com qualquer produtor, já não é aquele produto que deu grande rentabilidade. Vai sendo um produto icónico dos Açores e que, de certa forma, devíamos protegê-lo por ser um ícone da Região. E temos também o maracujá.

Numa reunião que fiz com alguns produtores de banana e maracujá – e vai aparecer uma iniciativa do Chega neste sentido – verifiquei que o maracujá atinge valores bastante elevados e a informação que tenho é que ele está a ser consumido internamente, o que é bom, porque não dependemos da exportação, e se conseguirmos produzir mais (o maracujá é um produto que tem circunstâncias especiais, sabem bem os que tem pés de maracujá quando apanham alforra), da maneira que as coisas têm sido vedadas, no sentido da aplicação dos químicos, há que arranjar soluções e há que fazer um estudo, para perceber. Mas é um produto com mais-valia.

Outro produto curioso é o café, sabia que S. Jorge produzia café e que até se tem transformado em algo bastante simpático, uma empresa nacional começou a adquirir parte da produção, vim a saber que também noutras ilhas já havia

algumas experiências de qualidade, segundo me dizem, dá-se bem no nosso clima, talvez seja uma aposta. Mas é como vos digo, não sou agricultor, não sou eu que tenho que fazer isto; passa por uma conversa que tem que haver com os produtores e com os técnicos da Secretaria Regional da Agricultura que devem também conversar com estas pessoas, para não se cometer os erros do passado, ou novos erros para o futuro.

Aqui também acompanho o elogio que se deve fazer aos nossos agricultores em geral pela resistência que têm tido ao longo dos tempos; e aos novos agricultores, e sei que apareceu uma nova “nata” de agricultores com boa formação tecnológica que têm feito algumas coisas muito interessantes. E, por isso, temos que fazer também essa aposta. Mas tendo em conta o que diz o Projeto de Resolução, também é importante a proteção do nosso ambiente, porque é o que de melhor nós temos para vender, este ambiente fantástico que temos nos Açores, não o clima, mas as paisagens – o clima só podemos prejudicar, não o podemos mudar para melhor. Temos que pensar também que o preço justo é aquele que podemos também vender ao turista, porque é um produto genuíno, com um sabor diferente, como é o caso da nossa banana que, para quem a conhece, é diferente da banana das restantes regiões, é muito mais doce. Há, ainda, outras apostas. Ainda há dias falaram-me da manga, fiquei surpreso, porque desconhecia.

Em resumo, a agricultura pode ter tudo para andar em frente, mas que seja rentável e não seja o parente pobre. E só se falar de vacas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não se pode falar de vacas!

Deputado Nuno Barata (IL): Nem de bois!

O Orador: Eu gosto muito do setor leiteiro, mas não se pode falar só de vacas. Tem que se falar de outras coisas.

Ontem só se falava de bois! Hoje... pois eu não quero falar de vacas.

Eu acho que o preço justo tanto se aplica ao leite como aos diferentes produtos.

E disse muito bem ali o Sr. Deputado, que as “mamonas”...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Mamonas assassinas!

O Orador: ... desculpem, não são mamonas, são babosas.

As mamonas já morreram, pronto!

Há também por aí outras coisas, mas eu não sei falar delas.

Também aqui, acompanhando o meu colega Gustavo, o melhor passo que podemos dar é talvez recuperar a sabedoria do passado, o que se fazia bem. E há coisas aqui que se dão muito bem e que ouço falar muito pouco, como o araçá, a nêpera, isto é, produtos que podiam genuinamente estarem a ser rentabilizados e vendidos (genuinamente). E se nós queremos oferecer algo aos turistas que nos visitam, pois talvez não seja a melhor coisa oferecer coca-cola, mas podemos oferecer um bom licor de nêpera que, como se diz na Terceira, faz muito bem à garganta. E as meloas de Sta. Maria e da Graciosa que são das melhores sobremesas que temos e podemos apostar um pouco no mercado dos gelados com estes nossos frutos.

Era isto que eu tinha para dizer e contam com o voto favorável do Chega nesta proposta.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois desta verdadeira aula de horto-fruticultura, é preciso alguém aqui dizer mais qualquer coisa.

A proposta que o Grupo Parlamentar do PSD nos apresenta e que aqui debatemos, pretende que haja um investimento e capacitação para uma agricultura sustentável.

O conceito “sustentável” entrou, e bem, no discurso político. No entanto, há que compreender a sua dimensão e perceber que o pretendido só será alcançado, com a transversalidade de todas as áreas da sociedade.

O preâmbulo da proposta em apreço faz, e bem, uma breve explicação acerca do modo de produção biológico. Na verdade, a produção biológica é aquela que se aproxima mais do conceito de sustentabilidade que almejamos.

Ao longo dos anos, assistimos a uma produção intensiva que apostou fortemente no uso de pesticidas e cujo produto final pretendia somente grandes margens de lucro, grandes maquinarias, grandes extensões de terra, muitos pesticidas, poucos trabalhadores, de forma que as despesas fossem cada vez menores.

É salutar ver que a direita açoriana se aproxima daquilo que o Bloco de Esquerda...

(Apartes inaudíveis vindos de alguns Deputados das várias bancadas da Coligação)

Deputado Nuno Barata (IL): Ah sim, a sustentabilidade é da esquerda!

A Oradora: ...defende desde o seu início, pois tudo o que descrevi no parágrafo anterior – maquinaria, poucos trabalhadores, grandes áreas destinadas à produção intensiva, maximização de lucro, poucas despesas, pesticidas – foi apoiado pela direita, seja no Parlamento Europeu, seja na Assembleia da República.

Sejam bem-vindas e bem-vindos ao século XXI e à luta pelo bem-estar das pessoas, no que à sua alimentação diz respeito!

Deputado José Pacheco (CH): “Façam o favor de entrar!”

A Oradora: O Bloco, seja no Parlamento Regional, na Assembleia da República ou ainda no Parlamento Europeu, tem defendido propostas que visem uma nova visão e perspetiva acerca do futuro da agricultura. Não é de agora que apontamos erros nas políticas da PAC, que dizemos e apresentamos provas de

que os subsídios comunitários destinam-se essencialmente às grandes indústrias multinacionais que, para além da exploração a que sujeitam os seus trabalhadores, têm como único objetivo o lucro, através da produção máxima de produtos com formatos e cores bonitas, mas carregados de químicos. Sendo que muitas vezes, o que assistimos, é ao agravamento da desigualdade de rendimentos entre agricultores. Aliás, um estudo recente que analisou a forma como são escoados os subsídios agrícolas, desde a burocracia até ao nível local, em que ligaram esses pagamentos à meta definida como a melhoria da biodiversidade ou a criação de novas oportunidades para jovens agricultores e compararam o seu destino final. A análise mostrou que pelo menos 24 milhões de euros por ano vão para o apoio das regiões agrícolas mais ricas da União Europeia e com um menor número de empregos. Entretanto, as regiões mais pobres, com maior número de desemprego, ficam para trás. A forma como estes pagamentos são distribuídos, não exige nenhuma prova de benefícios ambientais. Todos recebem o mesmo pagamento por hectare de terra. Como resultado da própria premissa que serve de base à maioria dos pagamentos da PAC, está gravemente errada.

O que talvez surpreenda ainda mais, foi a descoberta de que as verbas substanciais supostamente destinadas ao desenvolvimento rural, acabaram por ser aplicadas em zonas urbanas.

Outro estudo recente revelou que 64% das terras aráveis do mundo, estão sob risco de poluição por pesticidas, em que esta (poluição) pode ter impactos adversos na saúde humana e no meio ambiente.

Todas e todos nós sabemos que o uso excessivo de pesticidas desequilibra a balança, os ecossistemas e degrada a qualidade das fontes de água das quais, humanos e animais, dependem para viver.

O que é que isto tem a ver com a proposta em debate? Tudo!

Temos a sorte de viver nesta Região, mas não nos podemos esquecer de que há aplicação de produtos químicos; que há excesso de animais que contribuem para a emissão de gases; que grande parte dos nossos terrenos são pastos; que existe uma grande dependência de produtos do exterior, mas que podemos e devemos fazer parte duma estratégia global de transição para um modelo agrícola global sustentável, que reduza o desperdício de alimentos e, ao mesmo, tempo reduza o uso de pesticidas.

Relembro que aqui no Parlamento Regional nos temos batido pela desburocratização e pela revisão que é necessário fazer no pagamento, para se obter a certificação biológica.

Na Assembleia da República temos uma proposta que, no mínimo, 25% da área agrícola do País se destine à produção biológica.

Finalizando, é de lamentar a ausência completa de projetos ligados à agricultura biológica nas Agendas Mobilizadoras do Plano de Recuperação e Resiliência. E isto significa que este Projeto de Resolução tem boa intenção, mas o dinheiro, pelos vistos, vai para a intensificação e para a indústria.

Apesar desta proposta parecer um *cheque em branco* que estamos a passar ao Governo, por não estar devidamente especificada, sendo essas intenções boas, como tal, merece o voto favorável do Bloco de Esquerda.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

O Projeto de Resolução em apreço, agora em debate, enquadra-se nos nossos objetivos macro para a política agrícola regional.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: No ano 2021 tivemos um objetivo temático: **naturalidade**.

Nós percebemos que na Região Autónoma dos Açores havia falta de uma oferta agroalimentar mais natural. E nesse sentido, construámos um plano de ação, conjuntamente com a Federação Agrícola dos Açores e a Trybio, no âmbito da naturalidade. É um plano que já passou pelas 9 ilhas dos Açores e teve cerca de 500 participantes.

É um plano que prevê a horticultura, a formação e a sensibilização sobre a horticultura biológica, a pecuária, os vinhos, a floresta, a apicultura e a agricultura de precisão. E, portanto, nós estamos no terreno, estamos a agir, desde Sta. Maria ao Corvo, sensibilizando e formando técnicos, produtores, consumidores e público em geral.

Deputado Carlos Silva (PS): Santa Maria não está incluída.

Deputado Miguel Costa (PS): Nem o Pico!

O Orador: É uma ação que irá terminar em dezembro, com uma avaliação de resultados, porque não basta implementar as políticas, é preciso avaliar os resultados em termos de impacto, de vontade e iniciativa da própria sociedade organizada, mas também pessoal.

Importa, também, aqui dizer que a palavra **naturalidade** não pode ficar sozinha, sem que paralelamente exista de facto a sustentabilidade que não é mais do que uma ação (que seja) viável e durável no tempo. E paralelamente à sustentabilidade, é essencial existir competitividade.

Portanto, **naturalidade, sustentabilidade e competitividade**, devem ser três temas que devem existir em conjugação, para que não exista a neutralidade dos rendimentos ou a retenção do lucro nas explorações. É preciso essa conjugação de vontades, numa política articulada. É isso que efetivamente temos feito.

Por outro lado, já foi aqui referida a Portaria do apoio às pastagens biodiversas, no sentido de termos um recurso alimentar na pastagem, com mais energia, que permita fixar o azoto atmosférico, reter o CO2 e, acima de tudo, permita sentar

a alimentação animal na pastagem que é algo emblemático e essencial para o conteúdo alimentar dos nossos agroalimentos.

Também já foi aqui referida a questão da certificação do bem-estar animal. É um objetivo para que o animal seja considerado no processo produtivo como uma animal que se respeita. Há, de facto, aqui uma simbiose entre quem produz e quem utiliza o animal.

Por outro lado, nós protocolámos com a Universidade dos Açores, no âmbito das análises dos solos não só analisar, mas acompanhar, formar e aconselhar os agricultores relativamente àquilo que se analisa, ou seja, a análise não fica, pura e dura, ao abandono, porque há aqui uma nova vertente de aconselhamento, quer seja no âmbito das adubações, quer seja no âmbito das sementeiras, ou até no âmbito da mobilização do solo.

Por outro lado, ainda, promovemos a questão do gio-bio ocidental, com ações de formação também e, acima de tudo, a abertura das candidaturas das medidas do Agro clima que estavam fechadas desde 2018.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Quero com isto dizer-vos que é falso quando se diz que o executivo anterior apoiou a agricultura biológica, é mentira!

Desde 2018 que as candidaturas à ação da agricultura biológica estão fechadas a novos produtores e estes a novas áreas. Desde 2018 que lhes está vedada essa possibilidade de novos produtores beneficiarem dos apoios comunitários e os produtores atuais poderem aumentar a sua área. Posso-vos dar dados que sustentam este facto.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: Do ano passado para este ano, a área de reconversão da agricultura biológica passou de 32.79 hectares para 1112.61 hectares. Isto significa um aumento de mais de 300% na área da reconversão da agricultura biológica, porque havia uma grande vontade, mas a medida estava fechada desde 2018.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas também naqueles que já têm a manutenção da agricultura biológica, ou seja, que já estão no processo do método da agricultura biológica e queriam aumentar a sua área, fechada desde 2018, houve um aumento de mais de 200 hectares relativamente à manutenção. Quer dizer que havia vontade da produção regional, dos agricultores, em produzir agroalimentos mais naturais, mas essa possibilidade estava vedada, por apoio aos fundos comunitários. Mas também, na manutenção da extensificação da produção pecuária, também fechada desde 2018, houve um aumento de 5225 hectares nos Açores. Isso significa menos carga animal por hectare. Significa mais extensificação e melhor utilização da pastagem. E significa também mais naturalidade. Portanto, mais uma vez, havia vontade da produção regional e dos agricultores em estarem mais no âmbito natural, mas estava vedada essa vontade através da atribuição dos fundos comunitários.

Por isso, não é verdade que o executivo anterior, nos últimos anos, incentivou a naturalidade dos agroalimentos nos Açores. Basta ver a medida que estava fechada e a grande adesão que houve dos agricultores à extensificação pecuária, e também à reconversão na agricultura biológica, bem como à manutenção da exploração no âmbito das práticas biológicas.

Este é também o local indicado para anunciar – aqui também se anunciam as boas medidas – que hoje mesmo foram abertos 12 avisos no âmbito das Medidas do PROPRURAL+. Esses 12 avisos iniciam-se hoje, 12 de outubro, e terminam a 15 de dezembro. Estão relacionados com a abertura e o convite à apresentação de projetos e candidaturas, no âmbito da formação profissional e aquisição de competências; no âmbito da criação de serviços de aconselhamento; no âmbito do apoio à transformação, comercialização e desenvolvimento dos produtos agrícolas; no âmbito da criação e manutenção de sistemas agroflorestais; no âmbito do investimento em novas tecnologias e na

transformação; no apoio a projetos para o desenvolvimento de produtos, práticas e processos tecnológicos. Foram 12 avisos num montante global de despesa pública de 17 milhões de euros.

O convite está feito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O convite está feito às organizações de produtores, às associações, aos agricultores e a quem se enquadrar nos objetivos, porque produzir e ser agricultor nos Açores, não é só aquele que produz, também é o que consome. No fundo, nós somos todos agricultores.

Os avisos que foram abertos têm uma nova filosofia, têm critérios mais ajustados à realidade; critérios de aceitação e de análise; como também existe uma maior simplificação.

Portanto, convido-vos a ver esses avisos que foram abertos hoje. Há aqui um trunfo e um trampolim para o desenvolvimento da agricultura de naturalidade, mas também da agricultura convencional. Há espaço para coexistir todo o tipo de agricultura. Todavia, havia uma oferta deficiente relativamente àquilo que nós identificámos como o desenvolvimento do futuro, no âmbito dos agroalimentos com naturalidade. Os consumidores estão mais sensíveis ao primeiro sabor, àquilo que vem antes da primeira transformação, aos produtos mais naturais, porque perceberam também com esta pandemia que os alimentos podem evitar as doenças.

Sra. Deputada Alexandra Manes, deixe-me dizer-lhe que o assunto não é novo nesta Assembleia. Se não me falha a memória, em 2010, apresentei nesta Casa um Projeto de Resolução sobre a Alimentação Humana que tinha como objetivo a sustentabilidade e a soberania alimentar. O Bloco de Esquerda votou a favor,

mas o PS chumbou infelizmente, porque se essa iniciativa tivesse sido aprovada, nós hoje não tínhamos atraso relativamente a essas temáticas.

Portanto, o assunto não é novo aqui nem este Governo descobriu nada de novo. A única coisa que estamos a fazer é pôr em prática um conjunto de pensamentos que resultam numa avaliação das circunstâncias do consumo de produção e da evolução, ou seja, com perspetiva. E dentro desta perspetiva também existe a investigação e o aconselhamento científico. Nos Açores, nós não podemos evoluir no setor agroalimentar, sem considerar efetivamente essa investigação e esse aconselhamento. O tripé entre produção, políticas agrícolas e investigação, e o que é aderência a procura dos consumidores pelos produtos agroalimentares de maior naturalidade, ditará o sucesso. É verdade que ainda não se alcançou o sucesso. O Caminho, neste caso, faz-se trabalhando. É o que nós estamos a fazer. Lembro que a 31 de dezembro serão apresentados os planos estratégicos agro produtivos; amanhã será lançado o Plano Agro Produtivo no âmbito da Floricultura, que irá a consulta pública, para que todos possam opinar, não é algo restrito e para que depois se possa passar à sua operacionalização.

Para passar à operacionalização, primeiro é preciso pensar, auscultar, articular e depois executar. Nós já temos resultados. Temos uma sociedade açoriana que está mais sensível para a naturalidade, desde logo, avocámos um conjunto de verbas e fundos comunitários que antes estavam vedados a esta agricultura mais natural.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é verdade!

O Orador: Todos os agricultores puderam candidatar-se à Medida da agricultura biológica, às práticas da reconversão que em 2018 foram fechadas pelo anterior executivo. Foram proibidas. Ou seja, através dos fundos comunitários, foi proibida a prática da agricultura biológica nos Açores. E os números falam por si. Tivemos um aumento de mais de 300% no âmbito da

reconversão, mais 200 hectares na manutenção e um aumento de mais de 500 hectares na extensificação pecuária. Tudo práticas conducentes a uma agricultura mais natural.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Eu juro que não fiquei para o fim de propósito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma série de questões que convém esclarecer estando, por princípio, de acordo quer com a nota introdutória e os considerandos e fundamentos desta Resolução, quer com os seus pontos resolutivos.

Em primeiro lugar, começo pela esquerda, sempre que se fala de sustentabilidade e de ambiente, o Bloco assume logo a paternidade.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: Só desde que o Bloco de Esquerda existe é que essas preocupações são trazidas para o debate público na Região Autónoma dos Açores. Nada mais falso!

Ainda o Bloco não existia e já aqui nesta Casa se debatia, em 1997, esse problema!

Deputado António Lima (BE): E muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: E isso não deixa de ser grave!

Durante a campanha eleitoral, o Sr. Deputado Paulo Estêvão lembrou que eu, noutros tempos e noutra encarnação, só tinha feito cinco requerimentos. Pois, um deles foi precisamente sobre um assunto destes e nunca foi devidamente respondido ou sequer cumprido!

Nem o Governo do Partido Socialista nem este Governo de agora, deram um passo em frente para resolver aquele assunto! Um assunto grave de sustentabilidade ambiental e de produção de resíduos não recicláveis.

Há, por outro lado, outras coisas que convém aqui lembrar. E já que falei no Sr. Deputado Paulo Estêvão, veio-me à cabeça a lembrança de que o primeiro grande ambientalista deste País foi o arquiteto Ribeiro Teles. Um homem que, mais de direita, não podia haver.

Portanto, não da esquerda a paternidade das questões ambientais em Portugal. Não é nem vai ser enquanto houver quem se lembre de quem é de facto a paternidade dessas questões em Portugal!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É preciso, é fundamental mesmo, para que esse processo se concretize, que se faça uma sistemática educação para o consumo.

O problema mais importante que a humanidade enfrenta neste momento, é o da produção de resíduos não recicláveis, a produção de embalagens (umas são recicláveis, outras não) e que tem a ver com os hábitos de consumo da nossa sociedade. E se não a educarmos para o consumo, não conseguiremos ultrapassar o problema da transição da nossa agricultura intensiva para uma agricultura mais sustentável. Mesmo que o Sr. Secretário tenha muito boa vontade e se sente todos os dias com o outro Secretário que está atrás dele para resolverem esse assunto, não conseguirão, enquanto o cidadão quiser comer maçãs e laranjas fora da época, mandarinas que vêm do Chile, laranjas que vêm do Perú, mais as mangas e uma série de coisas que também vem da América do Sul. Basta qualquer um de nós ir ao tal mercado onde o Sr. Deputado José

Pacheco encontrou produtos importados, basta ir aos nossos mercados tradicionais, para ver que 90% do que lá está não é produzido na nossa Região. Mas não é porque as pessoas se viraram para a vaca por mero acaso. O agricultor que se virou para a vaca no final do século XIX, na transição para o século XX, fê-lo por uma razão muito simples. É que quando vem temporal, a vaca continua a dar leite, dá menos, a pastagem queima com o vento nordeste – o *mata-vacas*, como é conhecido – mas continua a dar leite. Quando entra um temporal por uma estufa dentro, ou numa produção de maracujás, fica perdida aquela época. E fica perdida por 2 anos, não é 1 ano.

Portanto, falar de agricultura sustentável, agricultura biológica e de sustentabilidade, é preciso meter as mãozinhas na terra, tirar de lá o rendimento, para perceber que não é assim tão fácil. É muito fácil nas nossas palavras, está tudo resolvido com o regulamento comunitário, com mais dinheiro em cima do problema, dá-se mais subsídios, constitui-se mais dívida. Põe-se 295 milhões, mas podem ser 400, não faz. Desde que a gente atinja esse desiderato de produzir mais umas cenourinhas e mais uns maracujás que é para a gente não importar tanto. Mas é preciso termos noção de que não é fácil de modo biológico, nem é fácil sobreviver produzindo de modo biológico. Experimentem se querem ver.

Muitas vezes, não raras vezes, como dizem os ingleses *less is more*, é preciso produzir menos, mas com mais qualidade, produzir mais barato para vender melhor. É um facto. E é nisso que esta Região tem que se centrar. Temos que nos centrar, por exemplo, na conjugação dos dois – Srs. Secretários Regionais da Agricultura e do Ambiente – para aproveitar as verbas disponíveis para esse efeito, para reconverter pastagens em altitude em floresta, para reter a água em altitude. Transformar aquilo que são zonas de escorrência em zonas de captação de água para os solos. Tudo isto foi feito num passado, de forma a viabilizar explorações. As arroteias que foram feitas em altitude, tiveram o seu tempo, não

condenar esse tempo; era um tempo em que se achava que produzir mais para entrar nos mercados competitivos a nível nacional era mais fácil. O gado alfeiro ia para cima, porque cá em baixo ficava o gado produtivo para se tirar mais rendimento. Hoje, já sabemos que não é assim. O negócio do leite está a ser constantemente agredido nos mercados internacionais, até pelas organizações ambientalistas. E, portanto, toda essa conversão tem que ser feita. E podemos aprovar aqui centenas de resoluções que enquanto o nosso consumidor não for educado para o consumo, nós não alteramos nada.

Já aqui falei, noutras circunstâncias, da importação de matérias-primas para produção de compostos alimentares para animais. É escandaloso o que esta Região importa. Nós importamos mais de 500 mil toneladas. É um disparate! Não faz sentido nenhum! Mesmo que isso dê emprego na indústria. E mesmo que a agricultura e a produção de leite sejam a grande almofada do desemprego, nós temos que ser capazes de fazer essa transição urgentemente.

Portanto, a Iniciativa Liberal vai associar-se a esta iniciativa e associar-se-á a todas as iniciativas que sejam feitas nesta Casa e fora dela, para que possamos alterar principalmente o nosso modo de produção, o qual não pode continuar assente num modelo de importações de matérias-primas para exportar produtos de baixo valor acrescentado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dizer à Sra. Deputada Patrícia Manes...

Deputado Carlos Silva (PS): Alexandra!

O Orador: É Patrícia mesmo.

O facto do Bloco de Esquerda se arrogar no direito de ter a legitimidade de falar em sustentabilidade, das duas uma: ou é vaidade a mais, ou a senhora está aborrecida por ter que votar a favor.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Sr. Deputado Carlos Silva, eu também percebo que haja da sua parte alguma dificuldade em olhar para o futuro. E este Projeto de Resolução é apresentado, sobretudo, uma perspetiva de futuro. E é aquilo que, por diversas vezes, não foi feito. E não foi feito, porque não era discutido, não era avaliado por todos os intervenientes no setor.

Nós temos a consciência de que o setor tem uma cadeia de valor que vai desde a produção à distribuição. Temos a consciência de que todos esses elementos fazem parte do processo de decisão. E volto a dizer que foi importante o caminho percorrido na especialização, no aumento de produção e na melhoria da qualidade. Mas este caminho que teve o seu tempo, trouxe-nos a um ponto de pouca competitividade. E este é que é o problema. E é isto que temos de avaliar hoje, isto é, são as respostas que temos que dar no futuro, pensando naquilo que existe hoje, pois são esses elementos que terão de servir de decisão para o nosso futuro.

Mas mais, Sr. Deputado Carlos Silva, o PSD apresenta a recomendação da criação dum quadro diferenciado de medidas, mas neste momento, estamos à espera das novas regras do próximo Quadro Comunitário. Este novo Quadro de medidas tem que estar em consonância. E é isso que estamos a discutir aqui hoje, para que não se cometam os mesmos erros que se cometeram anteriormente. Para que a solução do problema não seja atirar mais dinheiro para cima do problema, porque com essa atitude não se resolveram os problemas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Também queria dizer ao Sr. Deputado que este Projeto de Resolução visa, sobretudo, discutir esse assunto, preparar o futuro e ganhar vantagem competitiva sobre as novas medidas e os novos pressupostos que virão.

Sr. Secretário, na sequência da recomendação do PSD e daquilo que é o novo Quadro de medidas a apresentar, sendo que nós temos tido até agora um plano de desenvolvimento regional específico para os Açores, a minha pergunta é muito simples, tendo em conta as palavras da Sra. Ministra:

- Os Açores vão ou não poder ter um programa de desenvolvimento regional específico, à semelhança do que tem acontecido?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu entro neste debate, por causa da questão ideológica que o Bloco de Esquerda trouxe para esta matéria.

A verdade é que o Sr. Deputado Nuno Barata já fez a referência, ou seja, de que o PPM introduziu em Portugal o discurso ecológico. E este discurso ecológico

também teve pelo menos duas ações de enorme relevância que devem ser reconhecidas, como sejam a **reserva agrícola** ou **reserva ecológica nacional** e que são da autoria do PPM. Ainda os fundadores do Bloco de Esquerda militavam em *grupúsculos* radicais de extrema-esquerda, ainda o Bloco de Esquerda não tinha nascido.

Devo dizer que estas questões da paternidade nunca me preocuparam muito. Os meus filhos saíram parecidos com o pai, por isso nunca tive essa preocupação no subconsciente.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Há quem não ache aqui na câmara, mas pronto, cada um tem a sua opinião.

O que é importante referenciar é que, nesta matéria, o que se provou – Sra. Deputada Alexandra Manes – nos últimos anos, por ação do Governo do Partido Socialista, que alguns podem considerar que não foi suficientemente sólida ou ambiciosa – é também a minha opinião, mas há um êxito que podemos apontar e que é a recuperação da vinha no Pico. Eu lembro-me que no início muita gente dizia “bom, isto já passou o tempo, isto não terá sucesso”. A verdade é que teve um sucesso muito significativo. E isso demonstra que é possível a diversificação agrícola nos Açores e que se fizermos isto com outra intensidade e outra ambição, podemos ter sucesso. É isso que este Governo pretende fazer. É essa a nossa ambição também nesta matéria.

Considero que não se deve cavar trincheiras entre a esquerda e a direita, porque nesta matéria, é uma questão de pragmatismo e de bom senso, de preocupações ecológicas – com certeza! – que todos têm nas diversas áreas ideológicas.

Porém, Sra. Deputada Alexandra Manes, eu não resisto a questioná-la no seguinte: a senhora acha que a esquerda tem o monopólio das preocupações, do ponto de vista ecológico a alimentar?

Recordo-lhe e recordo-me daqueles que eram os supostos êxitos dos países do Bloco de Leste, no âmbito da agricultura. Não sei se conhece aquela história do cosmonauta (romeno) que deixa um bilhete à mãe a dizer “vou ali à lua e regresso dentro duma semana”. Quando regressa e chega a casa, tem lá um bilhete da mãe a dizer “fui à loja comprar queijo, não sei quando é regresso”.

Por isso, Sra. Deputada, os êxitos ideológicos da política de esquerda, quer no ambiente quer do ponto de vista da auto-suficiência alimentar são muitos problemáticos.

Por isso, termino com esta referência que considero essencial. Ou seja, este é um esforço que tem que ser feito. E, mais uma vez, eu não quero ser muito unânime nos discursos e redondo nos discursos, porque senão ficarei demasiado parecido com o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Vou ter que registar, Sr. Presidente!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Estou a ver se o ressuscito, Sr. Deputado!

(Risos de alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

Mas, voltando um pouco atrás, considero que o mais importante é que exista convergência das forças políticas nesta matéria, porque este é verdadeiramente um grande desafio da Região. É um grande desafio do Governo Regional, mas é um grande desafio de todos nós e da nossa Região. Não é um desafio da direita ou da esquerda. É um desafio do conjunto da sociedade açoriana.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

V. Exa. insiste nas falsidades, na mentira, com o único objetivo de obter dividendos políticos. E irei provar aquilo que digo.

Faça como o Sr. Secretário Duarte Freitas, reconheça os méritos do anterior Governo, o trabalho que foi feito em parceria com os agricultores, com as associações e faça um trabalho melhor.

O Sr. Secretário alimenta-se de denegrir o trabalho feito no passado, com o único fim de obter dividendos políticos.

O Sr. Secretário disse aqui que nada foi feito pelo desenvolvimento da agricultura biológica nos Açores. É falso!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Há um Plano que foi criado e apresentado pelo anterior Governo Regional dos Açores, em parceria com as associações, com os produtores e com a Federação Agrícola e está ao seu dispor. E o senhor está agora a implementá-lo. Pelo menos reconheça o trabalho feito, só lhe fica bem!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): É falso!

O Orador: Mas não. O senhor insiste na mentira, apenas para obter dividendos políticos. Não lhe fica nada bem!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Quem cria um plano e importa fundos comunitários é gravíssimo! Isso é uma falsidade! Eu já lhe explico!

Deputado Berto Messias (PS): Não seja sectário!

O Orador: O Sr. Secretário quer ser o *Pai* da agricultura biológica. Só que a paternidade não é nem do PS, nem do PSD. Os pais são os agricultores que trabalham todos os dias para isso. Nem é o Sr. Secretário!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: E também é falso que o Sr. Secretário diga que nada foi feito para promover a agricultura biológica, além da estratégia que foi concebida (pelo Governo do PS) e que está ao seu dispor para implementar.

Foi feito um reforço da dotação do POSEI em mais de 55% em 2019 e 2020, exatamente para garantir a promoção na agricultura biológica e aumentar a diversificação agrícola. E mais não foi feito ao nível dos fundos comunitários, porque eles não estavam disponíveis.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Então não estavam?!

O Orador: E agora o Sr. Secretário tem isso ao seu dispor. Assim como tem uma agenda mobilizadora para o setor agroindustrial.

O senhor conhece essa agenda mobilizadora? Participou nela?

Esclareça-nos essa questão. Ou aí o senhor já não quer ser *o pai da criança*?

Deputado Nuno Barata (*IL*): Já não tem agenda nenhuma!

O Sr. Presidente do Governo anunciou que já não tem!

O Orador: Só lhe interessa ser o *Pai* da agricultura biológica?

Ficamos à espera das suas explicações.

Deputado Berto Messias (*PS*): É na Azambuja! É uma bela terra.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Na Azambuja está a Pronicol.

Nem sequer sabes o que é que estás a dizer!

Estás a matar a agricultura!

Deputado Berto Messias (*PS*): Já fui muito feliz na Azambuja!

O Orador: Eu sei que o Sr. Secretário está exaltado, mas permita-me concluir.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo, pois se assim for, o Sr. Deputado Carlos Silva não pode intervir. Faça o favor de continuar Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado Sr. Presidente.

Conforme estava a realçar, em 2019 o Governo dos Açores criou e promoveu incentivos para aumentar a produção biológica nos Açores, tendo havido um aumento de 55% das verbas do POSEI, exatamente para esta finalidade.

Foi também o Governo do Partido Socialista que criou a estratégia para a agricultura biológica, em parceria com as organizações de produtores e com a Federação Agrícola.

Tudo isso está provado, está documentado. E farei entregar na Mesa o documento que o senhor tem ao seu dispor para esta finalidade.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É grave o que está a dizer, mas já lhe explico!

O Orador: E por último, já que o senhor promete muito e faz pouco, gostaria de lhe perguntar o que é que aconteceu ao Conselho Científico para a I Inovação Agroalimentar?

É que o Sr. Secretário já anunciou várias vezes, mas isso ainda não passou do papel. Se nos puder esclarecer, nós agradecemos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver se a gente tem um raciocínio lógico.

Um governo que diz que criou um plano para a agricultura biológica no papel, com a articulação das associações, e a seguir, é esse mesmo governo que corta a possibilidade de haver apoios comunitários para a agricultura biológica. Isto é um governo sério?!

Deputado Carlos Silva (PS): E a Agenda Mobilizadora?

O Orador: O Governo anterior em 2019 cria uma ilusão relativamente a uma perspetiva que, na prática, proibiu essa mesma perspetiva de aceder aos fundos comunitários.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isso é que é um Governo sério?!

Deputado Miguel Costa (PS): Não! É o vosso!

O Orador: Um governo que tinha até agora rateios na agricultura biológica, em todas as medidas do POSEI, que podia ter evitado essas medidas, que retirou aos agricultores nos últimos 5 anos 28.6 milhões de apoios comunitários é um **governo sério?!!**

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Um governo que em 2018, na prática que é a agricultura biológica nas Regiões Ultraperiféricas, retira 30 euros ao intervalo parcelário nos Açores, e que este ano aumentámos em 7 milhões, por via desse corte em 2018, é um governo sério?!

Um governo que não ajuda à prática da agricultura biológica nas Regiões Ultraperiféricas, **por opção própria**, porque os rateios foram colmatados com verbas próprias – essa é a responsabilidade?!

O dinheiro que se anuncia à perca de rendimento, é o dinheiro que os agricultores devem receber. E até agora, a prática era que se dizia uma coisa e pagava-se outra! Enganava-se os agricultores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Um governo que trocou a possibilidade das candidaturas ao Programa VITIS, em 2021, antes das eleições, para ter mais candidaturas, impedindo que se candidatassem os vitivinicultores (em 2021 não tivemos candidaturas), é um governo sério?! Não é!!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Teve propósitos eleitoralistas! Não é sério!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O anterior executivo fechou as candidaturas do Programa VITIS, negociou com o Ministério da Agricultura e trocou 600 mil euros por 4 milhões de euros, para que todas as candidaturas de 2020 pudessem ser enquadradas, com fins eleitoralistas!

Em 2021 a Região perdeu 3,2 milhões de euros de possibilidade de candidaturas ao Programa VITIS!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto é um governo sério?! Não é!!

Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mas eu ainda tenho mais para dizer!

Deputado José Ávila (PS): Diga, diga. Queremos ouvir!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Até sei de coisas que dão cadeia!

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

(Protestos impercetíveis trocados entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS e o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu dei a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva e queria ouvi-lo.

Faça favor Sr. Deputado de proceder à sua intervenção.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Secretário Regional da Agricultura, estava a dizer que “ia dar cadeia” para...?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Para si!

Deputado José Ávila (PS): Oh Sr. Secretário, isso não é assim!

O Orador: O Sr. Secretário disse em aparte que ia dar cadeia para mim?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Estou a brincar.

O Orador: Ou o Sr. Secretário pede desculpa ou então... falaremos a seguir!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não, não era para si!

Presidente: Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

O Sr. Secretário Regional tem que identificar para que fim é que pede a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra para uma interpelação.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que eu disse em aparte foi em tom de brincadeira, não devia ter dito. Peço desculpa por ter direcionado para si o “dava cadeia”, porque o aparte de facto não era para si. Peço desculpa!

Deputada Andreia Costa (*PS*): Então para quem era?!

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

O Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

(*) **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Para uma intervenção.

Presidente: Então vou ter que dar a palavra a quem estava inscrito primeiro.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(*) **Deputada Alexandra Manes** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados Bruno Belo e Nuno Barata:

A sustentabilidade não é uma criação do Bloco. O conceito é antigo, mas é verdade que, ao longo dos tempos, os governos – também aqui nos Açores – têm resistido a implementar medidas que protejam de facto a sustentabilidade ambiental. Basta ver o exemplo da política de turismo seguida pelos Açores e que, pelos vistos, vai piorar, com uma aposta ainda mais intensa no turismo de massas.

Exemplo do trabalho que temos desenvolvido, temos o trabalho feito em relação à luta contra a incineradora, o aumento da reciclagem ou a proibição de utilização de herbicidas com glifosato, aprovado aqui nesta Casa. Temos feito igualmente denúncias de atentados ambientais, como é o caso da Fajã do Calhau, ou as sucessivas descargas da Cofaco para o mar que, por sinal, ainda vai receber milhões por parte das agendas mobilizadoras.

Finalizando, reitero que o Bloco não se afirma dono da sustentabilidade. O que afirmamos é que queremos políticas sustentáveis. E as propostas que aqui apresentamos procuram exatamente implementar, na prática, esta política.

Infelizmente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão já não está...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Está!

A Oradora: Ah afinal está ali.

Obrigada - chegou agora aqui o “dono da moralidade”!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito obrigado!

A Oradora: Pela reação de indiferença dos Deputados e Deputadas desta Casa, aconselho o Sr. Deputado Paulo Estêvão a não investir muito na sua veia de contador de anedotas, pois penso que não vai ter muita *sustentabilidade*.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, vimos o senhor acusar de falta de seriedade isto e aquilo, mas eu gostaria só de relembrar uma pequena coisa. Quando o senhor estava como Deputado na Assembleia da República, a *gritar* para a comunicação social açoriana que havia um povo a morrer na Terceira devido à contaminação, era somente a sua dúvida e o medo de sairmos da NATO!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Isso foi aqui!

A Oradora: Foi sim senhor! Isso eu sei.

Portanto, quando falar de seriedade, lembre-se de quando andava a *gritar* que havia um povo a morrer na Terceira devido à contaminação e o Projeto de Resolução que estava na altura em discussão não tinha nada a ver com isso!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Foi aqui, não foi na Assembleia da República! Procure na base de dados!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

Em relação às desculpas que me pede eu aceito-as. Não porque a minha honra estivesse colocada em causa por si, porque isso não era possível, mas humildemente aceito-as.

Eu acho é que o senhor deveria estender as suas desculpas não apenas a mim, mas a toda a bancada do Partido Socialista, porque aquilo que fez foi muito deselegante e não se faz!

Deputado Berto Messias (PS): Foi mesmo grave!

O Orador: Se fosse ao contrário, se fosse o Partido Socialista que estivesse aí, provavelmente haveria deste lado uma indignação geral. Mas não. Como é o Sr. Secretário está tudo bem. Pode dizer tudo o que quiser, pode acusar de cadeia quem quer que seja e está tudo bem.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não, não!

Deputada Ana Luís (PS): Sim, sim, por duas vezes!

O Orador: Portanto, só para terminar, depois do debate que aqui tivemos ontem, falar de seriedade, competência e credibilidade, depois do assalto que foi promovido ao PRR, não merece da minha parte mais nenhuma consideração. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Prescindo.

Presidente: Sra. Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS)**): Sr. Presidente, é para uma intervenção. Como temos tempo, eu queria colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção.

(* **Deputada Andreia Cardoso (PS)**): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: O Sr. Secretário Regional da Agricultura há pouco fez um gesto sinalizando “cadeia” e insinuou que se dirigia à minha pessoa.

Já esclareceu que não se dirigia ao Sr. Deputado Carlos Silva. E como fez referência à minha pessoa, eu gostava que dissesse claramente a que é que V. Exa. se refere? Penso que a Câmara, todos, tal como eu, gostava de saber a que é que se refere?

Obrigada.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não era a si! Referia-me ao Governo!

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Sim, sim. E era para a Secretaria dela!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(* **Deputado Bruno Belo (PSD)**): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a discutir aqui um diploma que me parece importante para o futuro do setor agrícola dos Açores.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sim, sim! E a honra de cada um também é importante!

Deputada Ana Luís (PS): E a dignidade!

O Orador: Exatamente Sra. Deputada.

Eu entendo que todos nós temos por vezes excessos de linguagem.

O Sr. Secretário eventualmente teve um excesso de linguagem. Já pediu desculpa por ele. Acho que, nesta matéria, nenhum de nós nesta Casa está

acima do que quer que seja, porque todos já tivemos alguma vez um excesso de linguagem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E a humildade do Sr. Secretário em pedir desculpa, acho que é suficiente para que esse problema fique sanado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, não! Ele disse que não era para o Sr. Deputado Carlos Silva!

O Orador: Voltando ao diploma, Sr. Deputado Carlos Silva, esta matéria até pode ser apetecível do ponto de vista mais populista; pode ser apetecível do ponto de vista de acentuar mais alguma diferença política; mas é, sobretudo, e essa foi a intenção de a trazer aqui, uma matéria que deve ser discutida, mas de um ponto de vista em que o setor agrícola seja o objeto dessa mesma discussão. Que os agricultores e toda a cadeia de valor relacionada com o setor seja o objeto dessa discussão, valorizando esses aspetos.

Há uma coisa, Sr. Deputado, que lhe quero pedir: deixe de fazer política contra o PSD e contra o Governo: Faça política pelos açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, para um protesto.

Presidente: Um protesto sobre quê, Sr. Deputado?

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**): Perante a ausência de resposta do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural relativamente a uma questão direta que lhe foi colocada por um elemento desta bancada.

Presidente: Ó Sr. Deputado, o Governo e o Sr. Secretário ainda têm tempo, caso quisessem responder.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**): Mas ele não estava inscrito.

Presidente: Mas pode-se inscrever ainda.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**): Pois pode. Então inscreva-se. O senhor é que disse que não havia mais ninguém inscrito.

Presidente: É verdade.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**): Sr. Presidente, tenho a palavra ou não?

Presidente: Não. Eu não vou lhe dar a palavra para esse efeito.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**): Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos passar à votação.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**): Sr. Presidente, tendo em conta o argumento que foi utilizado para não me conceder a palavra para um protesto e uma vez que está encerrado o período de debate, não se tendo o Sr. Secretário inscrito para esclarecer a pergunta que lhe foi colocada, eu renovo o meu pedido de palavra para um protesto.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(* **Deputado Vasco Cordeiro (PS)**): Sr. Presidente, tendo em conta o argumento que foi utilizado para não me conceder a palavra para um protesto e uma vez que está encerrado o período de debate, não se tendo o Sr. Secretário inscrito para esclarecer a pergunta que lhe foi colocada, eu renovo o meu pedido de palavra para um protesto.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(* **Deputado Vasco Cordeiro** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há alguns plenários atrás, o Sr. Secretário da Agricultura utilizou a mesma expressão relativamente ao anterior Governo do Partido Socialista. Ou seja, que havia um assunto que “dava cadeia”.

O Sr. Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, hoje, voltou a reincidir nessa expressão.

Teve a oportunidade – e saúdo-o por isso – de se levantar e dizer que cometeu um excesso de linguagem - e não precisou de procuração, Sr. Deputado Bruno Belo – em relação ao Sr. Deputado Carlos Silva. Mas aquilo que eu percebi foi que o “dava cadeia” era em relação à Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não! Ao Governo!

O Orador: E, portanto, gostaria de dizer que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, interpelado para esclarecer o assunto...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estou a fazer um aparte! O senhor não me intimidada com essa pausa!

O Orador: Oh Sr. Deputado, sobre intimidações... ao pé de si eu sou um aprendiz!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados da bancada do PS*)

O Orador: O que eu gostaria era de deixar registado o protesto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela forma useira e vezeira como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural se dirige a estes Deputados, bem como as apreciações que faz sobre aquilo que foi a ação de um governo desta Região Autónoma.

O Sr. Secretário teve a oportunidade de, com a mesma coragem e verticalidade com que se levantou e dirigiu-se ao Sr. Deputado Carlos Silva, ter feito

exatamente a mesma coisa em relação à Sra. Deputada Andreia Cardoso ou, já agora, em relação a qualquer deputado do Grupo Parlamentar do PS. Optou por não fazê-lo. E ao não fazê-lo, dá razão à leitura que a Sra. Deputada Andreia Cardoso e todos os Deputados deste Grupo Parlamentar fizeram sobre o seu aparte. Dá razão a este protesto, mas mais do que isso, com esse tipo de linguagem e esse tipo de comportamento, o senhor desprestigia a cadeira onde se senta!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Para um contraprotesto, querendo, o Sr. Secretário tem direito a 2 minutos.

(o Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural dá a indicação de que prescinde da palavra)

Presidente: Muito bem.

Pergunto se há mais inscrições para esta discussão?

Não havendo vamos passar à votação do Projeto de Resolução nº 57/XII. O Sr. Deputado Carlos Silva pede a palavra para?

Deputado Carlos Silva (PS): Para registar que houve perguntas que não foram respondidas!

Presidente: Ó Sr. Deputado, estamos a iniciar uma votação.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu tinha levantado o braço.

Presidente: Eu perguntei se havia mais inscrições.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, é só porque fiz algumas perguntas que não foram respondidas.

Presidente: Bem, vamos iniciar a votação do **Projeto de Resolução nº 57/XII – “Investimento e capacitação para uma agricultura sustentável”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

(Apartes impercetíveis trocados entre os Deputados Carlos Silva e João Bruto da Costa)

Presidente: Srs. Deputados... Sr. Deputado João Bruto da Costa, estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução nº 57/XII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados está encerrado este ponto da nossa agenda.

Vamos fazer um intervalo e regressamos às 17h10 - estamos a precisar dum intervalo.

Eram 16 horas e 49 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no ponto 9 da nossa agenda que se refere ao **Projeto de Resolução n.º 51/XII** – “Modelo alternativo de Transporte Marítimo de Mercadorias nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Eram 17 horas e 18 minutos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins para a apresentação da iniciativa.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa região arquipelágica como a nossa, é fundamental que exista uma rede de transportes marítimos eficiente, devidamente articulados e, sobretudo,

dimensionados à escala das trocas comerciais entre as ilhas dos Açores e entre estas e o continente português.

No sector económico açoriano, não poucas vezes, sucedem-se queixas dos nossos empresários sobre as dificuldades que sentem quanto ao escoamento dos produtos da pesca, da agricultura e da pecuária, bem como, em muitas ilhas, sobretudo as mais pequenas, quanto aos atrasos verificados na mercadoria vinda do Continente. Ora por falta de capacidade de carga, ora porque os horários não estão devidamente articulados, ora porque simplesmente o navio não vem.

Não temos qualquer dúvida de que um modelo de transportes marítimos que resolva as questões logísticas das mercadorias é seguramente o investimento com maior retorno para a economia da Região.

Não temos qualquer dúvida que o atual modelo de transportes marítimos, em que a cabotagem insular é realizada por três operadores, a Transinsular, a Mutualista e a GSLines, os quais, supostamente, fazem o transporte direto do Continente à ilha de destino, acarreta, aparentemente, custos demasiado elevados, que penalizam a competitividade das nossas empresas.

Este aparente sobrecusto é supostamente aduzido ao facto de neste momento a carga trazida para a Região estar a ser descarregada no porto de Ponta Delgada sendo a cabotagem insular assegurada por apenas uma delas, a qual subcontrata o serviço de outra para o efeito.

Apesar destas empresas que operam nos Açores não serem subsidiadas pelo orçamento da Região, são, na realidade, pagas pelo dinheiro dos açorianos, uma vez que os produtos chegam às prateleiras dos espaços comerciais a preços mais elevados por via desse sobrecusto. E, obviamente, de forma solidária, algumas ilhas não beneficiam da economia de escala que poderiam beneficiar. De pouco ou nada servem todos os subsídios, apoios e incentivos quer ao escoamento dos produtos açorianos, quer à importação de fatores de produção, se a rede de transportes não for capaz de dar garantias de uma resposta eficiente.

Também o transporte e distribuição de carga inter-ilhas pode ser um fator de desenvolvimento da economia regional, potenciando os negócios com empresas locais que poderão ser, por esta via, tão competitivas como qualquer outra empresa do Continente.

Há não muito tempo, vários especialistas nesta matéria, de simpatias transversais ao espectro político-partidário da Região, têm deixado públicas as suas opiniões sobre modelos alternativos que tornariam a operação economicamente mais vantajosa.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP entende, portanto, propor à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que resolva recomendar ao Governo Regional a realização de um estudo de viabilidade económico-financeira, de diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias, que contemple o transporte do Continente para os Açores e a distribuição e transporte de carga inter-ilhas.

Esta não é a primeira vez que o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta, nesta Assembleia Legislativa, uma proposta para a realização de um estudo acerca do transporte marítimo de mercadorias. Fizemo-lo pela primeira vez em outubro de 2015, tendo essa iniciativa sido chumbada pela maioria socialista que suportava o Governo Regional de então. Em março de 2018, o Grupo Parlamentar do CDS-PP tornou a apresentar uma iniciativa de teor semelhante, a qual foi também rejeitada pela maioria socialista.

Em 2021, o CDS-PP torna a apresentar este Projeto de Resolução, por considerarmos que se mantêm os pressupostos que a sustentaram há seis anos atrás. Durante os seus anos de governação, o Partido Socialista nunca demonstrou abertura para estudar uma nova solução para o transporte marítimo de mercadorias. A conjuntura política atual, porém, deverá ser mais propícia à aprovação desta iniciativa.

O modelo atual tem virtudes, isso é inegável. O facto de não ser subsidiado por dinheiros públicos, o facto de garantir preço igual no destino, independentemente da ilha, um tempo máximo de transporte e um mínimo de toques garantido nos diversos portos do arquipélago.

Ora, o CDS não pretende desvirtuar este modelo. Não pretendemos fazer tábua rasa de todo o *know-how* que os operadores deste sector já detêm.

A pretensão do CDS-PP é que se faça um estudo que seja claro, sem preconceitos e que avalie quais as maiores virtudes e os maiores defeitos do atual modelo. Um estudo independente que ponha em causa todas as variáveis e avalie em que medida se conseguem introduzir melhorias que se traduzam num melhor serviço e num menor custo para os consumidores açorianos e para os empresários.

Um estudo que mostre se há uma janela de oportunidade, ou não, para investimentos privados no âmbito do tráfego local, se se criasse por exemplo o tráfego regional.

O CDS-PP acredita que o resultado de tal estudo permitirá aos decisores políticos, perante vários cenários, conjugar as melhores soluções, tomar a iniciativa legislativa, propor à República, alterações legislativas; em última análise, tudo o que se afigure útil e benéfico para os açorianos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É este o espírito que nos move. Foi com este espírito que sujeitámos esta iniciativa à apreciação na Comissão de Economia e é com este espírito que hoje submetemos à votação esta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições, sendo que a Mesa já tem duas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à proposta aqui apresentada, hoje, este estudo já está integrado no Programa do Governo, com uma dotação prevista no Plano para 2021, inclusivamente no projeto do Plano para 2022.

Portanto, este é de facto um estudo importante e é relevante o esforço que foi aqui feito, no sentido de vincar essa mesma importância. E nós já estávamos realmente cientes dela, sendo que até já tínhamos manifestado essa intenção por várias vezes aqui no Parlamento. E, inclusivamente, já tivemos a oportunidade de transmitir publicamente aqueles que são os passos mais significativos que pretendíamos dar, no sentido da realização do estudo.

Tínhamos por objetivo auscultar os *players* e os *stakeholders* com incidência ou proximidade a estas matérias e, com isso, desenhar os termos de referência do estudo que fossem suscetíveis de permitir que as conclusões do mesmo fossem aceites de forma relativamente consensual por parte de todos aqueles que, de alguma forma, irão intervir e ter as consequências do que vier a ser as sugestões resultantes do estudo. Isto pela simples razão de que fazer mais um estudo para arquivar ou encostar a outros anteriormente feitos, não faria especial sentido. E, portanto, o que gostaríamos era que, em termos de organização dos termos de referência, a maior parte das entidades envolvidas estivesse de acordo com elas e, depois, aceitassem as conclusões que viessem a resultar do estudo que foi montado com base nesses termos.

Entretanto, soubemos que a Comissão de Economia tinha tomado a iniciativa de auscultar uma série de entidades com ligação direta a estes temas e, por isso, entendemos que seria importante não fazer sobreposição das nossas iniciativas e diligências e esperarmos pela sua conclusão e publicação dos documentos que viessem a ser produzidos.

Tivemos conhecimento desses documentos há pouco tempo (há pouco mais duma semana) e, naturalmente, a informação que eles carregam será integrada naquilo que será o estudo a ser lançado.

O lançamento não tem ainda data prevista, será no mais curto de espaço de tempo possível. E terá, em termos de orientações, quatro linhas gerais que de alguma forma já foram comunicadas na audição feita pela Comissão de Economia, na qual participei, e que vou aqui repetir.

A primeira tem que ver com a manutenção do preço igual do transporte para todas as ilhas - e estou a reportar-me àquilo que é a cabotagem insular.

A segunda tem a ver com a melhoria da previsibilidade e regularidade do transporte de mercadorias entre as ilhas e entre o arquipélago e o continente.

A terceira linha, é a minimização do custo do transporte em termos globais, quer para a economia regional, quer para os consumidores, quer para a Região Autónoma.

A quarta linha é que as soluções que vierem a ser encontradas para amanhã e para os problemas que vivemos, hoje, possam servir também para os dias depois, na medida em que uma solução que resolva um problema de forma imediata, mas que crie dois problemas de forma diferida, não é a solução que procuramos e, portanto, queremos uma solução que seja também – este termo é muito utilizado em várias áreas – sustentável. Esta questão do sustentável tem a ver com várias questões, entre as quais, com o facto de que vivemos num mundo de transformações muito rápidas, especialmente no que toca às questões energéticas, todos sabemos que o custo dos combustíveis escala rapidamente de

mês para mês e, com isso, a transição energética pode já estar a insinuar-se mesmo nestas matérias e, portanto, não vamos deixar de incidir alguma luz nesta questão para que, no futuro, não sejamos os últimos a proceder a essa transição.

Para terminar, queria apenas dizer que obviamente as questões ligadas ao tráfego local serão tidas em conta como as relativas à cabotagem insular. E as questões de natureza legislativa e as logísticas, também serão alvo dum estudo especial, na medida em que o preço final do transporte do continente para as ilhas ou inter-ilhas intervém, necessariamente e de forma muito significativa, questões de ordem logística.

Se for o caso, o resultado do estudo terá consequências eventualmente a nível legislativo e da maneira que o tráfego é regulado por um diploma nacional, se houver necessidade de fazer alterações significativas, o mesmo terá que ser ajustado em conformidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa apresentada pelo CDS ora em discussão, afigura-se da maior importância, porquanto o transporte marítimo constitui o principal sistema de

transporte de mercadorias dentro da Região, e com o exterior sendo, por isso, essencial à competitividade das nossas empresas e aos consumidores açorianos.

Pelas nossas características geográficas este é, e será sempre, o principal meio de transporte de mercadorias. E numa economia global permanentemente em mudança, qualquer modelo ou sistema deverá ser periodicamente reavaliado.

Num modelo que funciona há cerca de 20 anos, apenas com alterações residuais, é quase obrigatório estudar, analisar e equacionar todas as alternativas.

Agora que se discute esta matéria novamente, é quase impossível não recordar o processo de alteração de modelo de transporte aéreo de passageiros, concretizado em 2014 e 2015, em que as resistências de muitos protagonistas e decisores políticos regionais, afinal, tinham como causas próximas o mero desconhecimento das novas realidades que ocorriam no mercado da avaliação e que supostamente também poderão ocorrer no mercado do transporte marítimo de mercadorias.

Planear os transportes na sua globalidade, e em todas as suas vertentes, definir uma estratégia regional nesta área, como instrumento fundamental da competitividade da economia açoriana e da mobilidade dos açorianos e assegurar o sucesso das empresas, é uma das principais responsabilidades do Governo no setor dos transportes. Este processo passa, obrigatoriamente, pelo diálogo com os agentes económicos e seus representantes, mas passa igualmente pela disponibilidade de estudos e fundamentação técnica de excelência, que permita aos decisores públicos a tomada das melhores opções. É o que se recomenda ao Governo com este Projeto de Resolução.

Nas audições realizadas no âmbito da presente iniciativa, quer as associações empresariais, quer as empresas regionais, quer ainda a generalidade das entidades públicas que se pronunciaram, designadamente os conselhos de ilha, reconhecem a necessidade de se equacionar alternativas ao atual modelo, com o

objetivo comum de reduzir custos, manter preços idênticos em todas as ilhas, melhorar as frequências e a regularidade.

Esta iniciativa do CDS/PP é a terceira sobre a mesma matéria, aliás como já disse o Sr. Deputado Rui Martins, as últimas duas anteriores foram inviabilizadas.

Esperamos que a decisão deste Parlamento desta vez seja diferente, aliás o Sr. Secretário já reconheceu e já informou esta Casa que o estudo entrará em andamento com a máxima urgência possível, o que nos deixa particularmente satisfeitos com a decisão do Governo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este é assunto vetusto, como o próprio corpo da apresentação que o Sr. Deputado Rui Martins fez há pouco. No entanto, a Iniciativa Liberal associa-se a esta medida, no sentido em que entende que estudar, mesmo que se conheçam já os resultados, não faz mal nenhum. Mas o que nos preocupa nesta matéria, é o discurso dirigista da economia que se continua a ter nesta Casa sobre estes assuntos.

Quando não custa à Região um serviço que está a ser prestado por três operadores em concorrência nos Açores inteiros, está a inventar-se mais um estudo, mais uma solução, para ver quanto é que isso vai custar aos impostos de todos os açorianos.

Neste momento, custa – como eu já disse inúmeras vezes neste Parlamento – nas prateleiras dos supermercados essencialmente dos micalenses e dos terceirenses. Vai passar a custar nos impostos de todos os açorianos.

Lá se vai a solidariedade das ilhas maiores em relação às ilhas mais pequenas. E depois o bairrista sou eu!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Mas há uma outra coisa que me preocupa. É que se vamos estudar de novo o modelo de transportes de mercadorias para os Açores e entre as ilhas açorianas, então o que é que fazem as verbas inscritas no Plano para obras marítimas?

E o que vamos fazer com as obras anunciadas, até pelo Sr. Presidente do Governo, em plena campanha para a (câmara) Praia da Vitória?

Se nós ainda não sabemos que modelo vamos ter como é que já estamos a decidir investimentos?!

Não faz qualquer sentido!

Portanto, a Iniciativa Liberal não deixa de se associar a que se estude, **mais uma vez** – repito – uma solução que todos vão pagar, mas deixo este alerta.

Não faz sentido nenhum, a não ser que me expliquem que já têm o estudo feito e a solução encontrada, o que não me admirava nada, são useiros e vezeiros nisso, já está no ADN deste Governo fazer as coisas e depois desfazê-las, porque fez mal feito – ainda hoje tivemos o exemplo bem claro disso! A não ser que me digam que é isto que está feito, não percebo que já estejam decididas obras em infraestruturas que vão condicionar qualquer estudo que se faça. Até é caricato que a Porto dos Açores, SA, que descobriu que a Autoridade Portuária tem 100 anos, publicou um dia destes um vídeo, no qual aparece um desenho “fantabulástico” – o termo é este, é novo, mas se o Sr. Presidente do Governo também gosta de inventar palavras e eu também faço isso, em *boliês*...

(Risos do Deputado Miguel Costa)

E o que é que é este desenho *fantabulástico*? É um desenho dum Porto da Horta do século... XXXI!

Convido-vos todos a irem lá ver, acho que deviam. Vale a pena. E se quiserem eu até informo a câmara do minuto do vídeo, não é muito difícil, eu chego lá rapidamente. Ou seja, parece que já está tudo pensado e já está tudo decidido.

Oxalá esta não seja mais uma agenda para *(des)mobilizar!*

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente (vem vindo!), Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria apenas colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional, para tentar perceber o que é que aqui estamos a fazer. Isto porque o senhor literalmente esvaziou a iniciativa do CDS com a sua intervenção, pois diz que já tinha uma dotação no Plano de 2021. Talvez fosse importante dizer o que já foi executado e qual o nível dessa dotação? Não o fez.

Diz, também, que o lançamento do estudo está para muito breve, que até já tem os pressupostos definidos.

Portanto, era importante que o Sr. Secretário viesse aqui explicar exatamente o que é que já está feito? E qual é o nível de execução desse Plano de 2021? Porque, literalmente, o senhor esvaziou a iniciativa do seu parceiro de Governo – o CDS – que, pela própria cara dos seus Deputados, percebia-se o incómodo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo obviamente por dizer que sendo esta uma iniciativa que, se não me falha a memória, já veio duas vezes a esta Casa, ela nas suas anteriores

encarnações teve o voto favorável do Bloco de Esquerda, não sem algumas reservas que, neste momento, são ainda mais evidentes e mais enfáticas. Desde logo, porque é por demais evidente que é fundamental termos um modelo de transporte marítimo, neste caos de carga, que sirva a Região no seu todo e cada uma das ilhas.

Um modelo que garanta periodicidade nos transportes, que garanta a regularidade dos mesmos, itinerários que cheguem a todas as ilhas sem concentrações que não serão benéficas para as ilhas mais pequenas e com menor população, nem serão benéficas para a coesão territorial. E obviamente que a questão do preço igual para todas as ilhas seja uma realidade. Se possível, preços mais baixos, evidente que sim. Mas neste modelo que nós temos, cujas outras alternativas podem ser propostas, é fundamental que estes princípios sejam garantidos e não sejam postos em causa.

É óbvio que há muitos agentes económicos que têm visões diferentes sobre o que deve ser um modelo de transportes marítimos para os Açores. Isso vê-se nas notícias, nos jornais, vê-se nas (inúmeras) audições de que esta iniciativa talvez seja recordista parlamentar ao longo destes anos, pois foram muitas as pessoas que as diversas Comissões de Economia nas três Legislaturas ouviram.

Muito se disse e muito se falou, basta ver o relatório deste ano que tem mais de 200 páginas, é quase ele próprio um estudo. E, de facto, chega-se aqui e vamos votar a iniciativa. O que parece é que já não há muito a estudar, porque já está estudado. Realmente o que nos preocupa é que se vá estudar algo que talvez já esteja decidido. E, pelos vistos, alguma coisa já está decidida. Poderá não estar tudo, mas alguma coisa já está (ou estava) decidida até esta tarde. Porque o próprio Plano de Recuperação e Resiliência – as famosas “agendas mobilizadoras” – prevê avultados fundos para o transporte marítimo de carga.

A pergunta que faço ao Sr. Secretário é para que serve este dinheiro?

Há 16 milhões de euros – mais coisa menos coisa – na agenda mobilizadora do transporte marítimo, a qual é liderada por uma empresa pública tutelada pela sua Secretaria (Portos dos Açores), atribuídos a uma empresa – Transportes Marítimos Graciosenses.

Gostaria de perceber que modelo pretende o Governo com este plano que estava na agenda mobilizadora? – pelos vistos, estava, já não está. Mas tem que explicar o que é que se pretende com isto e como é que isso se coaduna com um estudo que se quer aberto, com princípios, mas que é um estudo?

Se é um estudo para apenas confirmar aquilo que o Governo já decidiu, então não vale a pena estudar. E é esse o nosso receio.

Não temos nada contra o estudo, obviamente, antes pelo contrário, mas é preciso que seja um estudo credível, por um lado e, por outro lado, que não seja inútil. Ou seja, que não seja algo para apenas confirmar (ou tentar confirmar) aquela que é uma decisão política do Governo ou talvez doutras entidades.

É esta a dúvida que deixo, dizendo que com estas reservas que são sérias, e com estes alertas que lanço, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a iniciativa, tal como fez nas anteriores Legislaturas, salientando que fazemo-lo com mais reticências do que fizemos no passado, para além das próprias divergências que existem entre os próprios partidos do Governo sobre esta matéria e que são públicas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dar uma resposta à questão levantada pelo Sr. Deputado Miguel Costa relativamente à execução do estudo.

Queria repetir aquilo que transmiti antes. Ou seja, transmiti antes que nós tínhamos a intenção de fazer audições aos vários parceiros do setor e que interrompemos estas audições, pela simples razão de sabermos que a Comissão de Economia já estava a fazê-lo e, portanto, não fazia sentido nenhum estarmos a fazer duplicação de audições às mesmas entidades. Face a isso, dissemos aqui que terminado esse processo e publicadas as conclusões, faríamos no mais curto espaço de tempo o lançamento do estudo em questão. Portanto, sobre este assunto da execução não é preciso dizer mais nada, pois uma coisa decorre da outra, logo penso que sobre isso não há muito mais a dizer.

Relativamente à questão dos parceiros sobre estar ou não estar este estudo no Plano, todos aqui presentes sabem que está, aqueles que fazem parte da Comissão de Economia sabem que eu fui ouvido sobre esta matéria, inclusive os Deputados da Coligação, portanto, sobre isto, eu penso que não é necessário acrescentar mais nada.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado António Lima, o que lhe posso dizer, em primeiro lugar, é que a Porto dos Açores tem dupla tutela, uma financeira e outra operacional. E, portanto, o estudo que vier a ser feito, será com base na realidade que existir na altura, com PRR ou sem PRR, ou seja, os dados que tivermos na mão serão tidos em consideração, no estado em que estiverem nessa altura. De qualquer forma, sobre o estudo estar desenhado, à partida, eu sublinhei aqui os quatro pontos que, de alguma forma para nós, são pouco variáveis. E vou enunciá-los novamente: o primeiro é a manutenção do preço igual de transporte para todas as ilhas, estou aqui a reportar-me à cabotagem insular; o segundo é melhoria da acessibilidade e regularidade no transporte para todas as ilhas; o terceiro é a minimização do custo global quer para a economia, quer para os consumidores, quer ainda para a Região, e aqui sublinho Região; e, por fim, que não seja encontrada uma solução para os problemas de hoje, mas que seja encontrada uma solução para amanhã e para os

dias que vierem a seguir. Portanto, com isto, introduzi a questão dum solução que seja sustentável, pelo menos a médio prazo, isto é, não queremos soluções apenas para 1 ou 2 anos.

Era apenas isto. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para informar que vou votar favoravelmente esta iniciativa do CDS, mas aproveito o momento para dizer, e fazendo minhas as palavras do Sr. Deputado Nuno Barata, que é preciso ter alguma atenção sobre o que é que esse estudo pode nos revelar. Ele pode falar-nos de eficácia e eficiência que, tal como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, são dois elementos muito importantes para percebermos que tipo de modelo de transportes é que vamos implementar, a partir do estudo que será feito, ou que já está sendo feito, por aquilo que tenho ouvido. Há aqui umas insinuações de que eventualmente já existem decisões tomadas.

Não concordando integralmente com o que disse há pouco o Sr. Deputado António Vasco Viveiros de que também no transporte aéreo, antes de 2015, parece que era uma inevitabilidade o modelo de transportes aéreos que tínhamos até a abertura do espaço aéreo às operadoras não regionais, é certo; no caso do transporte marítimo, devo dizer que não acredito que o seu sucesso, após o estudo que se há de fazer, seja assim tão grande. E não acredito, pelo simples facto de que, atualmente, conforme ele é feito, já o é por empresas privadas e que, ao longo dos quase 20 anos deste modelo de transportes, no meu entender, foram limando as arestas daquilo que poderia ser um negócio que não seria totalmente rentável. Atualmente, por aquilo que fui percebendo do trabalho feito na Comissão de Economia relativamente a este assunto, é que não

existe espaço para milagres, a não ser que queira o Governo da Região pagar – e de que maneira! – um modelo que seja mais eficaz. E obviamente que quando ele for eficaz, vai deixar de ser tão sustentável.

Depois percebermos até que ponto é que o Governo, representando o povo açoriano, é certo, terá a ambição de alocar mais dinheiro aos transportes marítimos, tirando esse dinheiro eventualmente doutros setores muito necessários à qualidade de vida dos Açores, desde logo, a saúde e a educação – já falei nisso várias vezes aqui e é preciso falar nesse assunto.

Em resumo, vou votar favoravelmente este diploma do CDS, até porque não sendo muito a minha prática, desta vez vou dizer como o outro: “também não é por aí”. Que se faça mais um estudo. Sendo que a convicção que tenho e acredito, uma vez que este modelo de transportes na Região já é efetuado por privados, que não haja grande espaço para modelos excepcionais ou “do outro mundo”.

Ficamos a aguardar pelo estudo e por aquilo que serão as decisões do Governo relativamente a essa situação. Se serão decisões assertivas ou não. O tempo revelará qual será a melhor solução, mas estou em crer que, de uma forma equilibrada, não vai haver milagres a nível do transporte marítimo nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta minha segunda intervenção, gostaria de relembrar a câmara que a iniciativa do CDS é de 24 de março de 2021. Ou seja, após a entrada desta iniciativa, foi aprovado o Plano e Orçamento do Governo.

Daí, suponho, já a inscrição desta verba, porque também estava no Programa do Governo alguma avaliação do modelo de transportes.

De qualquer das formas, suponho que seja daí que vem essa inscrição.

Deputado Nuno Barata (IL): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Ainda não cheguei à sua intervenção, Sr. Deputado Nuno Barata.

É só para lembrar à câmara que tendo sido entregue a 24 de março, de lá para cá, revendo-se os partidos da Coligação que até disseram desde o dia em que esta iniciativa foi apresentada, que achavam ser oportuno e que efetivamente se ia fazer, até porque anteriormente sempre a votaram favoravelmente, é normal que este estudo – por assim dizer – possa ter começado a ser desenhado ou, pelo menos, possam ter sido definidas as suas linhas mestras.

De qualquer das formas, este estudo acaba por ter início, na perspetiva do CDS, e também já foi referido pelo Sr. Secretário, com as próprias audições na Comissão de Economia, porque foram ouvidas as entidades que são os operadores da cabotagem insular e inter-ilhas, bem como os operadores de tráfego local que, no fundo, são os operadores que têm um conhecimento e dão um contributo inestimável para esta iniciativa. Aliás, isso foi algo já referido na Comissão de Economia pelas entidades que foram ouvidas, que pretendiam que aquilo já fizesse parte do estudo, ou seja, que as preocupações por eles elencadas nas audições pudessem ser tidas em conta.

Relativamente às declarações do Deputado Nuno Barata, não é nada disso que o CDS propõe. Não propomos passar dum modelo que é quase liberalizado, porque efetivamente há algumas regras bem específicas para este tráfego, isto é, não é absolutamente liberalizado, e bem, em benefício dos açorianos, o qual (modelo) permite que haja essa solidariedade inter-ilhas que referiu e que reflete-se, no fundo, no preço nas prateleiras do supermercado e do cabaz de compras de todos os açorianos, isso é uma evidência. E o CDS não pretende que se passe dum modelo (quase) liberalizado, para um modelo subsidiado. Não é isso que está na nossa iniciativa e não é esse o intuito do CDS.

Relativamente à intervenção do Bloco de Esquerda, fico contente por saber que o Bloco se diz “irmanado” do CDS nesta iniciativa e tenta arranjar alguma discordância. Mas eu relembro o Sr. Deputado António Lima que na apresentação inicial o CDS assumiu que aquilo que eram as virtudes reconhecidas do atual modelo, não seria para desvirtuar. Ou seja, não há aqui lugar a reticências - pode muito bem sentir-se irmanado com o CDS que não há qualquer problema neste particular. E por isso, consideramos que essas reticências não se aplicam.

No decurso das audições da Comissão de Economia, ficou bem claro que nós temos constrangimentos até ao nível do potencial de investimento dos operadores de tráfego local, porque por um lado, há sempre o fantasma da *mão* do Governo Regional poder arranjar um tráfego inter-ilhas, isto é, um transporte misto de mercadorias e passageiros (inter-ilhas) que possa de certo modo coartar a viabilidade económica dos operadores privados de tráfego local que não sentem viabilidade para fazer investimentos, quando depois podem estar sujeitos à competição direta do Governo Regional, cujos fundos são muito diferentes dos fundos da iniciativa privada. E o que ficou bem claro nessas audições foi que se houver alterações legislativas de algumas leis que já vêm de 1950 e 1970, de âmbito nacional, que definem o tráfego local que, por sua vez, impedem que haja um tráfego de empresas locais a operar entre o Grupo Central e o Grupo Oriental, por exemplo, o que nós pretendemos é que esse estudo também se debruce sobre esta variável legislativa. E que se possa verificar se pode ser criada uma janela de oportunidade para os investidores e operadores privados ou não. Porque se houver essa possibilidade, depois cabe-nos a nós – e é isso que o CDS pretende – Parlamento, poder sugerir, por iniciativa própria, alterações legislativas no âmbito da República, para que possa haver outro tipo de oportunidades para os operadores locais.

Não defendemos um modelo subsidiado, não é isso que está aqui em causa. O que pretendemos é que efetivamente se faça um estudo – e isto é que poderá levantar alguns “fantasmas” ao Partido Socialista – que não tenha o resultado “encomendado” à partida. Não é isso que o CDS pretende nem é isso que nós pretendemos que este Governo faça. Aliás, nunca o pretendemos no passado, sempre fomos contra certos estudos “encomendados” com resultados para favorecer uma ideia pré-concebida e é isso que não queremos que aconteça.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Daí fazemos este apelo ao Governo. De resto, a nossa iniciativa é uma recomendação ao executivo e julgamos que deverá ser um compromisso a assumir, a bem da transparência para que, quando organizado o caderno de encargos para a realização desse estudo, o mesmo também possa ser alvo de consulta e que seja do conhecimento dos Deputados, para que não haja dúvidas sobre o que vai guiar o mesmo. Até porque ele não é um decreto legislativo regional, não é uma alteração a uma lei que até é da República. É, sim, uma ferramenta que permitirá a todos nós, a este Parlamento, podermos ter iniciativas próprias dirigidas à República, com o intuito de haver um benefício para todos os açorianos. E que isso se reflita efetivamente na economia, na carteira dos açorianos e dos empresários dos Açores.

É isso que nos move.

É isso que reiteramos e vamos continuar a defender.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM associa-se a esta iniciativa e eu em particular, sendo florentino, entendo perfeitamente o que é esperar 15 dias ou mais por carga.

Sei perfeitamente o que é ser um comerciante e não ter possibilidade de, em pouco tempo, conseguir receber a sua carga e fazer o seu negócio.

Portanto, este “dia de S. Vapor” é muito importante principalmente para as ilhas mais pequenas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Este assunto que agora está em debate já tem mais *barbas* do que eu tenho. Já foi muito debatido, mas vale a pena voltar a referir que o transporte marítimo de mercadorias é fundamental para existirem trocas comerciais dentro da Região. Ou seja, em vez de nos tornarmos importadores duma grande fatia de produtos, passarmos a ser importadores e exportadores dentro da nossa Região e das nossas ilhas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Para isso, é preciso estudar o tal modelo que funciona ainda, mas que já não está adequado. Precisamos que ele seja a solução para que as ilhas menos populosas tenham hipótese de criar negócios, para as pessoas se estabilizarem nelas através desse empurrão que é termos um bom transporte marítimo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PPM traz aqui uma pequena imagem dum navio misto (o Deputado Gustavo Alves mostra uma fotografia à câmara) de carga e passageiros.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é doutro mundo!

O Orador: Por acaso este navio é do outro lado do mundo. É da Polinésia Francesa.

Deputado Francisco César (PS): (PS): O estudo está feito!

O Orador: Diz V. Exa. que o estudo está feito.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que disseram!

O Orador: Nem vou ouvir o Sr. Deputado que tem pouca credibilidade neste assunto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Protestos impercetíveis dos Deputados Francisco César e Carlos Silva)

O Orador: O que é que estes navios fazem?

Estes navios mistos que transportam pessoas e carga são utilizados em várias regiões do mundo, como por exemplo no Québec, Polinésia Francesa, Ilha de Sta. Helena, tudo sítios inóspitos e que ficam a vários dias de distância e muitas milhas de distância. E eles utilizam este tipo de navio para potenciar o turismo, pois ao transportar passageiros, podem passar na costa das ilhas – os Açores são muito bonitos e através do mar, quem por lá passou, nota que é uma região ímpar no contexto planetário.

Ainda bem que aqui estou em representação da ilha das Flores (duma parte), que sabe que eu defendo o transporte marítimo. Por isso, resta-me deixar duas considerações: a primeira, tal como já tinha dito, é que devemos aproveitar e estudar os navios mistos que podem ser feitos à medida; é tudo uma questão de estudar (se ainda não apareceu nenhum estudo, é sinal de que a coisa ainda não está estudada); e a segunda é no sentido de reduzir os tempos entre a carga recebida no continente e a carga recebida, por exemplo, na ilha das Flores. Se

um navio sai de Lisboa numa 6ª. feira e chega na 2ª feira seguinte a S. Miguel – a cabotagem insular é feita de semana a semana – se nesse dia alguém meter carga em Lisboa, na ilha das Flores só vão receber essa mesma carga daí a 19 ou 20 dias.

Esta é uma das razões pelas quais não há investimento na ilha das Flores, porque é muito difícil investir sem ter produtos para vender, sem ter coisas para o cliente poder comprar.

Portanto, esta iniciativa é muito importante para os Açores e, principalmente, para as ilhas mais pequenas.

Resta-me acrescentar que espero que seja um estudo mais profícuo e com melhores resultados.

Se é um navio do outro lado do mundo, é de facto; se é possível utilizar aqui?

Eu acho que é.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda não foi há muito tempo que falávamos da importância do transporte marítimo de mercadorias. E é crucial, porque nós somos 9 ilhas, do Corvo a Sta. Maria. Não somos 9 ilhas da Terceira a S. Miguel, nem do Faial ao Pico, nem de S. Jorge à Graciosa, nem nada que se pareça. Somos 9 ilhas.

Ouvi aqui o contributo de alguns Deputados que vivem nas ilhas mais pequenas, com as dificuldades que têm – e já não é de agora que ouço falar nestas dificuldades – há que fazer esse estudo, até por uma razão muito simples; se temos que fazer o estudo, é porque o problema existe e nunca foi resolvido. Ora, se nunca foi resolvido, então que haja uma solução que seja equilibrada, que não custe aos açorianos esta incompetência de muitas dezenas de anos, mas que seja algo que funcione com maior celeridade.

Nós em pleno século XXI, quando fazemos uma encomenda queremos recebê-la rapidamente e temos a situação presente, não funciona, não fica bem e não é bonito. Temos um Governo e uma Assembleia nova, temos uma pluralidade de partidos, então vamos agarrar a oportunidade de estudar e fazer algo que seja efetivamente útil, porém não a qualquer custo; que seja útil, no sentido de minimizar os danos, nomeadamente os danos na algibeira do contribuinte, nunca esquecendo que somos um arquipélago de 9 ilhas, do Corvo a Sta. Maria. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não vai dar os parabéns ao Sr. Deputado João Bruto da Costa?

(*) Deputado José Ávila (PS): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me, Sr. Presidente, que faça exatamente aquilo que o Sr. Deputado Bruno Belo estava a sugerir e que dê os parabéns ao Sr. Deputado João Bruto da Costa por ter sido eleito Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, bem como aos que o acompanham na Direção. Os meus parabéns e votos de um bom trabalho.

Relativamente a esta questão que tem a ver com um estudo dum modelo alternativo de transporte marítimo de mercadorias nos Açores, já muito foi dito,

hoje e nos últimos anos. Já se ouviram muitos especialistas e muitas opiniões. Já pedimos muitos pareceres, fundamentais para os Grupos e Representações Parlamentares emitirem as suas posições.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo a noção que este serviço é imprescindível para se viver em ilhas, tem feito uma apreciação cautelosa e até preventiva, pois não se pode mudar só porque sim.

Temos a obrigação de zelar pelo interesse dos açorianos e não ter a tentação de seguir ou responder a interesses corporativos.

É também claro que ambicionamos diminuir os custos e tempos de entrega nos mercados ou reforçar as frequências, mas temos o dever de aferir da sua viabilidade e quem deve assumir os sobrecustos.

O atual modelo tem vindo a adaptar-se, porque tem essa flexibilidade. Passou a integrar mais um porto no continente português, diminuiu primeiro e aumentou depois o número de navios acompanhando a procura, suprime as dificuldades em caso de avaria ou ida ao estaleiro de um dos navios e permite acordos operacionais para otimizar as operações.

Mas os méritos deste modelo – e não me cansarei de repetir - que consideramos importantes e dos quais não abrimos mão, é o garante do mesmo preço para todas as ilhas; a sua fiabilidade e regularidade; discriminar positivamente as exportações e a garantia da entrega dos contentores sem a sua desconsolidação, em nenhuma das ilhas, antes do destino final.

A pergunta que faço ao proponente, neste caso ao Deputado Rui Martins, é se o CDS está disponível para não deixar cair estes pressupostos que, no fundo, são o garante da coesão regional?

Tinha também uma pergunta para o Sr. Secretário Regional, mas o meu colega Miguel Costa já a fez. Por isso, passo a uma outra questão que gostaria de colocar ao CDS, para saber se faz sentido votarmos e aprovarmos esta proposta,

quando ficamos a saber pelo Sr. Secretário Regional que o estudo já estava em desenvolvimento?

Interessa saber, também, quais são as principais queixas relativamente ao atual modelo, que suscitaram esta posição de se querer encontrar um novo modelo?

Primeiro os preços. O preço do TEU Lisboa/Açores anda à volta de 0,69 €/km, enquanto para a Madeira esse preço é de 0,82 €, o que quer dizer que para a Madeira é mais caro cerca de 18%.

Os preços praticados são preços de mercado e, como se sabe, o frete não é o único responsável pela fatura.

As taxas portuárias, que representam uma parte ínfima da faturação, já não eram atualizadas há muitos anos. E quando foram (muito recentemente), nem chegou a 0,1%, daí não haver grande margem para reduzir os custos.

Havia a possibilidade de investir em novos navios, mais eficientes, mas a atual margem de negócios (8,5%), não permite esse desiderato. Optar também por navios sem gruas, mais baratos, iria implicar fortes investimentos nos portos para poucas utilizações, o que seria um contributo para a deterioração desses equipamentos dispendiosos.

Utilizar 2 *hubs* - Ponta Delgada e Praia da Vitória - e a partir daí distribuir a carga pelas restantes ilhas, sairia (segundo o especialista Lizuarte Machado) 120% mais caro que o atual modelo, o que poderia implicar a baldeação – não era nada de especial e acontece por vezes atualmente - ou a desconsolidação dos contentores, coisa que as pessoas não querem.

Resta-nos a otimização da operação. E eu pergunto: não é isso que as três empresas fazem neste momento no mercado dos Açores?

Outra das queixas tem a ver com a regularidade.

Como é conhecido, uma Câmara do Comércio apresentou uma queixa relativamente a atrasos verificados num determinado porto,

feitas as averiguações, constatou-se que os atrasos desse trimestre tiveram a ver com greves, mau tempo, atraso na operação num dos portos e falta de disponibilidade (para operar) noutro, estes dois últimos com repercussões nos portos seguintes.

A pergunta que deixo é se há algum modelo que resista a estas situações?

Deputado Nuno Barata (IL): Há, os combustíveis de Ponta Delgada!

O Orador: Lembro que cerca de 90% das irregularidades tem a ver com condições atmosféricas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista continua a achar que o atual modelo constante no regime jurídico aplicável à cabotagem marítima (DL n.º 7/2006) é o que melhor serve os Açores.

Parece-me que neste assunto não estaremos sozinhos.

Já percebi que a Iniciativa Liberal pensa como nós e não cometerei nenhuma inconfidência, se disser que o PPM também acha que este modelo é o que melhor serve. O PSD, em 2016, apesar de ser a favor de se fazer o estudo, achava o atual modelo virtuoso.

Pode-se, por conseguinte, concluir que o nosso objetivo e, creio, será o objetivo de todos os que aqui estão, é fazer um caminho equilibrado que nunca ponha em causa o abastecimento das ilhas nem a coesão regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, e como é dever, agradecer as palavras de felicitação por parte do Sr. Deputado José Ávila que sei são sinceras, assim como é este meu agradecimento. E também quero redimir-me por ontem, apesar de já o ter feito

pessoalmente, não ter feito o mesmo agradecimento às palavras de felicitação do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, pela eleição da nova Direção do Grupo Parlamentar do PSD e fazê-lo também agora neste plenário.

Queria só fazer uma intervenção muito breve, para dizer que tal como já foi suficientemente dito através da intervenção do Sr. Deputado António Vasco Viveiros, e como tem sido bastante salientado, nós precisamos de facto de estudar o modelo de transporte marítimo na Região. E precisamos de o fazer de uma forma que fique clarificado qual será o modelo que melhor serve os interesses de todas as ilhas e, sobretudo, os interesses da economia dos Açores.

Nós queremos que haja clareza em todo este processo, porque não podemos continuar a perder tempo em dúvidas sobre o que será o melhor modelo para os Açores. E é nesse sentido, também, que reforço esta ideia que, pelas intervenções que me antecederam da parte do Partido Socialista, ficou claro que este Projeto tem condições para ser aprovado. Não obstante o Governo ter dito que já está a desenvolver algumas medidas, achamos que é importante envolver o Parlamento, os representantes dos açorianos e de todas as ilhas dos Açores neste processo, para que haja uma maior força em consolidar um modelo que venha a ser a opção de futuro e, com isso, também beneficiar os Açores e os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para reportar-me às intervenções que me antecederam, bem como responder a algumas perguntas que nos foram dirigidas especificamente.

Começo por referir, tal como já foi dito na intervenção do Deputado Gustavo Alves, que efetivamente o CDS também considera que o tal “dia de S. Vapor” nas ilhas mais pequenas é, sem dúvida, de extrema importância.

Na realidade, esta iniciativa do CDS prende-se exatamente com as ilhas mais pequenas, isto é, aquelas que não têm a mesma regularidade nos transportes e que muitas vezes, por ineficiências do próprio sistema e das ligações que já estão definidas, havendo um atraso numa das “pernas” já não consegue apanhar a carga, o que se traduz muitas vezes em perdas de mercadoria, mas sobretudo, em atrasos, ficando as mesmas prejudicadas. Foi por isso também que o CDS apresentou esta iniciativa.

Nunca é demais referir a questão do tráfego local e do eventual tráfego regional, pois é aí que pode haver diferenças substanciais e é essa informação que pretendemos que o estudo produza; e não que produza um resultado que nós achamos poder ser positivo. Ou seja, havendo investimentos e outro tipo de embarcações que façam o tráfego regional, concertando os horários das duas operações, se isso se poderá traduzir numa maior eficácia e eficiência do sistema? É isso que o CDS pretende seja estudado. E é isso que está na origem da nossa iniciativa.

Em relação às questões colocadas pelo Deputado José Ávila, as quais desde já agradeço, é óbvio que nós subscrevemos as virtudes. De resto, foi o que afirmámos na nossa declaração inicial, isto é, que subscrevemos as virtudes do atual modelo. Aquilo que é a garantia do preço de carga igual para todas as ilhas – que já tinha sido referido pelo Sr. Secretário; a fiabilidade e regularidade de toques nos diversos portos da Região; a discriminação (positiva) no transporte para o continente; e a garantia de entrega sem desconsolidar, é evidente que somos favoráveis a ela, porque a carga paletizada seria um

retrocesso de anos no transporte de mercadorias na Região. Mas, como o Sr. Deputado sabe muito bem, há uma diferença muito grande entre **desconsolidação** e **baldeação**; não vejo nenhum problema em baldear, aliás isso já acontece em parte, por isso não é por aí, como bem perceberá.

Quanto à preocupação que levantou relativamente aos *hubs* e ao custo, como disse e bem, fazendo fé num certo realismo do estudo do Comandante Lizuarte Machado, cai por terra aquilo que era o pressuposto desse estudo. Ou seja, dizer que se a criação dum *hub* aumenta o custo, não faz sentido então estar a pedir um estudo, porque ele é para que se diminua o custo. Portanto, se essa solução se verificasse, e sendo verdade que a criação dum *hub* aumentaria o custo, é evidente que nós jamais poderíamos subscrever uma solução dessas. Na verdade, das duas uma, ou iria transformar-se num custo acrescido para os empresários e para o consumidor, ou então, estaríamos a falar duma subsidiação do sistema que é algo que nós, à cabeça, pomos de parte, porque se temos um sistema que não é subsidiado e que funciona, independentemente de todas as eventuais fragilidades que lhe são apontadas, naturalmente que o que pretendemos é que se possa melhorar o sistema.

Acreditamos que há janelas de oportunidade, sobretudo se, do ponto de vista legislativo, vier a verificar-se alterações que permitam um investimento com outra perspetiva de futuro para os *players* locais, as quais possam proporcionar uma maior frequência para as ilhas mais pequenas e um contributo para a existência dum mercado interno que é isso que nós pretendemos, inclusivamente para a ilha de Sta. Maria. É preciso que as embarcações que vão para aquela ilha tenham...

Deputado João Vasco Costa (PS): O estudo não tem nada a ver!

O Orador: Sr. Deputado vai ter que se inscrever, senão vamos entrar em diálogo e não vale a pena.

Como estava a dizer, para a ilha de Sta. Maria, era importante que houvesse carga refrigerada. E bem sabemos que com as embarcações que existem atualmente não há essa possibilidade. E isso é algo que nós também queremos ver aferido neste estudo.

É exatamente este o espírito que nos move.

Volto a reiterar aquele que é o desejo do CDS, ou seja, que se estude sem amarras e sem ideias pré-concebidas e que não se parta para o estudo com um propósito de que o mesmo confirme um resultado que nós queremos.

Subscrevemos também o que foi dito pelo Deputado João Bruto da Costa, de que a votação deste diploma reflete, quando o Governo diz que já começou a desenvolver alguns esforços e a tentar pôr em marcha a realização do estudo, o envolvimento e a centralidade que queremos do Parlamento.

Queremos vincular o Parlamento a este estudo para, depois, os resultados também poderem ser apresentados a esta Casa e nós, sim, como agentes políticos e como representantes legítimos dos açorianos, possamos tomar as devidas ilações e tomar as iniciativas que acharmos justas e necessárias para otimizar este modelo.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação deste diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam com este **Projeto de Resolução n.º 51/XII** – “Modelo alternativo de Transporte Marítimo de Mercadorias nos Açores”.

Secretário: O **Projeto de Resolução n.º 51/XII** foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está, assim, encerrado este ponto da nossa agenda.

Avançamos para o ponto 10 que se refere ao Projeto de **Resolução n.º 72/XII** – “Apoio à Mobilidade Geográfica Laboral”. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo entrado uma substituição integral, pelo que peço-vos que tenham isso em conta, quer no debate quer na votação.

Para a apresentação desta iniciativa, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

o potencial crescimento pós pandémico e os desafios que se colocam ao nível da promoção da empregabilidade e do ajuste do desequilíbrio demográfico de ativos tem de merecer uma atenção redobrada do Governo.

Embora o anterior Governo tenha ensaiado uma tentativa, verificaram-se algumas falhas na execução da Medida

Considerando que se verificaram algumas falhas na execução da medida MOVEMPREGO, lançada em 2019, sobretudo, ao nível da sua divulgação, do período temporal escolhido para a sua execução e a pouca atratividade dos apoios.

Neste momento, é necessário estimular uma política pública neste âmbito, articulada e transversal, visando entre outros objetivos, contribuir para a mobilidade interna de recursos humanos, coesão territorial e para o aumento da competitividade das empresas em todas as ilhas.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A demografia nos Açores é um problema preocupante, diria mesmo, é uma prioridade para todos nós. É – repito – uma prioridade para todos nós. Se há

matéria em que as diferenças políticas não nos devem dividir é, sem dúvida, a demografia dos Açores. Pelo contrário, deve unir-nos, deve complementar-nos, deve fazer-nos caminhar numa única direção. Contrariar a tendência do despovoamento das nossas ilhas.

É importante fomentar a mobilidade geográfica dos recursos humanos entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, sendo que esta ação política deve particularizar os territórios dos Açores onde a demografia evidencia maiores fragilidades, visando a dinamização do mercado laboral e a redistribuição geográfica e profissional da mão-de-obra.

A Região deve corporizar opções de política social pública que se balizam, em larga medida, pelas prioridades estratégicas definidas de acordo com que está contemplado no Programa do Governo desta Legislatura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Não posso deixar de dizer que o fomento à mobilidade laboral tem de ser feito de forma voluntária e sempre no respeito por toda a legislação do trabalho. Estamos a falar de pessoas. Estamos a falar de famílias. E os seus direitos têm de ser sempre garantidos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego a quem dou a palavra.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do XIII Governo Regional, um primeiro comentário a este Projeto de Resolução do PSD apresentado pelo Sr. Deputado Bruno Belo, que vem colocar um conjunto de questões muito prementes, por um lado e, por outro lado, merece uma reflexão estrutural.

Portanto, as minhas primeiras palavras são para congratular o Deputado Bruno Belo e o Grupo Parlamentar do PSD, por nos trazer esta reflexão a este plenário, tal como tivemos também oportunidade de o fazer no âmbito da Comissão de Economia do Parlamento Regional.

Uma primeira nota para dizer que de facto há que reconhecer que o XII Governo teve alguma iniciativa neste sentido e desenvolveu, como foi referido pelo Sr. Deputado do PSD, um esforço chamado MOVEMPREGO que pretendia, de alguma forma, dar resposta a algumas destas preocupações da mobilidade laboral regional. E, com isso, revelou o XII Governo uma intenção positiva e uma preocupação também coincidente com aquela que o XIII Governo tem e que se vê aqui plasmada neste Projeto de Resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sucedem que nós temos de aproveitar aquilo que foi feito, refletir sobre o que resultou melhor e o que resultou menos bem, aproveitar – como eu já disse em várias outras circunstâncias – aquilo que foi bem feito e melhorar o que não foi tão bem feito anteriormente.

O MOVEMPREGO teve algumas circunstâncias que prejudicaram substancialmente a sua operacionalização. Foi lançado a 19 de novembro de 2019, sendo que produziria efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2020. Aliás, é

uma medida que ainda está em vigor. Isto é, apareceu em vigor num momento agudo da pandemia da Covid-19.

Este MOVEMPREGO tinha como objetivo fomentar a mobilidade geográfica, entre recursos humanos das ilhas da Região Autónoma dos Açores, visando a dinamização do mercado laboral e a redistribuição geográfica e profissional da mão-de-obra, através dum apoio financeiro que promovia a fixação dos trabalhadores e respetivo agregado familiar nas diferentes ilhas da Região.

Da experiência que fica deste MOVEMPREGO, há algumas conclusões que já podemos tirar.

Sendo uma ideia interessante e positiva, a altura em que foi lançado teve a contingência de estarmos perante a crise pandémica, por um lado, que também não permitia a própria mobilidade e, por outro lado, pela análise que fizemos, julgamos que os apoios seriam pouco aliciantes; neste caso temos que aprofundar como é que poderemos fazer; não existia um plano de articulação para a inserção social das famílias, algo que reputamos de muito relevante e que temos que pensar no futuro, para a melhor inserção social das famílias; a fraca divulgação da medida, que também se compreende face ao período pandémico que vivemos e ainda algumas outras matérias sobre as quais, pensamos, será importante refletir para que, no futuro, possamos melhorar e tornar mais efetiva esta iniciativa de mobilidade laboral, constante do Projeto de Resolução do PSD e que, de alguma forma, o XII Governo também tentou levantar e que, aliás, previa já as ilhas de origem e destino, tendo em conta as realidades sociodemográficas de cada uma delas.

Há algo que penso ser crucial para o futuro. E devo dizer ao Sr. Deputado Bruno Belo e à câmara que o XIII Governo, no conjunto de reformas que está a preparar nas áreas das políticas de formação e de emprego, e aqui abro um parêntesis para dizer que este conjunto de reformas foi anunciado na altura devida, quer seja quando discutimos o Programa do Governo, quer seja quando

discutimos o Plano e Orçamento para 2021, sendo que foi dito, em qualquer um destes momentos, que nos primeiros 6 meses de 2021, teríamos todas as atenções viradas para a contenção e mitigação dos resultados sociais e económicos da pandemia, de modo a que pudéssemos manter o nível de empregabilidade e as empresas em condições de estarem preparadas para a retoma que se esperava. Também dissemos que no 2º semestre, se a retoma assim se verificasse - e como correu bem o conjunto de iniciativas como a vacinação e a economia começou a desenvolver-se nos Açores a vários níveis, desde logo, no turismo, coisa que ainda hoje se sente – começámos então aquela nova geração de programas de formação e de emprego de que falámos.

São exemplos disso o FORM.AÇORES, o PROSA.QUALIFICA ou o CONTRATAR. E a este nível, gostaria de dar um anota, porque me comprometi aqui com o Bloco de Esquerda, desde logo, a ir fazendo referências sobre aquilo que é o CONTRATAR ESTÁVEL e o CONTRATAR MAIS, porque aqui a nossa preocupação é coincidente, não só com o BE, mas penso que com toda a generalidade desta Casa e que é tentar promover e proporcionar aos trabalhadores o mínimo de precariedade possível. Neste sentido, posso dizer que à data de hoje, temos mais de 1000 contratos feitos no âmbito do CONTRATAR, sendo que dois terços são CONTRATAR ESTÁVEL e um terço são do CONTRATAR MAIS.

Portanto, aos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda fica aqui o comprometimento que vos fiz de ir dando nota sucessiva da evolução. E ela tem-se mantido constante nos contratos, há cada vez mais empresas a aproveitarem o CONTRATAR, mas com o CONTRATAR ESTÁVEL a manter-se ao nível dos dois terços e o CONTRATAR MAIS ao nível dum terço. O que significa, para nós, que não havendo grandes variações não haverá, para já, motivo para fazer alterações no sentido de muscular mais o CONTRATAR ESTÁVEL em relação ao CONTRATAR MAIS.

Além desta informação, fica de novo aqui a garantia, por parte do Governo, de que vamos continuar a dar informação da evolução, bem como o compromisso de que se for necessários, se começar a desequilibrar e a haver mais CONTRATAR MAIS em detrimento do CONTRATAR ESTÁVEL, isto é, os contratos a termo serem em percentagem maior e os contratos sem termo em percentagem menor, estaremos disponíveis para alterar o modelo e garantir apoios ainda mais musculados que possam combater a precariedade.

Continuando, eu dizia que em relação a estas reformas, que vamos aprofundar e ter oportunidade de discutir aquando do Plano e Orçamento para 2022, vamos acentuar (as reformas). E essas reformas visam, cada vez mais, dar possibilidades de qualificação e formação aos jovens e aos ativos empregados e desempregados; vamos aproveitar ao máximo as verbas do PRR; e vamos fazer um esforço muito grande para diminuir a precariedade, começando, desde logo, pela Administração Pública Regional. Já houve algumas medidas na área da educação, mas temos que continuar a aprofundá-las. Nós temos mais de 1000 pessoas que estão na Administração em programas ocupacionais. E temos que pensar como vamos resolver isto a prazo, não é este ano nem no próximo, mas temos de fazer alguma coisa. Por isso, fica aqui também o compromisso de que, nesse aspeto, vamos fazer um esforço grande, porque necessidades permanentes e efetivas não podem ser sucessivamente supridas (na Administração Pública Regional) por programas ocupacionais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Vamos acentuar esta reforma e, cada vez mais, vamos fazer um esforço para que as pessoas inscritas nos centros de emprego, que estejam no ESTAGIAR ou em programas ocupacionais, possam ter condições - pela

formação que hão de ter e pelos incentivos que estamos cada vez mais a dar – para entrar no mercado normal de trabalho e possam ter, eles próprios, uma vida com mais segurança, melhor futuro e, se possível, tal como tentámos no contratar, possam existir melhores salários.

Lembro que, pelos dados que temos, o CONTRATAR pelo facto apoiar não em função do salário mínimo regional, mas em função do salário contratado, permite que até agora um crescimento médio nos salários contratados de cerca de 10% relativamente ao que se passava nos anteriores sistemas de incentivo à contratação.

Em relação concretamente à mobilidade laboral regional, como um conjunto de outros programas que vamos lançar e ter oportunidade de discutir no âmbito do Plano e Orçamento para 2022, gostaria de sublinhar também que a nossa preocupação, coincidentemente com o que está na proposta do Grupo Parlamentar do PSD – e penso que nos irmana a todos – que esta mobilidade possa significar uma boa inserção das pessoas que queiram ir duma ilha para outra.

Na verdade, o MOVEMPREGO só apoiou cinco candidaturas; pelas razões que eu já expliquei, não entendam isto como uma crítica, mas só apoiou 5 pessoas.

Portanto, temos que aprender com aquilo que foi bem feito e com as boas iniciativas, mas temos que eventualmente melhorar e aproveitar também uma outra fase da economia que temos pela frente.

Temos um conjunto de empresários a queixarem-se da falta de mão de obra e temos que dar condições para que a economia possa ter essa mão de obra, o mais qualificada possível e com mais competências para a empregabilidade e para a produtividade das empresas. Naturalmente a mobilidade laboral também pode entrar aqui. Porém, para que ela exista, as pessoas têm de ter o seu emprego e a sua família consigo, tem que estar inseridas no local para onde vão

trabalhar, têm que ter contratos sem serem precários; tem que haver a capacidade para as autarquias locais e as associações de empregadores das ilhas recetoras poderem apoiar; que os serviços de ação social possam também apoiar esta integração.

Só com uma perspetiva global, de alguma forma coordenada, é que este programa poderá ter sucesso. Mas, por ser complexo, não vamos desistir. Poderá ajudar muitas famílias. Poderá ajudar zonas economicamente mais constrangidas. Poderá ajudar zonas socialmente mais constrangidas. Só que teremos que ter todos estes cuidados, para que possamos ter sucesso nesta mobilidade laboral regional que nós pretendemos levar avante.

Deixem-me, por fim, dar-vos umas notas relativamente ao universo que poderemos ter aqui em causa.

Eu não vou tirar hoje conclusões aqui, mas é importante que se reflita um pouco. Temos desempregados de longa duração – os que com menos de 25 anos estão há mais de 6 meses inscritos nos centros de emprego e os que com a mesma idade, estão inscritos há mais de 12 meses – 2.548 inscritos nos centros de emprego.

À data de hoje, globalmente, temos 6.177 inscritos nos centros de emprego da Região, dos quais 2.548 são considerados desempregados de longa duração. Ora, aqui, nós temos que fazer uma reflexão e, como disse, não vou tirar conclusões, mas temos todos que pensar, e o Governo também está pensando neste aspeto.

Como é que, paradoxalmente, os empresários se queixam de falta (qualificada) e, por outro lado, temos este número de pessoas (2.548) desempregados de longa duração nos centros de emprego?

Temos também que refletir sobre isto. Não quero tirar conclusões, mas temos que pensar, seja no âmbito da mobilidade laboral, seja no âmbito do estímulo à contratação, ou ainda no âmbito da formação, e temos que fazer alguma coisa.

Não podemos perder estas pessoas para aquilo que é o mercado normal de trabalho, porque isto é perder riqueza nos Açores.

Eu não estou a tirar conclusões nem estou a dar opiniões nem a acusar nada nem ninguém. Estou a constatar um facto. E acho que todos devemos ter isto em atenção. Também quando construirmos estes programas e aprofundarmos a reforma dos programas de emprego, tal como em relação aos programas de qualificação profissional.

Há pessoas que tem que ser chamadas para o mercado normal de trabalho. E há pessoas que têm de ser formadas. Mas também, muito importante – e ultimamente tenho terminado as minhas intervenções sobre esta matéria sempre a dizer o mesmo – que da parte dos empresários exista responsabilidade social. Os colaboradores têm que ser bem pagos, têm que ser o mínimo de precariedade possível, tem que ser bem tratados, com dignidade e formado continuamente.

É este o caminho que queremos prosseguir. E é este o caminho em que acreditamos podermos, a prazo, mudar algo na qualificação e empregabilidade nos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A economia e o mercado de trabalho estão em constante mudança. Estamos saindo dum período onde efetivamente houve uma grande disrupção na economia e no mercado de trabalho e, portanto, urge agora começar a estruturar linhas de atuação com vista a melhorar a empregabilidade, as condições de trabalho e a produtividade das nossas empresas.

Hoje, um trabalhador já não se conforma com as ofertas de emprego que existem na sua ilha, à porta de casa. Aliás, os Açores têm um histórico de emigração, justamente em busca de melhores condições de vida e de emprego.

Com a redução da população em cada ilha, é evidenciada, pelos dados mais recentes dos censos, que os empresários das diversas ilhas defrontam-se com a escassez de mão de obra qualificada. Fossem os Açores um território contínuo, o fluxo de trabalhadores entre os vários municípios estaria facilitado, quanto mais não fosse pela proximidade. No entanto, os Açores são 9 ilhas dispersas no oceano Atlântico. A formação académica e profissional é assimétrica entre as várias ilhas, tal como é assimétrica a diversidade de ofertas de emprego.

Estas circunstâncias colocam constrangimentos à economia das diversas ilhas, afetando mais profundamente as ilhas menos populosas. Verificou-se que a Medida MOVEMPREGO criada em 2019, não surtiu o efeito desejado no estímulo à economia e à empregabilidade, pelo que faz sentido visitar esta Medida e os seus consequentes resultados alcançados, instituir novas medidas que se venham a considerar necessárias para fomentar a mobilidade geográfica dos recursos humanos entre as ilhas dos Açores, com particular incidência nas ilhas onde a demografia evidencia maiores fragilidades e, conseqüentemente a economia também, promovendo uma melhor inserção socio profissional e, portanto, potenciando um futuro mais promissor para os açorianos de todas as ilhas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM associa-se a esta iniciativa.

É realmente importante criar as medidas para que a mobilidade (de mão de obra) na RAA se possa realizar, no entanto, sabemos bem que existem fortíssimos constrangimentos para que ela se possa concretizar. Curiosamente, mesmo conhecendo um decréscimo demográfico, algumas destas ilhas aqui já referenciadas pelos que me antecederam, a verdade é que há problemas de mão de obra, mas não só. Há também um outro problema que é anterior e que é o problema da habitação. Ilhas como o Corvo, têm um enormíssimo problema de mão de obra, não há professores, não há pedreiros ou eletricitas, e têm também um problema de habitação. E, portanto, é muito difícil deslocar os recursos humanos, se existe um problema deste tipo. Digo deste tipo e de muitos outros, a nível do sistema e equipamentos de saúde nas diversas ilhas, ao nível das infraestruturas (aos mais diversos níveis). Ou seja, este é um problema para o qual tem que se encontrar um conjunto de soluções. A mobilidade que aqui se fala tem que ser criada e incentivada, tal como o proponente solicitou, mas tem que ser encontrado um conjunto de condições que permita que ela (mobilidade) se possa realizar.

Só para vos dar um exemplo, não será possível incentivar a mobilidade de mão de obra nalgumas ilhas, se as pessoas não têm onde ficar. E quando ficam é a preços muito altos, em particular na habitação, que é um problema na mobilidade em muitas das nossas cidades e vilas. Portanto, há aqui este enorme constrangimento.

Por isso, é algo que deve ser analisado por parte do Governo, devem ser encontradas soluções, as quais têm que ser devidamente articuladas, pensadas, bem estruturadas e preparadas respostas efetivas e com eficácia.

Por tudo isto, eu penso que esta é uma reflexão que tem que ser feita e operacionalizada. Considero que é um assunto da maior importância e saúdo o Grupo Parlamentar do PSD por trazer a este plenário esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por agradecer as informações que o Sr. Secretário Regional Duarte Freitas teve a amabilidade de dar, nomeadamente em relação aos números do Programa CONTRATAR. Trata-se, efetivamente, dum sinal positivo a divisão que existe entre contratos sem termo e com termo apoiados. No entanto, continuamos a dizer - esta é a nossa posição que é discordante - que os incentivos públicos à contratação devem dirigir-se, única e exclusivamente, à contratação sem termo, não deixando de reconhecer que há uma divisão que está a ser favorável nesse sentido.

Sobre o que nos traz a debate, o Projeto de resolução do PSD relativamente à mobilidade laboral, começo por dizer que a proposta enferma dum problema de fundo, que é o facto de ser excessivamente vaga. Já sei que o PSD poderá dizer que há muitas propostas - projetos de resolução em concreto - que são vagos e

têm o mesmo problema. Mas a verdade é que há propostas e propostas. E o facto de ser o assunto que estamos aqui a tratar ser tão vago, permite, ou pelo menos abre a possibilidade, de se decidirem coisas que vão em vários sentidos, e até em sentidos opostos, daquilo que nós defendemos. E há aqui alguns riscos que nós não queremos que sejam reais, logo, não concordamos que possam sequer ser postos em cima da mesa como possibilidade. Há uma falta de objetividade que, em nosso entender, é perigosa.

Em primeiro lugar, fala-se em fomentara mobilidade geográfica.

O que eu pergunto é: o que é **fomentar**?

Fomentar pode ser várias coisas, pode ser um incentivo positivo ou negativo.

Há várias formas de fomentar. Este é um dos problemas e talvez o maior deles.

O segundo problema prende-se com o facto deste Projeto de Resolução se destinar apenas a pessoas que estão em situação de desemprego. Ora aí, o incentivo pode muito rapidamente tornar-se num incentivo negativo e num fomento negativo. Ou seja, poderá abrir-se a porta, e isto foi discutido em Comissão com os sindicatos, a que um desempregado, ao recusar uma oferta de emprego noutra ilha, seja por motivos familiares ou de saúde (não é relevante o motivo), poderá eventualmente ser penalizado por essa recusa. Ora, este tipo de medida não é para nós de modo algum aceitável. E o facto do Projeto de Resolução ser tão vago, permite – e não estou a dizer que vai acontecer – uma interpretação deste tipo. Por isso, nós não estamos com nenhuma vontade de dar um cheque em branco numa matéria tão importante e delicada como esta.

Por outro lado, o fomento e os incentivos, podem ser positivos. Mas subsiste a dúvida sobre que incentivos podem ser estes – também não são referidos no Projeto de Resolução. Porque haverá incentivos que possam ser atribuídos ao próprio trabalhador e há incentivos que podem atribuídos ao empregador. E não se percebe qual é a vontade do proponente, neste caso do PSD.

Parece-nos que o maior incentivo que pode existir à mobilidade geográfica, é de facto a oferta de condições de trabalho; a oferta salarial; de formação; de possibilidade e perspetiva de desenvolvimento de carreira, pois sem isso, qualquer incentivo que se crie, ou torna-se permanente ou então será sempre um incentivo que não fixará ninguém. E, portanto, problema irá manter-se, sendo que ou será atenuado ou então cria-se uma nova forma de rotatividade de trabalhadores que são aqueles que estão em mobilidade apoiada em determinadas ilhas. Ora, isso não é uma solução sustentável para a Região de maneira alguma. No entanto, o problema é que nós não sabemos o que é que vai ser criado. Daí todas as nossas reservas, as quais descrevi aqui com toda a lealdade e frontalidade.

Há, de facto, problemas na Região, e não apenas aqui. Recordo, para quem não teve oportunidade de ver, que o Jornal Público publicou uma notícia, na passada 2ª feira, onde é referido que um quarto dos trabalhadores no País é sobre qualificado para o emprego que têm, isto é, têm qualificações a mais para o trabalho que têm. Isso retrata um cenário que também nos Açores certamente acontece, de termos cada vez mais (ainda bem!) pessoas mais qualificadas e um perfil de economia que não cria emprego que permita atrair e fixar essas pessoas. E então esse fenómeno ainda se agrava mais em ilhas com uma economia pequena, pouco especializada, com setores de baixa tecnologia, muito ligadas ao setor primário e ao turismo o que, obviamente, torna muito difícil fixar nessas ilhas quem tem mais qualificações, exatamente porque não há oferta de emprego para elas. E é claro que, legitimamente, essas pessoas (jovens e menos jovens) querem encontrar um trabalho e uma carreira que lhes dê desafios, estabilidade, boas condições de trabalho e bons salários.

Há um problema de fundo que é de natureza económica que não se muda dum momento para o outro, mas deve-nos fazer pensar sobre que política de fundo precisamos de mudar na Região e no País, para que efetivamente mudemos a

nossa economia. É importante alterar as qualificações, é certo, mas se não alterarmos a economia, ficaremos cada vez mais com uma população qualificada, mas a ter empregos de muito baixa qualificação e que até do ponto de vista da satisfação pessoal e profissional das pessoas, não é satisfatório.

Concluindo, há realmente problemas em várias ilhas, provavelmente em todas, de adequação até da formação das pessoas às ofertas de emprego, mas esse é um problema económico, salarial e de condições de trabalho. É pela formação e é também pelas condições salariais que temos que atuar e noutras matérias ligadas às condições de vida, como já foi aqui referido pelo PPM, como é o caso da habitação.

O Bloco de Esquerda, perante as dúvidas que tem, não irá acompanhar este Projeto de Resolução, porque ele é extremamente vago e deixa um conjunto de dúvidas que, a não ser que o PSD alterasse completamente a proposta, que não nos permite aprovar esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que o Sr. Secretário Regional resumiu bastante daquilo que nós estamos aqui a discutir.

Há falta de mão de obra em quase todas as ilhas. Há falta de mão de obra qualificada e não qualificada.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

O Orador: Há também gente demasiado qualificada para as funções que está a desempenhar, também é verdade. E há quem tenha muitas qualificações que não servem para coisíssima nenhuma, também há.

Deputado José Pacheco (CH): E há quem tenha muitas qualificações e não faz nada!

O Orador: E há gente que tem currículos fantásticos e depois...

Deputado José Pacheco (CH): E não sabe fazer nada!

O Orador: ...na verdade, não sabe fazer nada, também há!

Há de tudo um pouco.

Portanto, este Projeto de Resolução trazido aqui pelo PSD – e vou citar o Sr. Deputado Paulo Estêvão – é como o *Melhoral*, não faz bem nem faz mal”. E, então, vamos votar favoravelmente porque, tal como o *Melhoral*, não melhora a garganta, mas também não complica o resto do raciocínio.

Quanto às preocupações do Sr. Deputado António Lima, como é óbvio, tem sempre aquela parte que a gente já sabe... dogmática, neste caso, eu diria que não é bem dogmática, é mais complicado do que isso. É que há sempre uma maldade por trás de tudo e atrás do que está por trás! Há sempre uma conspiração.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Um mero Projeto de Resolução que, como todos nós sabemos, vale o que vale, já tem por trás uma coisinha de maldade!

Uma *conspiraçãozinha* para sempre que uma pessoa estiver no desemprego e lhe ofereçam um emprego numa ilha diferente e ele disser que não pode ir, perde direito ao subsídio de desemprego.

Não, Sr. Deputado!

Posso garantir-lhe que se isso acontecesse nesta Região, o Sr. Deputado tinha o meu voto e eu estaria aqui **ao seu lado** contra isso!

Deputada Alexandra Manes (BE): Não diga isso muita vez!

O Orador: Não é isso que está em causa. E eu espero que não seja isso que está em causa.

Só que o Sr. Deputado diz as coisas de uma maneira que a gente não percebe bem. E assim, lá em casa, fica toda a gente a saber que não vai ser assim! Não é, Srs. Deputados do PSD? Não é isso que os senhores querem dizer ao Governo?!

Pronto, Sr. Deputado António Lima, já viu como é fácil corresponsabilizar o Governo e a maioria quando a gente não quer que eles façam determinada coisa? É assim.

A gente recomenda, pergunta. Eles respondem e fica aqui assumido que não vai ser assim que vai acontecer!

É muito mais fácil assim, Sr. Deputado António Lima.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra porque há uma matéria que, para nós, é muito relevante e decorre do registo utilizado na apresentação da iniciativa por parte do Sr. Deputado Bruno Belo e também pelo registo dado pelo Governo Regional.

Estamos aqui a discutir um Projeto de Resolução, da iniciativa do PSD, com o qual o Partido Socialista concorda com o seu princípio, no que toca ao incentivo da mobilidade laboral inter-ilhas e que do ponto de vista do princípio, não nos choca e nada temos a opor. No entanto, em abono da verdade, é importante que se releve que este diploma, tal como referiu o Sr. Deputado António Lima,

levanta algumas dúvidas em relação à sua aplicação, sendo que a própria parte resolutiva do diploma também assim nos diz. Aliás, não é o Partido Socialista que diz que é vago e que gera dúvidas, mas sim, as entidades que ouvimos na Comissão, bem como todos os pareceres que recebemos das entidades consultadas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: É necessário, deste modo, clarificar matérias, como tentar perceber se trata-se apenas duma medida com carácter financeira, e em que medida, por um lado e, por outro lado, que se irá tentar atenuar o desequilíbrio demográfico nalgumas ilhas da Região. Estes são apenas dois exemplos da clarificação que é necessária fazer, no nosso entender.

Há um dado que para nós é essencial. Ou seja, pensamos que a ser criado esse programa, ele deve ser objeto duma ampla discussão pública que envolva os parceiros sociais e todas as entidades com responsabilidades na matéria, tais como associações comerciais, os sindicatos e as ordens profissionais, entre outras, que possam dar o seu contributo e possam acrescentar e desenvolver esta iniciativa, porque para nós é importante também que o Parlamento tenha uma voz essencial na construção deste diploma, para que possamos saber, em concreto, o que é suposto acontecer e fazer nesta mesma iniciativa.

É absolutamente decisivo que o Governo Regional venha a esta Casa explicar o que é que está em causa. E o Partido Socialista vai chamar o Governo à Comissão para que esclareça e nós percebamos o que está em causa.

Há outro dado que, permitam-me, quero trazer a esta Casa.

No âmbito deste Projeto de Resolução, é fundamental termos em conta o contexto em que ele é feito. Também aquele que era o contexto que existia quando foi criado o Programa MOVEMPREGO que, em bom rigor, tal como o Sr. Secretário Regional mencionou, o efeito (a partir de 1 de janeiro de 2020)

trouxe constrangimentos que foram visíveis na sua aplicabilidade, mas o contexto que existe agora é absolutamente decisivo.

Por outro lado, também gostaríamos de saber quais são os instrumentos públicos que existem e que condicionam, ou não, a mobilidade laboral inter-ilhas.

Há um aspeto essencial que, recorde, quer o Sr. Presidente do Governo, quer o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego e Qualificação Profissional, em diversas intervenções, sempre referiram criticando a questão dos programas ocupacionais na Região, pois sempre foram contra aquilo que era o suposto.

Pelos dados que temos na nossa posse, a primeira coisa que percebemos é que entre dezembro de 2020 e agosto de 2021, nós temos mais de 500 açorianos inscritos nesses programas ocupacionais. E é preciso perceber o que é que se passa para que a Região esteja, dia após dia, a aumentar o número de beneficiários nesses programas? São mais de 500 açorianos – repito – nesses programas ocupacionais.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Até são mais.

O Orador: Para ser mais preciso, são 506 açorianos em programas desse tipo.

É preciso que seja explicado o porquê de acontecer?

Quando nós queremos aumentar a empregabilidade, sobretudo nas ilhas com mais falta de mão de obra, é absolutamente decisivo perceber o contexto em que estamos a falar e o que está agora em causa, porque temos vindo a perceber que o excesso de beneficiários (em programas ocupacionais) compromete o incentivo à mobilidade laboral da população. Ao mesmo que compromete também a procura de mão de obra para quem precisa.

É isto que é preciso esclarecer, porque o que nós temos na Região em matéria de dados, à data de hoje, entre dezembro de 2020 e agosto de 2021, são mais 506 açorianos nos programas ocupacionais.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É interessante perceber como o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista tropeçam nos seus próprios argumentos.

Senão vejamos: o Bloco coloca aqui um conjunto de dúvidas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): As dúvidas são legítimas!

O Orador: ...e diz que o Projeto de Resolução é vago, mas é preciso ver isto numa forma integrada, com muitos cuidados e muita parcimónia, porque pode haver *o diabo* por trás disto e, então, as pessoas poderão perder o direito ao seu subsídio se recusarem um trabalho.

Ó Sr. Deputado António Lima, primeiro diz que é vago, mas depois, já diz que é preciso ter esses cuidados para que seja viável.

Deputada Alexandra Manes (BE): Exatamente por isso, porque é vago!

O Orador: Bom, Sr. Deputado, ou uma coisa ou outra. Asa duas é que não podem ser.

Mas há mais Sr. Deputado.

É difícil perceber como que o senhor e o Bloco DE Esquerda desprezam tanto o trabalho e valorizam tanto a subsidiação do emprego. Esse é que é o grande problema, porque o que os senhores deviam fazer era valorizar o trabalho, pois o trabalho é digno.

Sr. Deputado Vílson Gomes, referiu também que o diploma é vago, mas logo a seguir diz que ele precisa duma ampla discussão. Ora, ele não pode ser concreto e precisar duma ampla discussão. E é aqui, Sr. Secretário, que as suas palavras mostram que este Projeto de Resolução é pertinente, é necessário e é realmente preciso uma ampla discussão, envolvendo os parceiros sociais.

Deputado Miguel Costa (PS): E a *bazuca* não entra nesse processo?

O Orador: Mas há mais.

Relativamente às entidades que foram ouvidas, e observando a questão que foi colocada pelo Sr. Secretário do paradoxo de apesar de haver esse número de pessoas inscritas nos centros de emprego os empresários queixarem-se de escassez de mão de obra, é uma matéria que também foi colocada por mim a uma das entidades que foi ouvida. E essa entidade disse o seguinte:

“É uma maldade para as pessoas segurá-las numa situação precária e os programas ocupacionais são uma situação precária que depois geram estes conflitos, em que as pessoas não podem sequer pedir crédito, porque não têm uma forma mais ou menos sustentável de se sustentar. Os programas ocupacionais só podem existir para situações temporárias, devendo ser incentivados e facilitado o processo de transição entre o ocupacional e o trabalho efetivo”. É isto que nós precisamos Sr. Deputado.

Ao longo dos últimos anos, nesta Casa, o PS negava que havia pessoas em programas ocupacionais a desempenhar funções de carácter permanente na Administração Pública e logo a seguir, abria processos de regularização dessas mesmas pessoas. E o senhor, pessoalmente, sabe muito bem como é que isso funcionou!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo fim, Sr. Deputado Bruno Belo, eu explico quais são os riscos, para nós, de aprovar esta proposta. Talvez eu não tenha sido suficientemente claro na minha primeira intervenção.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não tenha problemas! O problema é nosso!

O Orador: Sendo tão vago o Projeto de Resolução e estando a falar de matérias extremamente delicadas, que tem a ver com a vida das pessoas e com a sua estabilidade laboral, com a sua vida familiar e pessoal, nós não queremos correr o risco de aprovar esta iniciativa e, amanhã ou depois, o Governo cria uma medida para cumprir este diploma, dizendo que está a cumprir, com a qual não concordamos. E é isso que vai permitir este Projeto de Resolução.

Permitirá medidas positivas eventualmente, mas pode permitir medidas negativas.

Perante tal amplitude que este Projeto de Resolução permite, obviamente não podemos estar associados a ele, porque ao contrário do Sr. Deputado Nuno Barata, nós não confiamos politicamente no Governo – e isto não é uma questão de confiança pessoal.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Nuno Barata, pelos vistos, **ainda** confia. E é de registar.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor não percebeu!

O Orador: Mas um projeto de Resolução não é um papel que se escreve... e depois fala-se sobre ele, está feito e não tem valor. Tem sim. Tem um valor político. É uma tomada de posição importante de cada um dos deputados, grupos e representações parlamentares e do Parlamento. E o Governo também – não fica vinculado, porque não aprovou – tem um mandato para cumprir. E quem o aprova, esse sim, fica vinculado politicamente a ele. E é isso que o Bloco de Esquerda não quer. Não quer ficar vinculado a um projeto que é tão vago, tão vago, que permite tudo e o seu contrário.

Assim nós nitidamente não iremos aprovar esta iniciativa.

Por outro lado, também admira-nos, Sr. Deputado Nuno Barata, que não esteja a defender o mercado nesta situação, porque no mercado, neste caso o mercado de trabalho, há também a lei da oferta e da procura.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso não é economia das empresas!

O Orador: E porque é que o Sr. Deputado não permite que a lei da oferta e da procura funcione neste momento, como liberal que é?

Porque é que não permite que os empregadores tenham que pagar mais aos trabalhadores para conseguirem contratar (trabalhadores)?

Porque é que não permite que o mercado funcione?

Porque é que quer intervir no mercado, pagando eventualmente aos empregadores ou até pagando casas ou fazendo outras coisas, para as pessoas se moverem?

Porque é que não permite que o mercado funcione?

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado que o seu liberalismo tem algumas falhas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Duarte Freitas): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para tranquilizar o Sr. Deputado António Lima, no sentido de que a sua preocupação é bondosa e positiva, mas penso que não acredita que haja maldade da parte do Governo ou do Grupo Parlamentar do PSD...

Deputado António Lima (BE): Não é maldade!

O Orador: ...a tentar com esta proposta, fazer com que as pessoas possam ficar prejudicadas na sua capacidade de empregabilidade. E isso eu posso assegurar-lhe, Sr. Deputado.

Aquilo que vamos tentar fazer, no âmbito da mobilidade laboral regional, e que já foi tentado - é preciso reconhecer - pelo anterior Governo num contexto difícil, como já reconheci e expliquei, é criar condições positivas, em termos de combate à precariedade, de inserção, de capacidade de integração das pessoas, de resto, foi aqui falado algo muito relevante pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, é que para isto funcionar – concordando com o Sr. Deputado Vílson Gomes – nós precisamos de muita participação, muita discussão e reflexão. Não é uma abordagem fácil. E mesmo que tenha o maior sucesso, não é esta abordagem que vai resolver o problema da falta de mão de obra qualificada nos Açores. O tempo é que vai resolver e, eventualmente, inclusive com a capacitação das pessoas que estão inscritas no centro de emprego e até talvez com a importação de alguma mão de obra se assim for necessário. Dessa maneira é que vamos resolver o problema a prazo.

Dou-lhe um pequeno exemplo numa ilha que conheço muito bem, se bem que esta é uma análise que se pode fazer ilha a ilha.

Na ilha do Pico tive uma reunião com vitivinicultores que me disseram que para manter (apenas) a vinha que foi limpa, precisavam de 300 postos de trabalho a tempo inteiro. Repito, apenas para manter, são necessários 300 postos de trabalho a tempo inteiro.

Deputado Miguel Costa (PS): Ninguém quer!

O Orador: Não é muito difícil chegar a este número.

Por exemplo, a Azores Wine Company tem cerca de um décimo da área em produção, tem cerca de 30 postos de trabalho permanentes na vinha. Ou seja, precisamos muito deste tipo de mão de obra. Mas mais.

O empresário da CONSERAN teve uma reunião comigo e referiu que quer criar 150 postos de trabalho. Isto é, já estamos a falar de 450 postos, só na ilha do Pico, nos próximos 2 ou 3 anos. Mas não será exagerado pensar-se que na área da restauração e hotelaria, no Pico, nos próximos 2 ou 3 anos, seja preciso mais 150 pessoas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas que mudança vai aí!

O Orador: Quem é do Pico ou conhece minimamente a realidade facilmente percebe isto.

Estamos aqui a falar em cerca de 600 novos postos de trabalho que têm que ser criados no Pico. E onde é que eles estão?

É que no Pico nós temos 319 pessoas inscritas no centro de emprego. É evidente que as pessoas com mais de 55 anos, seja no Pico ou noutra qualquer outra ilha, não podem ser deixadas para trás. E não podemos pensar que essas pessoas vão para o mercado normal de trabalho. Será sempre necessário haver programas sociais e ocupacionais para algumas dessas pessoas que têm, por exemplo, incapacidades, que tem uma idade que já não lhes permite ter uma reconversão.

Portanto, o que nós queremos fazer, e fica aqui assumido em nome do Governo, é *apertar a malha*, para que ninguém fique de fora, nomeadamente quem não

tiver capacidade de empregabilidade – e dei o exemplo duma pessoa com mais de 55 anos, ou com incapacidade física ou psíquica, temos que dar a mão a essas pessoas, mas também precisamos perceber porque é que temos tanta falta de mão de obra e há tanta gente em desemprego prolongado. Temos que perceber isto, para saber como é que vamos resolver.

Voltando ao exemplo que dei do Pico, tendo em conta aquilo de que falou o Sr. Deputado Paulo Estêvão, é evidente que tem que haver um diálogo muito próximo, por exemplo, com as associações de vitivinicultores, de agricultores, ou com os empresários da indústria conserveira e naturalmente com os da hotelaria e restauração. E é preciso também chamar as câmaras municipais e juntas de freguesia para participarem neste processo.

Só assim é que esta mobilidade laboral regional, com muito debate e muita reflexão, poderá ter um efeito positivo. No entanto, devo reconhecer que não vai resolver de todo as necessidades de mão de obra que as nossas ilhas têm. Dei o exemplo do Pico, mas poderia dar exemplos de outras ilhas.

Para terminar, deixem-se só dar uma nota relativamente aos programas ocupacionais.

Disse e repeti imensas vezes que nos primeiros 6 meses deste ano, tentámos segurar as pessoas na sua empregabilidade. E, por exemplo, abrimos o PROSA com 600 vagas – é verdade. Mas a fase de junho de 400 vagas, já não abrimos. E a fase de agora, outubro e novembro, não vamos abrir as 600 vagas, porque se há falta de mão de obra, nós temos que permitir que essas pessoas vão para o mercado de trabalho, mas não vamos deixar de abrir para que, quem não tenha capacidade de empregabilidade, fique desamparado.

É esta a grande diferença que existe naquela que é a nossa abordagem. Não deixar ninguém para trás, mas não prender ninguém à precariedade dos programas ocupacionais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

O Governo esgotou o seu tempo para este diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou dizer como o Sr. Deputado Paulo Estêvão que este Projeto de Resolução é como o *melhoral*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

Deputado Pedro Neves (PAN): Foi o Deputado Nuno Barata!

O Orador: Mas vou dizer uma outra coisa que me incomoda um bocadinho. É que, na política, é preciso ver mais além do que aquilo que é visível para a maioria dos cidadãos. É para isso que os cidadãos votam nos políticos, para que atempadamente, estes tomem as decisões que devem ser tomadas, que dirijam a sociedade no sentido que ela deve seguir para que depois determinadas decisões não tenham de ser tomadas de forma regulada pelo mercado, ou não.

Isto para dizer que esta medida agora apresentada aqui pelo PSD, já vai existindo. Ou seja, a falta de mão de obra que se nota em determinadas ilhas e localidades, por si só, já vai fazendo isso. Isto é, há determinadas empresas e atividades que, para terem mão de obra, já têm elas que fazer aquilo que no fundo é o propósito deste Projeto de Resolução.

Porém, é preferível que esse processo seja feito pelos políticos, pela Casa da Democracia, com a regulamentação que ela deve produzir para que seja um processo equilibrado e que não fique exposto àquilo que normalmente se vê, quando o mercado intervém de forma ativa.

A partir do momento em que não existe mão de obra, a já existente ficará alvo de propostas, “é para aquele que mais dinheiro der”. E eu acho que aos políticos, cabe-nos a responsabilidade de tentar criar um mecanismo equilibrado e justo quer para as empresas, quer para as ilhas mais pequenas e para as localidades mais dispersas, principalmente para as pessoas que vão trabalhar.

O que se pretende aqui – não usando o sentimento do *melhoral* – é que os políticos se mexam no sentido de criar medidas concretas que permitam mobilidade de trabalhadores nas diversas ilhas da Região, esbatendo assim, aquilo que são as diferenças a que estamos sujeitos enquanto pessoas que vivemos em ilhas.

Portanto, espera-se, e é isso que os açorianos esperam desta Casa, que se produza legislação adequada para que a mobilidade entre ilhas seja uma realidade equilibrada. E que as medidas que possam ser postas em prática pelo Governo a partir deste diploma, sejam um elemento regulador que venha equilibrar aquilo que é trabalhar entre as ilhas e o que é a mão de obra que poderá ter necessidade, vontade, ou até gosto, de trabalhar em diversas ilhas em diferentes períodos da sua vida, escolhendo a partir daí a ilha que, não sendo a ilha do seu berço, possa ser adotada como local para trabalhar.

Este será um processo natural e é bom que aconteça. Aliás, e a título de exemplo, nos países grandes isso acontece. As pessoas deslocam-se para outras regiões do mesmo país, no sentido de fazerem experiências de vida, se gostam mais do clima, ou das gentes, se todo o processo que é trabalhar e constituir família e fixar residência, possa ser um processo que aqui nos Açores seja encarado com mais naturalidade e até sem bairrismos.

Portanto, é saudável este Projeto de Resolução. Que venham medidas possam agilizar e pôr o sistema a funcionar de forma mais concreta, porque no fundo, é isso que é preciso para a nossa economia e para as nossas famílias. É isso que

enriquece até a nossa cidadania, enquanto habitantes desta terra, que podem enriquecer os seus conhecimentos, a sua cultura e a sua mobilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para clarificar aquilo que disse o Sr. Deputado António Lima.

Eu não disse que uma resolução era um bocado de papel.

O senhor não tem o direito de pôr na minha boca palavras dessa natureza.

Deputado António Lima (BE): Disse, disse!

O Orador: Mas o senhor sabe, até porque está aqui há já muitos anos, o que é uma resolução, um decreto legislativo regional, ou um decreto regulamentar regional. E sabe perfeitamente que uma resolução não é um cheque em branco.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é um cheque em branco, são dois!

O Orador: E o senhor até usa bastante esta figura, porque apresenta muitas. Portanto, o senhor sabe que não é um cheque em branco. Não é e ficou clarificado que não é. E o Sr. Secretário voltou a reiterar que não é. Mas o senhor quer insistir que é.

Deputado João Vasco Costa (PS): São dois!

O Orador: Sabe uma coisa, Sr. Deputado?

Eu não sou liberal às segundas, quartas e sextas e não liberal às terças, quintas e sábados. Bem pelo contrário. Até porque esta Resolução é bastante liberal.

Se calhar o senhor é que não sabe bem o que é o liberalismo. Acha que o liberalismo é só uma coisa económica. Mas o liberalismo é uma teoria política já bastante antiga e que trouxe bastantes benefícios à Humanidade. Importa saber isso. Olhe, por exemplo, é do liberalismo que nasce a separação de

poderes, uma coisa tão importante nas sociedades contemporâneas. Vem da modernidade.

Deputado Berto Messias (PS): Não é o seu liberalismo!

O Orador: É o meu liberalismo também. Os senhores é que se esqueceram do liberalismo. Os socialistas é que se esqueceram do liberalismo.

Deputado Berto Messias (PS): Não! Não reescreva a história, Sr. Deputado!

O Orador: Os senhores preocupam-se demasiado com a precariedade. E o Sr. Secretário deu um belo exemplo de como a precariedade pode levar ao aumento de rendimentos das famílias. Não é bem a precariedade, é uma coisa diferente. É o trabalho sazonal. Só que é preciso haver precários para haver trabalho sazonal.

A ilha do Pico é um belo exemplo, porque lá, produziu-se riqueza durante muito tempo à conta da precariedade. Produziu-se riqueza **nas pessoas** à conta da precariedade. Porquê?

Eu explico, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Era escravatura!

O Orador: Não era escravatura. Ganharam muito dinheiro e fizeram a sua vida. Agora é que não a conseguem fazer.

Os pescadores do Pico pescavam até setembro e depois iam para as vindimas. E ganhavam dinheiro na pesca e nas vindimas. E havia armadores, pescadores, produtores de vinho e gente a trabalhar nas vinhas. Hoje não é nem pescadores, nem armadores, as vinhas estão recuperando, sabe-se lá, porque entraram na moda, não foi por outra razão.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é bem assim!

E no Pico é preciso importar mão de obra para trabalhar na vinha.

O Orador: E sabe, Sr. Deputado, quanto é que se pagava este verão no Pico para trabalhar na vinha? E sabe quanto é que pagava em janeiro, numa altura em que havia pouco emprego no Pico, para se podar vinha?

Pagava-se 50 euros limpos por dia! Nalguns casos chegou-se a pagar 70 euros!

Não é fácil, Sr. Deputado.

Faça as contas a esse montante, vezes 20 dias, quanto é que ganha um trabalhador desses? Precário.

Deputado António Lima (BE): Isso é tão bom!

O Orador: Sabe, Sr. Deputado, que nos países liberais onde as pessoas não têm garantias de emprego permanente, é onde elas ganham mais dinheiro e resolvem rapidamente a sua vida.

É onde quando as empresas vão à falência, abrem outras no dia a seguir!

É onde as pessoas ficam no desemprego hoje e têm lugar para trabalhar amanhã!

A diferença é essa!

Sabe onde é que não há precariedade Sr. Deputado?! Na Venezuela! Porque não chega a haver emprego, por isso não há precariedade!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu prometo que não vou fazer filosofia política. Vou falar, sim, sobre o diploma.

Tenho que dar razão ao Sr. Deputado Nuno Barata e também ao Sr. Deputado António Lima. “meia/meia”, vou ser o fiel da balança neste diploma.

Primeiro, vamos ser sinceras, o PAN concorda com o articulado, mas o Governo não precisava deste Projeto de Resolução para ter estas medidas.

Deputado Nuno Barata (IL): É verdade, não precisava!

O Orador: Porque se precisasse, e aí dou razão ao Bloco de Esquerda, este diploma é vago e superficial. Quase que não serve para nada, mas sem dúvida que a ideia é ótima. Só que o diploma (tecnicamente) em si é vago, é um facto. E não podemos negar.

Deputado Nuno Barata (IL): Foi por aí que comecei!

O Orador: Porém, eu não vou a nenhuma ideologia para definir alguma confiança política ou não do diploma. Para o PAN, um diploma não tem logotipo. Ele serve (ou não) para as necessidades dos açorianos, num determinado momento.

Por isso, o PAN vai apoiar, mesmo tendo em conta que este diploma não tem medidas concretas e basilares como deveria ter.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que não pensava intervir mais hoje e também não esperava ouvir as palavras do Sr. Deputado Nuno Barata, com ar de quase alguma indignação, por saber que alguém que leva 50 euros por dia para podar vinha na ilha do Pico parece que é um valor que indignava pessoas.

Deputado Nuno Barata (IL): Indignação?!

O Orador: Pois é precisamente o contrário. Aliás, ainda hoje à tarde falei nesse assunto aqui. 5º ou 60 euros é aquilo que o trabalhador leva. E quem achar que é caro faça mais barato.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não disse que era caro, disse que era um bom rendimento!

O Orador: Porque a profissão de mondar vinhas ou andar atrás das vinhas, ou outra qualquer profissão, está sujeita a uma regulação livre do mercado. Cada um leva pelo seu trabalho aquilo que quer e muito bem.

Esse sentimento do Sr. Deputado que eu entendi como redutor...

Deputado Nuno Barata (IL): Mas não foi!

O Orador: ...e vou combater sempre nesta Casa!

Toda a gente tem direito a ganhar o seu dia de trabalho. E, sinceramente, 50 euros para cuidar da vinha, eu não sei se é caro para quem paga, mas sei que não é caro para quem ganha. E sei que o trabalho de andar na vinha e no campo a trabalhar merece os 50 euros.

Deputado Nuno Barata (IL): Não ouviu o que eu disse! Só pode!

Não percebeu o que eu disse! Não foi isso que eu disse!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Também esgotou o seu tempo para este diploma.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação deste diploma.

Está à votação o **Projeto de Resolução nº 72/XII** – “Apoio à Mobilidade Geográfica Laboral”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O **Projeto de Resolução nº 72/XII** foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS/PP, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1

do PAN e 1 do Deputado Independente e registou 2 votos contra do BE e 24 abstenções do PS:

Presidente: O Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

(*) **Deputado António Lima (BE):** Para uma interpelação à Mesa Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido. E atendendo à nossa hora, regressamos amanhã às 10 horas com o PTAP.

Boa noite.

Eram 19 horas e 40 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Popular (CDS/PP)

Rui Miguel Oliveira Martins

A redatora, Ana Paula Lemos.